

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CRISTIANE FEITOSA PINHEIRO

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE
PICOS (1967-1987)

TERESINA-PIAUÍ

2007

CRISTIANE FEITOSA PINHEIRO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE
PICOS (1967-1987)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro

TERESINA-PIAUI

2007

P654h

PINHEIRO, Cristiane Feitosa.

História e Memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1987)/ Cristiane Feitosa Pinheiro. Teresina:2007.

205 fls. Ilust.

Dissertação (Mestrado em Educação) UFPI.

1. Educação – Formação de Professores. 2. Escola Normal Oficial de Picos – Memória. 3. Sujeito – constituição.

I. Título.

C.D.D – 370.7

CRISTIANE FEITOSA PINHEIRO

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS (1967-1987)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

APROVADO EM: TERESINA (PI), 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Maria do Amparo Borges Ferro - Orientadora
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Profª Drª Diomar das Graças Motta
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profª Drª Josânia Lima Portela
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Profª Drª Antônia Edna Brito
Universidade Federal do Piauí - UFPI

A Deus, autor da minha vida, companheiro fiel, realizador dos meus sonhos.
Ao meu pai, Bráz Pinheiro (*in memoriam*), exemplo de luta, fé e amor. Pessoa que
eu queria tanto ter ao meu lado nessa conquista.

AGRADECIMENTOS

[...]. Escrever é triste. Impede a conjugação de tantos outros verbos. Os dedos sobre o teclado, as letras se reunindo com maior ou menor velocidade, mas com igual indiferença pelo que vão dizendo, enquanto lá fora a vida estoura não só em bombas como também em dádivas de toda natureza, inclusive a simples claridade da hora, vedada a você, que está de olho na maquininha. O mundo deixa de ser realidade quente para se reduzir a marginália, purê de palavras, reflexos no espelho (infel) do dicionário. [...].

Carlos Drummond de Andrade

Ao longo da vida vivi a experiência da leitura e da escrita, mas uma experiência despretensiosa, desprovida do viés acurado da pesquisa e da produção acadêmicas. Boa leitora e boa escritora era o que diziam a meu respeito, mas sabia que faltava algo para que isso realmente se concretizasse. Faltava-me um olhar mais seletivo, mais direcionado para um melhor aproveitamento das leituras feitas e das escrituras produzidas. Faltava-me o apoio da academia.

O apoio veio ao ingressar no Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí, no ano de 2006. Nele encontrei profissionais preparados para a condução do olhar que eu queria ter e que necessitava para o aproveitamento de uma idéia que eu tinha na cabeça e que precisava pô-la em prática: historiar uma instituição escolar de significação ímpar para a minha cidade – a Escola Normal Oficial de Picos.

Mas, descobri que ser pesquisadora também tinha o seu preço. O preço da solidão da clausura em um quarto por meses, tendo por companheiros algumas dezenas de livros, blocos de anotações, canetas e lápis espalhados pelo birô já sem enfeites, por não comportá-los mais, um notebook que recepcionava as idéias, às

vezes, claras e rápidas, outras tantas vezes confusas, que emergiam da minha cabeça madrugadas a dentro, uma impressora que me revelava a cada capítulo impresso o volume da minha produção e minha Bíblia Sagrada, companheira inseparável e meu suporte, minha base, texto para onde sempre recorria quando as idéias fugiam ou a mente encontrava-se cansada demais para refletir sobre meu objeto de pesquisa. Como diz Drummond, “escrever é triste”.

E é triste também porque afasta o autor do convívio dos seus, daqueles a quem mais ama e que quer sempre tê-los ao seu lado. Mas a escritura é egoísta, ela torna o autor refém da sua revelação. Para se revelar, precisa da solidão e do som do teclado fazendo aparecer na tela o resultado de meses de leitura, de pesquisa, de conversas gravadas e de fontes outras encontradas, aqui e ali, resultado do lento trabalho de vasculhar arquivos e baús.

Mas a solidão é produtora. E o resultado disso é a escritura que lhes apresento: minha Dissertação de Mestrado. Meu sonho realizado!

Sei que poderia ter feito mais, porém apresento-lhes o meu possível. O que estava ao alcance do tempo exíguo dado pelo Mestrado. O restante virá na produção futura do Doutorado, continuação de alguns fios de Ariadne soltos pelo texto que elaborei.

Embora seja um trabalho simples, reconheço que com ele estou deixando uma contribuição significativa para a história da educação do Estado do Piauí, e especificamente para a da cidade de Picos.

A Deus, por ter aberto todas as portas necessárias para que através delas eu passasse. Por ter acreditado no meu sonho e por tê-lo tornado realidade, que me capacitou e me deu forças para concluir mais uma etapa da minha vida.

À Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro, minha orientadora, por ter me aceitado como sua orientanda, quando me vi sem um orientador no Programa. Pelo tratamento de mãe e de amiga que ela me destinou. Pelo consolo a mim dado quando da perda do meu maior referencial na terra, meu pai, que foi recolhido por Deus ainda quando eu cursava as disciplinas do curso. Pelas orientações dadas e a suavidade com que me conduziu no resultado desse trabalho.

Aos professores do Mestrado em Educação, pelos conhecimentos repassados ao longo do curso, mas, principalmente, pelo carinho com que tratam os mestrandos e o zelo destinado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí.

Aos funcionários do Mestrado em Educação, pela dedicação e bom tratamento dado aos mestrandos quando a eles nos dirigíamos.

À Prof^a. Dr^a. Olivette Rufino Borges Prado Aguiar e à Prof^a. Dr^a. Antonia Edna Brito que participaram da Banca de Qualificação pelas sugestões dadas para a melhoria das conclusões da minha pesquisa.

Aos mestrandos, meus amigos, da 13^a turma do Mestrado em Educação, pela forma carinhosa e solidária com que me trataram durante as nossas aulas.

À minha mãe, Aldenora Feitosa da Rocha Pinheiro, pelas orações constantes em prol da minha vida e dos meus estudos. Pela preocupação com minha saúde, quando me viu fragilizar diante do cansaço que a pesquisa ocasionou.

Ao meu irmão Welbert Feitosa Pinheiro, minha âncora, meu incentivador primeiro, que quando percebeu que eu estava desistindo, segurou-me pela mão e me pôs novamente em pé. Agradeço pelas orientações e revisão do meu texto final, por ter me acompanhado nas entrevistas e localização das fontes necessárias à realização da pesquisa.

Ao meu irmão Wellington Feitosa Pinheiro, meu anjo protetor, amigo e companheiro em todos os momentos da minha vida. Exemplo de resignação e zelo. Que cuida de mim como se cuida de um filho.

À minha cunhada, Lavinha Nancy Borges de Sousa Pinheiro, pelas orações intercessórias e pelo carinho com que sempre aceitava as ausências do meu irmão, Welbert, quando comigo ficava discutindo textos pela madrugada.

Aos meus sobrinhos, Tiago e Pedro Augusto, pela alegria da infância com que invadiam meu quarto e faziam dele um jardim de alegria, solicitando minha atenção e oxigenando, com isso, minha alma, dando-me mais vigor para prosseguir.

Aos depoentes que, através da sua memória, foram os responsáveis diretos pela consolidação da minha pesquisa e por terem cedido parte do seu tempo para tão carinhosamente me receberem em suas casas. Pessoas que faço questão de nomear:

- Luzia Moura Barros
- Olívia da Silva Rufino Borges
- Célia Neiva de Sousa Lima
- Maria Darcy de Deus

- Raimunda Fontes de Moura
- Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira
- Isabel Batista de Barros
- Oneide Santos Martins de Sá
- Maria Fátima Sá
- Maria Hosana de Araújo
- Maria Helena Araújo Luz

À direção da Escola Normal Oficial de Picos, pela recepção a mim dada e pela confiança em permitir que eu vasculhasse os arquivos da escola em busca de documentos.

À professora da Escola Normal Oficial de Picos, senhora Maria Ivaneide Leal Silva, pelo carinho com que me conduziu nos meus primeiros passos dentro da escola, favorecendo o meu acesso aos arquivos.

À ex-normalista Maria de Lourdes Carvalho, pelo carinho com que abriu seus baús para me fornecer documentos pessoais.

À ex-normalista Maria Zuleide Gomes Lopes pela generosidade em me ceder fotografias e cadernos de época.

À família Portela, na pessoa do seu patriarca Pastor Antônio João Portela, pela acolhida de filha que me deu ao chegar a Teresina e por ter sido a minha referência nessa cidade.

À amiga, professora Dr^a Josânia Lima Portela (UFPI/CCE/DMTE) e esposo Josiel Carvalhedo Lima, companheiros de muitos anos e amigos fiéis, com quem sempre pude contar.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da minha Dissertação, o meu muitíssimo obrigada.

RESUMO

PINHEIRO, Cristiane Feitosa. **História e memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1987)**. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

A presente pesquisa analisou, a partir do cotidiano, a cultura escolar e a constituição do sujeito professor, no espaço da Escola Normal Oficial de Picos, durante os anos de 1967 a 1987, buscando compreender o tipo de professor que, a partir dessa cultura, a escola pretendia formar para entregar à sociedade. Para tanto, adotou-se os aportes teóricos da Nova História Cultural, respaldando-se nos conceitos teóricos de Jacques Le Goff, Peter Burke, Roger Chartier, Michel de Certeau, Paul Thompson, Michel Pollak e Maurice Halbwachs, além dos conceitos de Michel Foucault em torno da sociedade disciplinar e dos sistemas de vigilância e castigo. A ancorou-se também nas pesquisas em educação de Agustín Escolano, Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, Antônio Vinão Frago e Irlen Antonio Gonçalves e Luciano Mendes de Faria Filho, também estudiosos do campo da história da educação. Aprofundou-se a análise nos motivos que levaram à fundação da Escola Normal Oficial de Picos, a importância do segundo espaço em que a escola funcionou, a organização panóptica do mesmo e a configuração de uma instituição tipicamente feminina. Compreendeu-se a sistemática de funcionamento da Escola Normal Oficial de Picos, destacando-se a relação entre alunos e professores, as práticas dos professores, as representações em torno da escola, as festas em que a escola participava e atividades que envolviam as normalistas. Explicou-se o sistema de normas vigentes na Escola Normal Oficial de Picos e a que elas visavam. Destacou-se a importância dessa escola para a cidade de Picos-Pi e sua macrorregião, enquanto agência formadora de professores primários. Para tanto, adotou-se como método de pesquisa a história oral. O conhecimento do cotidiano da ENOP revelou a cultura escolar própria dessa escola, geradora de um tipo específico de professor: dócil e útil, capaz de se ajustar ao modelo de Estado existente e à sociedade local e que soubesse cumprir as normas da escola a que se vinculassem

Palavras-chave: Educação, Escola Normal Oficial de Picos, memória, normalistas, cotidiano, cultura escolar, constituição do sujeito.

RÉSUMÉ

PINHEIRO, Cristiane Feitosa. **Histoire et mémoire de l'École Normale Officielle de Picos (1967-1987)**. 205 f. Dissertation (Diplôme d'études approfondies dans Éducation). Universidade Fédéral do Piauí, - Teresina, de 2007.

La recherche présente a analysé, à partir du quotidien, la culture scolaire et la constitution du sujet enseignant, dans l'espace de l'École Normale Officielle de Picos, pendant les années de 1967 à 1987, en cherchant comprendre le type d'enseignant que, à partir de cette culture, l'école prétendait se former pour livrer à la société. Pourtant, on a adopté les accostes théoriques de la Nouvelle Histoire Culturelle, en s'appuyant dans les concepts théoriques de Jacques Le Goff, Peter Burke, Roger Chartier, Michel de Certeau, Paul Thompson, Michel Pollak et Maurice Halbwachs, et aussi dans les concepts de Michel Foucault autour de la société discipliner et des systèmes de surveillance et de punition. Comme se traite d'une recherche dans Histoire de l'Éducation, il s'est ancré aussi dans les recherches en éducation d'Agustín Escolano, Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, Antônio Vinão Frago et Irlen Antônio Gonçalves et Luciano Mendes de Faria Filho. Cet analyse s'est approfondie sur les raisons qui ont pris à la fondation de l'École Normale Officielle de Picos, l'importance du second espace où l'école a fonctionné, l'organisation *in panoticon* du même et la configuration d'une institution typiquement féminine. La systématique a été comprise de fonctionnement de l'École Normale Officielle de Picos, en se détachant la relation entre des élèves et les enseignants, les pratiques des enseignants, les représentations autour de l'école, les fêtes dans lesquelles l'école participait et les activités qui impliquaient les normalistas. S'est expliqué le système de normes efficaces dans l'École Normale Officielle de Picos et à qu'elles visaient. S'est détachée l'importance de cette école pour la ville de Picos - Pi et sa macro-region, comme agence formatrice d'enseignants primaires. Pour cela, la méthode de recherche qui a été adopté fut l'histoire verbale. La connaissance du quotidien de ENOP a révélé la culture scolaire propre de cette école, génératrice d'un type spécifique d'enseignant : docile et utile, capable de s'ajuster au modèle d'État existant et la société locale et laquelle il savait accomplir les normes de l'école à laquelle ils s'attachaient.

Mots-clés : Éducation, École Normale Officielle de Picos, mémoire, normalistes, quotidien, culture scolaire, constitution du sujet.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Vazantes do Rio Guaribas	32
Figura 2. Catedral de Nossa Senhora dos Remédios	34
Figura 3. Praça Félix Pacheco	35
Figura 4. Convite para solenidade de instalação da ENOP (1967)	63
Figura 5. Solenidade de inauguração do prédio da ENOP (1969)	64
Figura 6. Ata de solenidade de instalação da ENOP (1967)	66
Figura 7. Ata de solenidade de instalação da ENOP - cont. (1967)	67
Figura 8. Primeiro espaço da ENOP (1967)	77
Figura 9. Gov. Helvídio Nunes de Barros discursando na inauguração do pré- dio da ENOP. Fachada da frente (1969)	79
Figura 10. Alunas perfiladas em frente à ENOP, na inauguração do prédio. Fachada da frente (1969)	79
Figura 11. Padre dando as bênçãos na inauguração do prédio da ENOP	80
Figura 12. Normalistas com a professora Auta Maria Nunes, no térreo da ENOP (1973)	81
Figura 13. Normalista na antiga rampa de acesso à escola (s/d)	84
Figura 14. Normalistas, professora e diretora, na escada da ENOP (1973)	85
Figura 15. Normalistas no pátio térreo da ENOP, no recreio (1973)	102
Figura 16. Normalistas em momento de descontração no pátio térreo da ENOP (1973)	103
Figura 17. Grupo “Os Leões”, formado por ex-alunos da ENOP (s/d)	104
Figura 18. Diploma de conclusão do curso normal - anverso (1973)	107
Figura 19. Diploma de conclusão do curso normal –verso (1973)	108
Figura 20. Normalistas e ex-bibliotecário da ENOP (1973)	115
Figura 21. Normalistas em desfile de Sete de Setembro (s/d)	117
Figura 22. Normalistas em desfile de Sete de Setembro (s/d)	118
Figura 23. Normalistas em desfile de Sete de Setembro (s/d)	120

Figura 24. Normalistas em desfile de Sete de Setembro (s/d)	121
Figura 25. Ficha individual de estágio da ENOP- anverso (1981)	125
Figura 26. Ficha individual de estágio da ENOP- verso (1981)	126
Figura 27. Álbum de Metodologia do Cálculo (1968)	130
Figura 28. Álbum de Metodologia do Cálculo (1968)	130
Figura 29. Álbum de Metodologia do Cálculo (1968)	131
Figura 30. Álbum de Metodologia do Cálculo (1968)	132
Figura 31. Álbum de Metodologia da Linguagem (1968)	133
Figura 32. Álbum de Metodologia da Linguagem (1968)	133
Figura 33. Álbum de Metodologia da Linguagem (1968)	134
Figura 34. Álbum de Metodologia da Linguagem (1968)	134
Figura 35. Plano de aula usado em estágio - anverso (1969)	138
Figura 36. Plano de aula usado em estágio - verso (1969)	139
Figura 37. Convite de formatura da primeira turma da ENOP- parte 1.....	141
Figura 38. Convite de formatura da primeira turma da ENOP- parte 2	142
Figura 39. Convite de formatura da primeira turma da ENOP- parte 3	142
Figura 40. Convite de formatura da primeira turma da ENOP- parte 4	143
Figura 41. Formanda da 1ª turma da ENOP, na Colação de Grau (1969)	145
Figura 42. Normalistas na aula da saudade – 1ª turma (1969)	146
Figura 43. Aluna na missa em ação de graças. Formatura (1969).....	147
Figura 44. Entrega do anel de formatura (1969)	148
Figura 45. Missa em ação de graças. Formatura (1969)	148
Figura 46. Recebimento de canudo simbólico. Formatura (1969)	149
Figura 47. Baile de formatura (1969)	150
Figura 48. Baile de formatura (1969)	150
Figura 49. Formandas e docentes, no baile de formatura	151
Figura 50. Notícia sobre formatura na ENOP (1972)	152
Figura 51. Normalista na colação de grau (1975)	153
Figura 52. Normalista na colação de grau, sentada na cadeira tradicional de mestre (1975)	154
Figura 53. Caderno de recordação – pág. de abertura (1969)	155
Figura 54. Caderno de recordação – pág. de abertura – cont. (1969)	156
Figura 55. Caderno de recordação – mensagem de normalista (1969)	157
Figura 56. Caderno de recordação – mensagem de normalista (1969)	158

Figura 57. Luzia Moura Barros – primeira diretora da ENOP (s/d)	160
Figura 58. Normalistas e a professora Maria Helena, na escada da ENOP (1975)	172
Figura 59. Normalistas em traje de gala, na escada da ENOP (1969)	174
Figura 60. Normalistas na escada do Morro da Mariana (1969)	176
Figura 61. Normalistas em momento de descontração	177

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Primeiros funcionários da administração da ENOP	70
QUADRO 2. Funcionários da administração da ENOP	70
QUADRO 3. Primeiros professores da ENOP	71
QUADRO 4. Professores participantes do curso de Metodologias	71
QUADRO 5. Matrícula geral dos alunos da ENOP (1967-1987)	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. DIALOGANDO COM A TEORIA: DA BASE TEÓRICA ÀS MOTIVAÇÕES HISTÓRICAS	27
1.1. Objetivo, objeto e justificativa	28
1.2. Enfocando a teoria: a Nova História Cultural	38
1.3. Em busca de documentos: vasculhando arquivos e localizando o método..	40
1.4. Estudando a constituição do sujeito: entre o poder e o saber	47
1.5. Conceituando a cultura escolar	54
2. ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS: DA INSTALAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO.	57
2.1. O nascimento da Escola Normal Oficial de Picos	62
2.2. Primeiros docentes e funcionários: critérios de escolha	69
2.3. Transitando entre espaços diferentes	76
2.4. Do ingresso na Escola Normal Oficial de Picos	88
2.5. Escola para mulheres, saída dos homens	89
2.6. O agigantamento da Escola Normal Oficial de Picos:aumento da demanda	91
3. UM MERGULHO NO COTIDIANO DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS....	94
3.1. Os turnos de funcionamento: o controle do tempo	96
3.2. Os professores e suas práticas.....	98
3.3. O recreio e a liberdade vigiada	102
3.4. As representações em torno da Escola Normal Oficial de Picos	105
3.5. A mediação dos conteúdos: entre livros, apostilhas e cadernos	111
3.6. As atividades em grupo: a aprendizagem fora da sala de aula	113

3.7.	Os portões se abrem e as normalistas desfilam: o Sete de Setembro	117
3.8.	De normalista a professoranda: o Estágio Supervisionado	122
3.9.	As solenidades de formatura: de normalista a professora	140
3.10.	Dona Luzia Moura Barros: vinte anos de gestão	159
4.	A CULTURA ESCOLAR NO ESPAÇO DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS.....	164
4.1.	As normas oficiais e seus propósitos	166
4.2.	Da sobriedade do uniforme: o controle dos corpos	171
4.3.	Entre provas e colas: da norma à transgressão	178
4.4.	Em tempos de Ditadura Militar, desfilar era a norma, cercar os muros era a regra	180
4.5.	Aprender a ser professora: a constituição do sujeito	182
4.6.	Modelando figuras humanas: formando o professor	189
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
	REFERÊNCIAS	199

INTRODUÇÃO

Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos
 nós cegos, puxo um fio que me aparece solto.
 Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os
 dedos.
 É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos,
 e tem a macieza quente do lodo vivo.
 É um rio.
 Corre-me nas mãos, agora molhadas.
 Toda a água me passa entre as palmas abertas, e de
 repente não sei se as águas nascem de mim, ou para
 mim fluem.
 Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o
 próprio corpo do rio.
 (...)
 José Saramago

Dar-se-á início a essa narrativa, através da voz do poeta português José Saramago, nos versos extraídos da poesia **Protopoema**. Poema que, logo no título, conduz o leitor a um olhar de busca, de identificação do significado, de localização do principal das coisas.

O eu-lírico do poema fala de memória e de tudo que é capaz dela ser extraído. Na memória há informações, há vida. Metaforicamente, o eu do texto apresenta a memória como um novelo, formado por “nós cegos”, através do qual puxa “um fio” longo e solto que cheira a limos e que tem a maciez do lodo. O fio “é um rio”. E rio é corrente de água que flui continuamente.

Memória–rio-vida. Através dela, é possível buscar informações sobre uma época, sobre um povo. É possível revelar o *modus vivendi* daqueles que, por exemplo, viveram acontecimentos particulares, mas que revelam o coletivo.

Aqui entra o trabalho do historiador. Do historiador oral que tem como matéria-prima a memória daqueles que viveram, que testemunharam fatos em uma dada época. Busca, nesse rio, conhecer as suas águas, e elas passam pelas “palmas abertas” das suas mãos, dando-lhe informações suficientes para registrar aquilo que partiu à cata.

O seu trabalho é lento, complexo e requer paciência, pois nesse rio, no rio da memória, há dados que precisam ser lidos e relidos, postos em confronto com outros dados para, assim, poder-se dele extrair a verdade. Fazendo assim, estará o historiador puxando continuamente novos fios, fios que se cruzarão e revelarão novos dados sobre o objeto histórico que têm em mãos.

É, pois, com os versos de José Saramago que se dá início à escrita da história de uma instituição escolar formadora de professoras para o magistério primário: a **Escola Normal Oficial de Picos**¹.

Fundada em 1967, na cidade de Picos-Pi, essa escola contribuiu para tirar não apenas Picos, mas as cidades que a circunvizinham, do atraso educacional, uma vez que preparou para o mercado de trabalho as educadoras que iriam atuar nas escolas, em uma época em que, para o interior do Estado do Piauí, dispor de professoras formadas em uma escola normal, era uma raridade.

A Escola Normal Oficial de Picos chegou nessa cidade em uma década em que até a luz elétrica era coisa rara, uma vez que o fornecimento de energia se dava apenas até às 22h, depois dessa hora, as famílias recorriam ao uso de lamparinas, velas e lampiões para iluminar as residências.

Cidade de estrutura patriarcal e de cunho católico, as famílias picoenses possuidoras de poder aquisitivo enviavam suas filhas para estudarem o curso normal e adquirirem o diploma de professora normalista, em Teresina, capital do Piauí ou em outros Estados; as demais moças ficavam apenas com o curso ginásial, dificultando o acesso ao saber para essas.

¹ A Escola Normal Oficial de Picos poderá ser tratada ao longo da Dissertação como ENOP. Abreviatura que também a identifica em fontes escritas encontradas em seus arquivos.

A chegada da Escola Normal Oficial de Picos e a possibilidade de continuação dos estudos e a abertura de horizontes de cunho profissional para as mulheres da cidade e da macrorregião picoense favoreceu a melhoria na educação local, ampliando o acesso de muitos ao ensino normal e, conseqüentemente, ao ensino primário, através da posterior ampliação da rede pública escolar.

Mas o que motiva a escritura da história de uma instituição escolar? No caso em tela, algumas motivações de cunho objetivo e subjetivo impulsionaram essa escritura. Primeiro, pelo papel social e representacional que a Escola Normal Oficial de Picos teve durante os seus vinte primeiros anos de funcionamento, que se estenderam de 1967 a 1987, formando as professoras normalistas que iriam somar esforços, juntamente com as professoras normalistas formadas em outras cidades, para melhorarem o ensino em Picos e cidades fronteiriças.

Segundo pela importância que a sua primeira diretora, dona Luzia Moura Barros, a dona Zizi, teve à frente dessa instituição, conferindo à mesma, um perfil específico, durante os vinte anos em que a dirigiu (1967-1987). Terceiro, por ter sido a pesquisadora, autora da presente produção, aluna dessa escola, durante os anos de 1987 a 1989 e, posteriormente, também professora da instituição, nos anos de 1995 a 1997. As motivações de ordem objetiva e subjetiva somadas favoreceram o seu interesse em historiar, para que não caísse no esquecimento, acontecimentos que marcaram a trajetória dessa escola.

Além disso, trata-se de uma contribuição a ser dada à **História da Educação** local que dispõe de poucos textos relatando e analisando acontecimentos passados da educação *in loco*, além de contribuir para o entendimento da educação no Estado do Piauí e da sociedade picoense que recepcionou essa escola.

Nenhum historiador se propôs a registrar e analisar a história da Escola Normal Oficial de Picos. Diante desse vácuo de produção, as motivações se tornaram mais fortes, uma vez que se não se escrevesse essa história, os depositários da memória dessa instituição escolar poderiam deixar de existir e com eles se perderiam as informações necessárias para essa escritura.

Fala-se aqui de **memória**, pois foi através dela que se pôde resgatar o passado dessa escola, adotando-se o método da **história oral** para tal empresa. Adotou-se como referencial teórico, os conceitos extraídos da **Nova História Cultural**, que oportuniza ao pesquisador investigar temas que antes não eram

considerados como acontecimentos históricos importantes, logo, deveriam ficar afastados do registro histórico. Segundo Lopes e Galvão (2001, p.39):

A 'revolução' provocada no campo da História sobretudo pela Escola dos Annales e, posteriormente, pelo que se convencionou denominar de Nova História, que buscou alargar os objetos, as fontes e as abordagens utilizados tradicionalmente na pesquisa historiográfica, aos poucos influenciou os historiadores da educação.

O alargamento dos objetos de pesquisa, fontes para subsidiar e conduzir o olhar do historiador e a possibilidade da diversidade de abordagens trazidos com a Nova História, favoreceu a condução e execução da presente pesquisa.

Tomou-se como **objeto de estudo** a história e a memória da Escola Normal Oficial de Picos, instituição escolar encravada no interior do Estado do Piauí, assunto pouco nobre para a história tradicional, mas de importância para a linha teórica que respalda a presente pesquisa, como também para aqueles que fizeram parte dessa instituição e para a cidade que a recepcionou.

Adotou-se como **fontes** capazes de revelar os acontecimentos dessa escola, não apenas as fontes escritas encontradas nos seus arquivos e elaboradas conforme as intenções de uma época, mas também as fontes orais, o relato daqueles que estudaram e trabalharam na escola e que tinham algo para revelar sobre ela: ex-alunos, ex-professores e ex-diretora que transitaram pela escola nos seus vinte primeiros anos de funcionamento.

Com isso, a **abordagem** da pesquisa tomou curso próprio. Privilegiou-se o estudo do cotidiano da Escola Normal Oficial de Picos para, através dele, identificar-se a cultura escolar própria dela e o tipo de sujeito que ela formou. Diante disso, buscou-se também contextualizar o objeto da pesquisa, centrando-o no Brasil dos anos de chumbo, da Ditadura Militar (1964-1985) e na Picos do mesmo período. Uma vez que, conforme Lopes e Galvão (2001, p.46):

[...]. É preciso que o período escolhido seja significativo para a configuração e a explicação daquilo que está estudando, o que nem sempre virá do campo da educação. Em muitos casos, o período escolhido auxilia a definir o próprio objeto. [...].

E o período escolhido trás, por si só, explicações suficientes para se entender o tipo de país que se queria construir. Conseqüentemente, o tipo de sujeito

que se queria moldar. E a Escola Normal Oficial de Picos, enquanto **instituição disciplinar**, conforme pensamento de Michel Foucault, assimilou muito do contexto histórico em que estava inserida.

Buscou-se entender os “**comos**” e os “**porquês**” que envolveram o processo de formação no espaço/tempo em estudo dessa instituição escolar, a partir dos seguintes questionamentos:

- a) Como era vista a função da Escola Normal Oficial de Picos sob a ótica da sociedade picoense?
- b) Como era o cotidiano na Escola Normal Oficial de Picos?
- c) Como era a cultura escolar evidenciada no espaço da Escola Normal?
- d) Quais as diretrizes norteadoras de funcionamento da Escola Normal Oficial de Picos?
- e) Que hábitos e saberes os professores formados por essa instituição deveriam dominar e transmitir?
- f) Como se estabeleciam as relações professor-aluno, aluno-aluno, no espaço da Escola Normal Oficial de Picos?
- g) Como eram repassados os conteúdos e quais os sistemas de punição aplicados na escola?
- h) Qual o papel de sua primeira diretora na condução da formação das professoras normalistas?

De posse das respostas para essas indagações, passou-se a historiar a trajetória da Escola Normal Oficial de Picos. Ratificando a necessidade de adentrar no cotidiano das instituições escolares, para entender sua dinâmica, Lopes e Galvão (2001, p.52) defendem que:

[...] Os historiadores têm considerado que é preciso também tentar penetrar no dia-a-dia da escola de outros tempos – os métodos de ensino, os materiais didáticos utilizados, as relações professor (a)/aluno (a), os conteúdos ensinados, os sistemas de avaliação e de punições... [...].

Ao adentrar a escola através da memória dos informantes, aqui considerados como agentes históricos, foi possível nela identificar uma cultura própria, que se relacionava diretamente com o estilo de vida do homem local.

Cultura escolar capaz de dizer o indivíduo que por ela circulava e que formou um tipo de sujeito específico: **dócil e útil**. Segundo Vidal (2005, p.5):

Procurando perceber a dinâmica interna do funcionamento escolar, a investigação histórica em educação no Brasil, [...], vem interrogando-se acerca da propriedade em conceber a escola como produtora de uma cultura própria e original, constituída por e constituinte, também, da cultura social. [...].

E foi a dinâmica interna da Escola Normal Oficial de Picos que guiou a pesquisadora na leitura das fontes, que estabeleceu o que deveria ser escrito, o que precisava ser analisado e o que urgia ser questionado. Orientou-a, inclusive, na escolha dos entrevistados. Para Vidal (2005, p.15):

Conduzir um estudo que tome a cultura escolar como objeto de investigação e se sensibilize pela análise das práticas escolares, enquanto práticas culturais, impõe um duplo investimento. Por um lado, ocupar-se do mapeamento dos lugares de poder constituídos, inventariando estratégias. Por outro, conferir atenção às ações dos indivíduos, nas relações que estabelecem com os objetos culturais que circulam no interior das escolas, esmiuçando astúcias e atentando à formalidade das práticas.

Enquanto instituição disciplinar, a Escola Normal Oficial de Picos organizou uma **rede de disciplina** que consistia na vigilância constante das normalistas, com o fito de promover o máximo aproveitamento do tempo, enquadrando-as em espaços específicos e examinando seus hábitos e atitudes, para delas extrair um saber.

Com a finalidade de formar a professora primária, a escola promoveu o cumprimento diário de normas que visavam constituí-las em professoras segundo o modelo existente na própria escola: mulheres comportadas, preparadas para ensinarem as crianças e a seus próprios filhos.

Para se chegar a esses dados, apenas o vasculhar os arquivos da escola seria insuficiente, uma vez que neles apenas existem livros de matrícula, de ponto de pessoal, de notas de alunos e de atas, além dos diários de classe. Logo, documentos insuficientes para revelarem o cotidiano da Escola Normal Oficial de Picos. Por isso, a adoção da **história oral**. Conforme Ragazzini (1999, p.26):

[...], a história das instituições não pode se limitar aos aspectos estritamente normativos: a instituição é governada [...]; é definida por espaços organizados, tempos administrados e modalidades internas

de funcionamento; possui figuras profissionais e usuários próprios; possui relações externas com outras instituições, com os contextos ambientais e a dinâmica social. [...].

Daí a necessidade da ampliação das fontes nessa escritura. O interior de uma escola é muito mais complexo do que o que consta nos seus livros em arquivo morto. Para conhecer uma instituição escolar, a sua dinâmica interna, é preciso recorrer àqueles que viveram o seu dia-a-dia. Àqueles que fizeram parte do jogo de poder ali evidenciado.

Para se chegar à elaboração da Dissertação, necessário foi seguir algumas etapas na pesquisa. Primeiro, buscou-se apropriar-se dos conceitos do referencial teórico-metodológico a ser usado na pesquisa, que serviria de farol na condução do olhar para o objeto de pesquisa em tela. Em seguida, passou-se à revisão do estado da arte.

Foram feitas leituras diversas de produções nacionais em torno das escolas normais e isso reforçou o interesse em desenvolver mais ainda a pesquisa, uma vez que, embora todas se encaixem no estudo da história das instituições escolares, nenhuma colidia com a outra, nem com a que se desenvolveu nesse estudo, pois cada uma estudou a escola normal a partir de critérios próprios.

Posteriormente passou-se ao contato com o universo específico da pesquisa. Foram feitas visitas à Escola Normal Oficial de Picos, com o fito de levantar a documentação existente em seus arquivos que contemplassem o período de enfoque.

Dessas visitas, foram encontrados documentos como a Ata de fundação da Escola Normal Oficial de Picos, Livros de Registro de Matrícula, Livros de Registro de Notas, Livros de Ponto de Pessoal e Diários de Classe, além de um documentário em Dvd, algumas fotos do acervo da escola e o hino oficial da ENOP.

Com os livros de matrícula foi possível fazer o levantamento da quantidade de alunas matriculadas na Escola Normal Oficial de Picos ao longo dos vinte anos que contempla a pesquisa, identificar peculiaridades próprias a essa instituição como a origem de seus egressos, que abraça a quase totalidade da macrorregião de Picos, e o fato de na primeira turma ter havido a presença de homens como normalistas.

Após a coleta de documentos escritos, deu-se início à realização das entrevistas com ex-alunas, ex-professores e ex-diretora. Para o cumprimento dessa etapa, foi necessário identificar o endereço das pessoas escolhidas, que não foi difícil, uma vez que a escola disponibilizou endereços e telefones desses agentes históricos, através de seus funcionários.

Para a realização das entrevistas, os entrevistados foram contactados inicialmente, momento em que houve a apresentação da pesquisadora, do seu objeto de pesquisa e a definição do dia e hora em que as entrevistas iriam acontecer. No dia e hora marcados, aconteceram as entrevistas que foram realizadas na casa das entrevistadas. Como se trata de uma pesquisa histórica que abraça os anos de 1967 a 1987, optou-se por entrevistar ex-normalistas das três décadas.

Foram entrevistadas 08 ex-normalistas, 02 ex-professoras e 01 ex-diretora que forneceram, através da memória, informações suficientes para a produção da análise e das conclusões da pesquisa.

Segundo Thompson (2002, p.271), “uma entrevista é uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la”. Dessa forma, a entrevista requer, na linha teórica de Thompson (2002), ambiente propício, confiança, respeito mútuo, cooperação e interação entre pesquisador e o agente histórico. Não dispensa, também, um roteiro que lhe dê maior segurança na condução da entrevista.

Com isso, adotou-se, na presente pesquisa, a **entrevista semi-estruturada**. Foram elaboradas previamente algumas perguntas que serviram como norte para a entrevista. As perguntas foram organizadas em sub-temas que giraram em torno da instalação da escola e acesso a ela, a cultura escolar e as relações no espaço, as atividades pedagógicas freqüentes, a representação das normalistas na cidade, a sociedade e a escola, o papel da direção e o cotidiano. Para cada entrevistado - ex-aluna, ex-professora, ex-diretora – foi elaborado um roteiro específico.

Embora se tenha adotado a entrevista semi-estruturada, a condução da conversa foi feita de forma a deixar as informantes à vontade, para que as entrevistadas pudessem falar o que sabiam, pudessem, através da memória, resgatar fatos significantes da história da escola em estudo. Com isso, perguntas outras foram feitas que não estavam no roteiro, e a história de suas vidas pôde ser

revelada, para que se pudesse ter acesso à história da Escola Normal Oficial de Picos.

Após as entrevistas, passou-se à etapa da transcrição das mesmas. Posteriormente seguida pela análise e interpretação das narrativas e o cruzamento das fontes orais com as fontes escritas, num trabalho de crítica e problematização constantes. De posse dos dados, passou-se à produção do relatório final da pesquisa.

Ao interpretar as entrevistas, o historiador oral, conforme Thompson (2002, p.309), “pode procurar compreender uma entrevista do modo sensível e humanista do crítico literário tradicional que interpreta os significados pretendidos pelo autor, muitas vezes num texto confuso e contraditório, a partir de todas as pistas que possam parecer úteis”.

Historiador e crítico literário são intérpretes de narrativas, de textos que se põem diante de si para serem lidos, para serem ditos. E isso requer, no caso específico do crítico literário, não apenas de conhecimentos teóricos oriundos da Teoria Literária, mas também da sua sensibilidade de leitor que se depara com um texto artisticamente elaborado que quer ser revelado, que quer ser interpretado, mesmo sendo um texto hermético, de difícil penetração.

Da mesma forma, Thompson (2002) apresenta a possibilidade de o historiador oral se colocar diante das narrativas que possui para análise e interpretação. Embora deva estar munido de conhecimentos teóricos, ele necessita de sensibilidade para dizer o texto, para apresentar o seu sentido e a sua significação, a partir do contexto de que emana. Para Thompson (2002, p.304), “o material deve ser interpretado com plena consciência do contexto em que foi coletado, das formas de viés a que está sujeito e dos métodos de avaliação então necessários”.

Assim foi feito na interpretação das entrevistas coletadas. Buscou-se olhá-las de forma crítica, respaldando-se, na análise, além da base teórica escolhida para nortear a pesquisa, também pela sensibilidade de leitor que se vê com uma narrativa nas mãos e que quer ser revelada, uma vez que contém informações outras, além das oficiais, sobre determinados fatos.

Com a análise das entrevistas elaborada e o cruzamento das fontes feito, passou-se à escritura da Dissertação, que se encontra apresentada em quatro capítulos, antecedidos por uma **introdução** e seguidos das **considerações finais**.

No primeiro capítulo, **Dialogando com a teoria: da base teórica às motivações históricas**, foi feita a discussão teórica que embasou os trabalhos da pesquisa. Apresentou-se de forma detalhada o objeto, o objetivo, a justificativa e o método de pesquisa adotados.

No segundo capítulo, **Escola Normal Oficial de Picos: da instalação à consolidação**, foi feito o registro do processo de fundação e da forma de acesso à Escola Normal Oficial de Picos. As motivações políticas e sociais que respaldaram a implantação dessa escola na cidade de Picos. Além disso, tratou-se da representação da normalista na sociedade picoense e na sua macrorregião.

No terceiro capítulo, **Um mergulho no cotidiano da Escola Normal Oficial de Picos**, enfocou-se o cotidiano da Escola Normal Oficial de Picos. Destacaram-se as formas de relacionamento entre normalista e professores, as práticas pedagógicas dos professores-formadores e o tipo de saber que se queria transmitir, além de se enfatizar a importância das festas próprias da escola.

No quarto capítulo, **A cultura escolar no espaço da Escola Normal Oficial de Picos**, tratou-se da cultura escolar evidenciada na Escola Normal Oficial de Picos e dos modos de obediência e resistência a essa cultura, além de focar os modos de constituição da professora primária e sua atuação no mercado de trabalho.

1. DIALOGANDO COM A TEORIA: DA BASE TEÓRICA ÀS MOTIVAÇÕES HISTÓRICAS

Todos cantam sua terra
Também vou cantar a minha.
Casimiro de Abreu

Durante o período histórico da chamada estética romântica, no século XIX, que se efetivou tanto na Europa quanto na recém-formada nação brasileira, constituiu-se marca dos autores que aderiram ao movimento, cantar a sua pátria, em um misto de nacionalismo, busca da cor local e apresentação aos outros povos do que existia de melhor em seu território.

Através dessa prática comum, muitos nomes de poetas e prosadores surgiram e hoje as letras nacionais possuem um arsenal de textos específicos dessa época e que denunciam um modelo de identidade dada e construída. Foi, no caso brasileiro, a tentativa de se firmar enquanto nação que muitos desses textos foram aceitos e cantados. Dentre eles, destaca-se o poema **Minha terra**, de Casimiro de Abreu, poeta romântico brasileiro que, ao lado de Gonçalves Dias, Castro Alves, José de Alencar e outros, cantou na lira as cores do Brasil e deixou registrados, para as gerações posteriores, as principais marcas das feições da recém-inaugurada nação: o Brasil.

Mas, embora tenham falado do Brasil e de suas marcas identitárias, os autores do Romantismo prenderam-se, em sua maioria, à apresentação ufanista da terra, desconsiderando, em quase todos os casos, uma abordagem dos problemas existentes no país. Cantar a pátria significava, para esses poetas/prosadores, apresentar o que de melhor ela possuía, o seu lado positivo: a fauna, a flora e o homem.

É o que acontece, por exemplo, no poema “Minha terra”, de Casimiro de Abreu, que para cá é trazido como provocação ao tema da presente **Dissertação de Mestrado**. Nesse poema, embora o autor apresente ao seu leitor a pátria mãe, essa lhe é dada de forma idealizada, logo, subjetiva.

Ele a canta como rainha, como “terra de amores” onde “tantas belezas” há, como “terra encantada” e “do mundo todo desejada”. Desenha para o leitor um país inexistente, porém existente na visão do eu que canta a terra. É, através de uma memória fictícia, que o eu-lírico repassa em verso a história de glória do seu povo: do achamento do Brasil até ao Reinado, não de forma direta, mas através da sugestão.

1.1. Objetivo, objeto e justificativa

A presente pesquisa percorreu caminho contrário, objetivou reconstruir, pelo viés da memória individual e coletiva, a trajetória histórica da Escola Normal Oficial de Picos, entre os anos de 1967 a 1987. Caminho contrário pois, através do relato oral dos sujeitos da história, reconstruiu o **cotidiano** daqueles que viveram no espaço dessa escola e mostrou como se deu o processo de **constituição dos sujeitos** ali formados, tudo isso através do registro da **cultura escolar** ali evidenciada.

Porém, seguiu o mesmo caminho do poema, no tocante ao pretender historiar o passado de uma instituição escolar que teve significação ímpar para a cidade em que se encontra inserida e aquelas que compõem a sua macrorregião, sem idealização e ufanismo, mas com vistas a revelar, através das fontes orais e escritas, a cultura escolar ali presente. Foi feito aqui o mesmo que outros pesquisadores pelo Brasil a dentro fizeram quando analisaram as escolas normais do país, dentre eles, Paolo Nosella e Ester Buffa (2002), Carlos Monarcha (1999), Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003), Iria Brzezinski (1999) e Maria Teresa Canezim e Walderês Nunes Loureiro (1994) e as piauienses Francisca Cardoso da Silva Pires (1985), Norma Patrícya Lopes Soares (2004) e Rita de Cássia Lima Pereira (1996).

Cada um desses pesquisadores investigou, a partir de critérios próprios, a escola normal de sua região/cidade e oportunizou, aos novos pesquisadores e estudantes, o acesso a informações significantes dessas escolas, historiando-as. Assim como viabilizaram a introdução, na História, de uma instituição escolar que

exerceu, no caso brasileiro, importância capital na formação de docentes para o exercício do magistério primário.

Assim como fizeram esses pesquisadores, foi feito na presente pesquisa. Aqui se prendeu ao estudo e análise da cultura escolar e a conseqüente constituição do sujeito, a normalista, futura professora primária que essa escola engendrou durante os anos em tela. Tal pesquisa se tornou necessária em virtude da significação social que a ENOP teve para essa cidade e os núcleos populacionais vizinhos, uma vez que formou as professoras que iriam assumir o controle da educação em toda a macrorregião de Picos-PI.

A escolha do recorte temporal justifica-se por ter sido esse o seu período de apogeu no processo de formação de docentes para o magistério primário, após esse período, com a chegada das Universidades em Picos, juntamente com a mudança de mentalidade da sociedade local e das próprias alterações na Legislação em torno da educação, a ENOP entrou rapidamente em uma crise conceitual, vivendo seu declínio enquanto instituição formadora de professores. Além de ter sido essa a época em que a ENOP foi dirigida pela **Sr^a Luzia Moura Barros**, sua primeira diretora, que ficou à frente da escola por vinte anos (05/03/1967 a 18/08/1987).

Evidentemente foi necessário retomar-se o período anterior à implantação da Escola Normal, para registrar o porquê de sua instalação em Picos e conhecer um pouco sobre a sociedade que a recebeu e as concepções desse povo em torno da educação e da professora normalista.

Ora, se “todos cantam sua terra/ também vou cantar a minha”, se todos enredaram essa instituição educacional e seu papel social nas cidades em que estiveram encravadas, aqui também foi feita a mesma coisa. Ou como diz Fernando Pessoa (1998, p.113), através do seu heterônimo Alberto Caeiro:

Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E donde ele vem.
E por isso, porque pertence a menos gente,
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.

Pelo Tejo vai-se para o mundo.
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram.
Ninguém nunca pensou no que há para além
Do rio da minha aldeia.

É nessa linha de pensamento, e intertextualizando aqui Fernando Pessoa com o rio que corre na sua aldeia e a escola normal que se formou e se desenvolveu na cidade de Picos, que se justifica também a presente pesquisa. A necessidade de conhecer a história do cotidiano dessa escola, seus personagens/atores, sua cultura particular que a difere das demais do país e que, por isso, lhe dá aspectos próprios, nem melhores nem piores que as escolas normais das outras partes do país.

Se “poucos sabem qual é o rio da minha aldeia/ e para onde ele vai/ e donde ele vem”, como disse o poeta português ao falar do rio desconhecido que cortava a sua aldeia, em oposição ao grande e conhecido Tejo, majestoso e famoso. Poucos também sabem a formação e a estruturação da Escola Normal Oficial de Picos e a contribuição dela para a educação. E se “ninguém nunca pensou no que há para além/ do rio da minha aldeia”, ou seja, se ninguém nunca pensou no que havia para além dos muros da Escola Normal Oficial de Picos, como era seu cotidiano, quais as relações que ali se estabeleciam, como se dava o ensino-aprendizagem ali vivido, o modelo de professor que se estava gestando e, até mesmo, o jogo de poder empreendido naquele espaço e no tempo em estudo, aqui se fez isso, respaldando esse resgate na memória dos que nela se formaram e/ou trabalharam.

Fincada em uma cidade do interior do Estado do Piauí, Picos, a ENOP foi fundada em 1967 e, a partir dessa data, assumiu o controle da formação de professores para o ensino primário local. Voltada especificamente para a formação de mulheres, a ENOP representou, para as normalistas, a possibilidade de sua saída do privado-doméstico para o espaço público, uma vez que, após a conclusão do curso normal, tais professoras viam diante de si a oportunidade de ingressarem no **mercado de trabalho**.

Mas que dizer de Picos – Piauí? Como era a cidade que recepcionou a ENOP? É através do poema **Picos é assim**, de Maria Crismanda Saraiva de Oliveira, que se fará a apresentação dessa cidade.

Picos é assim

Você que é do Piauí, já foi a Picos?
Por turismo, si,
Para ver belezas,
Novidades sem fim.
Rodovias que se bifurcam
Para o norte,
Para o sul,

Para o leste,
 Para o oeste,
 Integrando o Brasil,
 Unindo os povos!
 Picos – entroncamento rodoviário!
 Picos – ponte de integração nacional!

[...]

Se o Guaribas, corre caudaloso,
 Que bom! A safra é boa e grande!
 Se deixa o seu leito arenoso descoberto,
 Aí então, meu irmão piauiense,
 É lindo ver a brancura
 Na colheita do alho
 Ou da cebola!
 Ei, gente! Vale a pena
 Ver esses canteiros
 Artisticamente confeccionados,
 Decorados, enfeitados...
 – “Cebola e alho, minha dona!”

[...]

Entre, entre na minha cidade.
 Ei, moço, pode me acompanhar...
 Vamos, entre na feira...
 Que beleza!
 Está vendo tanta barraca coberta?
 É a feira! É a feira do sábado, moço!
 Alho, cebola, farinha, goma...
 - Feijão do bom! Quem vai querer?
 - Carne seca! Tripa! Carne boa!
 - Panelas de barro! Louça bem feita!
 - Não quer almoçar? Sente-se!
 - Quebra-queixo! Que bom!
 - Por que não leva um vestido?
 - Uma rede? Sim, senhor!
 - Laranjas, mangas, doce de buriti!
 - Galinhas, porcos, bodes...
 Tem tudo o que você quiser
 Na feira dos Picos do Piauí!

O que é aquilo lá?
 Não está vendo? É a majestosa Catedral!
 Nossa Senhora dos Remédios, a padroeira!
 No dia 15 de agosto, moço, você precisa ver!
 Procissões, cantos, velas...

[...]

O que?!!! Ainda não sabe?
 Por que se chama Picos? Oxente!!!
 Veja moço, a cidade!
 A cidade-sede do município,
 É cercada de “picos”!!!
 Olhe... à direita, à esquerda...

[...]

(Irmã Maria Crismanda Saraiva de Oliveira, 1978)

Os versos da autora convidam o leitor a conhecerem o município de Picos, elevado à categoria de cidade em 12 de dezembro de 1890. Encravada entre morros, que a cercam e dão-lhe feições particulares, essa cidade surgiu à margem direita do Rio Guaribas, formou um dos principais pólos populacionais do Estado do Piauí e tornou-se, em virtude da sua posição geográfica, entroncamento rodoviário de acesso a outros Estados do Nordeste brasileiro.

Teve no Rio Guaribas, rio que corta a cidade, uma das suas principais fontes de renda. No Guaribas plantavam-se alho, cebola, milho, feijão nos roçados e nas vazantes. Serviam também suas águas para atenderem à demanda de lavadeiras de roupas que dali tiravam seu sustento, além de ser espaço de lazer, pois em suas águas banhava-se e pescava-se. Segundo Franco (1955, p.69):

A grande parte do plantio, especialmente de cebola e alho, que Picos exporta em grande quantidade, é feito no regimem de vasantes do rio Guaribas que banha boa extensão das suas terras. Essas vasantes que são de alto rendimento custam hoje um elevado preço avaliadas que são em braças quadradas, disputadas como estalão de riquezas de laboriosos lavradores.

Além de exportarem a colheita, os produtos extraídos das vazantes do Guaribas eram comercializados no Mercado Público local e na grande feira da cidade.



Figura 1. Vazantes do Rio Guaribas
Fonte: Arquivo particular de Fábio Neiva

A feira livre de Picos, realizada nos sábados, na Praça Justino Luz, no centro da cidade, tornou-se uma das principais características locais e uma das bases econômicas do município. Nela se encontrava, e ainda se encontra, de tudo um pouco. Vendem-se produtos locais e adquiridos nas cidades e Estados vizinhos, especialmente no Ceará.

A comercialização de diversos produtos agrícolas e manufaturados era feita nas feiras semanais. Dentre eles, destacam-se o alho, a cebola, o feijão, o milho, o arroz, a mandioca, a farinha, a goma, frutas e verduras diversas e outros, associados à venda de bodes, jumentos, galinhas, porcos, peças de barro como potes e panelas, além de bileiras, cadeiras e mesas, produtos de couro como chapéus, esteiras, vassouras, abanadores para fogareiros e outros. A venda de comidas, de roupas e calçados e também a presença de cantadores locais, apresentando suas canções e recebendo por elas.

Além do aquecimento econômico promovido pelas feiras, a venda de mercadorias era efetivada no comércio atacadista e varejista, destacando a comercialização de gêneros de exportação, como a cera extraída da carnaúba e industrializada na Usina local, lojas de tecidos e calçados, estivas e miudezas, padarias, farmácias, peças para veículos, motocicletas e bicicletas, hotéis e pensões, além de uma série de quitandas espalhadas pelas ruas da cidade.

Mas “O que é aquilo lá?/Não está vendo? É a majestosa Catedral! Nossa Senhora dos Remédios, a padroeira!”. A Picos, dos anos em estudo, também teve sua cultura religiosa e em Nossa Senhora dos Remédios a sua padroeira. A explicação histórica disso remonta ao século XIX, conforme estudo de José Albano de Macedo, no Jornal O Macambira, de 31-08-1982, para quem:

Na tarde do dia 31 de dezembro de 1847, chegou a Picos a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, conduzida de Salvador, Bahia, até Picos, por um escravo, a pé, que, por esse motivo, recebeu a carta de alforria. [...] A imagem foi encomendada pelo Coronel Victor de Barros, em cumprimento à promessa feita pelo vaqueiro João das Dores. Pela imagem, que veio de Portugal, Victor de Barros pagou a importância de 40\$000 (quarenta mil réis), o produto da venda de dez vacas paridas. [...] Pela Resolução Civil nº 308, de 11 de setembro de 1851, a povoação dos Picos é elevada à freguesia, sob o orago de Nossa Senhora dos Remédios. [...] Somente em 1871, foi edificada a imagem da Padroeira de Picos pelo Pe. Dr. Antônio Maria José Ibiapina que a construiu em apenas noventa dias. A imagem de Nossa Senhora dos Remédios em festiva procissão,

foi levada para o seu templo, com grande acompanhamento, pelo Frei Ibiapina, como era, popularmente, conhecido. [...] Por ter sido benta no Dia de Ano, a festa da Padroeira foi, durante muito tempo a 1º de janeiro. O Pe. João Severino de Miranda Ozônio, vigário de Picos (1878 – 1896), mudou os festejos para o dia 13 de outubro, data essa que em todos os países latinos festeja-se Nossa Senhora dos Remédios. Em 1910, o Pe. João Hipólito de Sousa Ferreira fez voltar a festa para o 1º de janeiro. Dom Exedito Lopes, 1º Bispo de Oeiras, transferiu a festa para o dia 15 de agosto. Dom Edilberto Dinkelborg tornou a transferir a festa para o 1º de janeiro. Finalmente, após consulta aos paroquianos, Nossa Senhora dos Remédios está sendo comemorada a 15 de agosto.

A cada dia 15 de agosto, os picoenses realizam os festejos religiosos locais com missas, procissões, batismos, casamentos, leilões e outras atividades que celebram a sua padroeira. Rituais rigorosamente cumpridos e sua significação levada para a vida diária.



Figura 2. Catedral de Nossa Senhora dos Remédios (2007)
Fonte: Arquivo particular de Welbert Feitosa Pinheiro

Destaque para a suntuosidade da arquitetura da Catedral de Nossa Senhora dos Remédios, que demonstra em seus traços a dimensão da fé e do zelo da população local.

A atual catedral substituiu o templo da antiga igreja-matriz de Nossa Senhora dos Remédios, que fora edificada em 1871. Conforme Duarte (1991, p.103):

Em 1948, por decisão do vigário de Picos, Padre José Inácio de Jesus Madeira, iniciou-se a demolição da igreja-matriz de Nossa Senhora dos Remédios – construída no ano de 1871 pelo Frei Antônio Ibiapina – para que fosse erguido, no mesmo lugar, um novo templo.

Os principais acontecimentos locais, como comícios e desfiles carnavalescos, assim como parte da rede comercial, gravitavam também em torno da Praça Félix Pacheco, no centro de Picos. Espaço de encontros e de negociações, por ela transitavam os picoenses, e servia de palco para mendigos, curiosos, rapazes e moças enamorados e ponto de táxi. Segundo Duarte (1991, p.31):

A Praça Félix Pacheco, além de ser, então, o único jardim público da cidade, combinava as funções de área comercial e residencial com a de local de socialização dos picoenses. [...]. Havia sempre movimentação na praça nos fins de tarde e à noite. Nas manhãs de domingo o movimento crescia, mas era nas noites de sábado e do domingo que a praça se enchia de gente e de cores.

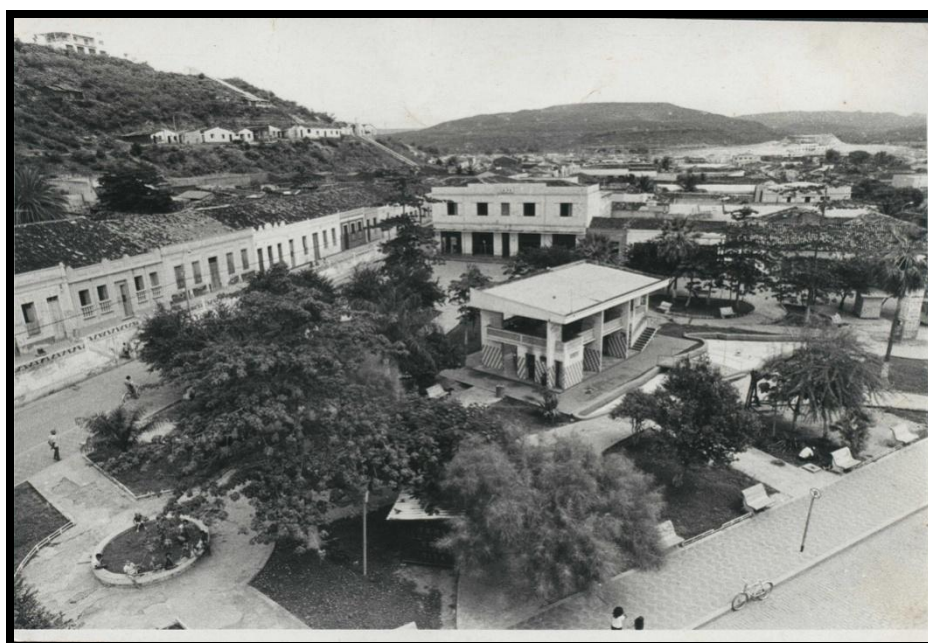


Figura 3. Praça Félix Pacheco (s/d)
Fonte: Arquivo particular de Fábio Neiva

Ainda em meados de 1970, a praça Félix Pacheco continuava a ser local de encontro, especialmente de jovens à cata de diversão e de namoro. Pelo passeio da praça, os jovens circulavam e formavam novas amizades ou início de namoro.

Afora esse espaço de entretenimento, os picoenses dispunham de um clube local, onde eram realizados os principais bailes e eventos sociais, o Picoense Clube, localizado no centro de Picos.

Não se trata de uma cidade em que há a presença de suntuosos casarões ou de grandes obras arquitetônicas que remetam às linhas do Brasil colônia. Em Picos, a arquitetura local se firmou em formas simples, mas bem peculiares e que dizem, revelam o tipo de homem ali existente: religioso e tradicional. Sobre isso, Duarte (1991, p.30) afirma que:

Por ser uma cidade relativamente nova, fundada em meados do século passado, Picos não foi contemporânea do esplendor arquitetônico do período colonial e da época imperial, [...]. Assim, Picos nunca teve exemplares arquitetônicos expressivos ou suntuosos. [...]. As residências típicas da cidade eram casas conjugadas com porta e uma, duas, ou quatro janelas.

Por se tornar uma cidade de referência econômica e de oportunidade de estudo diante do crescimento da rede escolar local, para Picos se dirigiram pessoas da sua então microrregião e de outros Estados do país, promovendo uma redefinição do controle do comércio local e da ampliação do contingente humano, especialmente na zona urbana do município. Segundo Duarte (1991, p.191):

No caso de Picos, o que se observa é, de fato, um fenômeno complexo que revela não só o surgimento de uma elite econômica de origem forânea, como também um processo de mobilidade social através do qual representantes dos extratos médios da população local passam a integrar a nova elite empresarial da cidade. [...]. Como resultado disso, tem sido expressivo o crescimento demográfico do município de Picos ao longo das últimas quatro décadas. É sugestivo, a propósito, a evolução da densidade demográfica do município, que se elevou de 12 hab/km² em 1950 para 26 hab/km² em 1970, tendo alcançado 77 hab/km² em 1989, o que equivalia a sete vezes a densidade demográfica do Estado do Piauí.

Mas algo se destacava no cotidiano da cidade, já antes da década de 1960, o trânsito dos estudantes pelas ruas em direção às escolas locais, numa franca apresentação da situação da realidade escolar. Conforme Duarte (1991, p.55):

Durante o dia, o vaivém dos colegiais fardados dava um certo colorido e movimentava as quietas ruas da cidade. Havia duas escolas públicas de ensino primário – o Grupo Escolar Coelho Rodrigues (fundado em 1928) e a Escola Municipal Landri Sales (criada em 1935) – e um educandário particular, o Instituto Monsenhor Hipólito [...], além de pequenas escolas particulares de propriedade das muitas professoras que ajudaram a formar várias gerações de picoenses.

Politicamente, o mundo vivia nos anos de 1970 a preocupação com a Guerra Fria entre a União Soviética e os Estados Unidos da América, os jovens viviam a revolução sexual em uma década de experimentalismos, da contracultura, do *underground*, do surgimento de revistas, jornais e livros de intenção política, de denúncia da situação ditatorial em que se encontrava o país, as ruas brasileiras eram invadidas pelos sapatos plataforma, pelas calças boca-de-sino e pelo *rock in roll*, em Picos a vida seguia seu curso normal, marcado pelos velhos costumes familiares.

Assim, conforme assinala Rolnik (2004, p.12), a cidade é como “um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens”. Esse ímã tem a força suficiente de envolver aqueles que são atraídos a ele, molda-lhes, impõe-lhes suas marcas, dá-lhes um estilo próprio de vida. Assim aconteceu com a cidade de Picos e seus habitantes.

Esse povo, conforme o apresentado, possuía um *modus vivendi* próprio, sua cultura conduzia seu cotidiano, as formas geográficas da cidade fixaram o povo picoense nesse espaço e fez com que fosse um grupo voltado para a agricultura e para o comércio, especificamente para a compra e venda em feiras livres.

Segundo Rolnik (2004, p.17), “o desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo”, denota a cosmovisão do grupo em torno de si e do seu povo. Foi o que aconteceu e é revelado, por exemplo, na suntuosidade do templo da Catedral, no traçado da Praça Félix Pacheco, na sua posição central, mas também espaçosa e bem desenhada, além de freqüentemente ter as suas formas redefinidas; na largura das avenidas centrais, como a Avenida Getúlio Vargas, que liga o centro às ruas mais distantes, finalizando na chamada Igreja do Sagrado Coração de Jesus, a popular Igrejinha.

1.2. Enfocando a teoria: a Nova História Cultural

Para o registro analítico da história dessa instituição escolar, adotou-se a abordagem historiográfica vinculada à História Cultural. A **Nova História Cultural** considera de importância para o estudo e registro histórico a **micro-história** e a **história da vida cotidiana**. Segundo Burke (1992,p.23), “outrora rejeitada como trivial, a história da vida cotidiana é encarada agora, por alguns historiadores, como a única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado”.

Ao colocar o cotidiano como centro, a História Cultural dá possibilidade ao aparecimento do **discurso não-oficial**, o discurso elaborado por grupos que, do contrário, não teriam oportunidade de ver sua voz em evidência, excluindo a idéia de trivialidade que tais discursos poderiam conter e valorizando o seu conteúdo. Enquanto discurso não-oficial, a voz dos que viveram, de fato, a história é agora valorizada, sendo elevada à categoria de **documento**. Documento portador de um enredo peculiar: o enredo da vida, o enredo dos que viveram os episódios da história. Em franca substituição ao chamado **discurso oficial** oriundo dos gabinetes, evitados de intencionalidade e construídos em torno de uma determinada ideologia em vigor. Conforme Souza (2000, p.52):

É preciso que a história da educação inclua o ponto de vista desses seus agentes, além de outros, como pais e administradores, e não somente o ponto de vista do discurso emanado das esferas mais altas do poder institucional.

E, ao fazer isso, a **História da Educação** estará oportunizando o resgate, a análise e o registro de fatos importantes que aconteceram nos espaços escolares em épocas específicas, através daqueles que efetivamente os vivenciaram e que através deles pode-se obter a sua real significação. Tirando o controle dos relatos daqueles que detêm a oficialidade do discurso e oportunizando a alunos e professores espaço de voz dentro da narrativa histórica. Ou como ainda defende Souza (2000, p. 52):

É preciso incorporar à análise histórica [...] a idéia de que para compreender o que a escola realizou em seu passado (ou realiza na

atualidade), não é suficiente estudar idéias, discursos, programas, papéis sociais nela desempenhados, suas práticas e métodos de trabalho; torna-se necessário também tentar compreender a maneira com que professores e alunos reconstruíram sua experiência, como constituíram relações, estratégias, significações por meio das quais construíram a si próprios como sujeitos históricos.

Diante disso, realizou-se o registro histórico da Escola Normal Oficial de Picos dando-se prioridade à **memória** dos seus **agentes históricos**. Claro que documentos escritos e que se encontram arquivados na ENOP foram incluídos como fontes, mas o enfoque primeiro da análise se centrou nos relatos orais. Relatos de ex-professores, ex-alunas e ex-diretora que estudaram e trabalharam nessa instituição escolar e que ainda trazem na memória, por ainda guardarem o sentimento de pertencimento ao grupo, fatos e dados importantes sobre o passado da ENOP. E é exatamente em torno desses sujeitos que a pesquisa gira. Da sua experiência, das suas relações, estratégias e resistências e tudo o que a cultura escolar foi capaz de promover neles para a sua construção enquanto sujeitos, principalmente enquanto sujeitos históricos.

Para Roger Chartier (1988, p.16-17), “a história cultural [...] tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. A realidade social que se colocou em evidência aqui para análise é a da Escola Normal Oficial de Picos e o que se revelou, a partir das entrevistas feitas e análise de documentos diversos foi como essa instituição de ensino foi capaz de, através de seu cotidiano constituir um determinado tipo de professor, a partir de suas normalistas.

Saber como o sujeito **professor primário** foi ali constituído, quais as relações de forças que nesse espaço foram características, como as normalistas e futuras professoras primárias eram pensadas, não apenas pelos agentes educacionais que nessa escola trabalhavam, mas também pela sociedade picoense como um todo durante os anos em que sua primeira diretora esteve à frente dessa instituição foram elementos que se fizeram presentes de forma constante nessa pesquisa.

Com isso, na presente pesquisa, deu-se voz às ex-normalistas, ex-professores e ex-diretora da ENOP para que, através do seu testemunho, fosse possível registrar os fatos vividos no espaço e no tempo que se delimitou para estudo. Pessoas que, certamente, não teriam oportunidade, de outra forma, de

trazerem à tona, através da memória, a história dessa instituição. A história do seu cotidiano, a história das aulas, das atividades pedagógicas em geral, dos saberes repassados e apropriados, dos sistemas de vigilância e de resistência à disciplina ali imposta. A história que não se encontra nos arquivos dessa escola e, certamente, de outras tantas no país.

1.3. Em busca de documentos: vasculhando arquivos e localizando o método

Dissertando sobre os documentos e arquivos escolares, Vidal (2005, p.23) destaca a importância da inclusão de outros documentos nos arquivos escolares além dos ditos oficiais ou comumente chamados de históricos, como “cadernos de alunos, exames, trabalhos escolares e, mesmo fotografias de eventos recentes”, somente dessa forma os arquivos escolares poderiam também ser elevados à categoria de **lugares de memória**. Documentos que, infelizmente, ainda não foram recepcionados pelos arquivos das escolas. Só assim, ainda segundo Vidal (2005, p.23-24):

Integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a freqüentaram ou freqüentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere).

Tal proposta é inovadora, porém ainda não aplicada em instituições como a que se pesquisa agora. Diante da ausência de um arquivo com espaço para a memória daqueles que realmente fizeram a história da escola, dos que a freqüentaram estudando, ensinando, dirigindo ou servindo-a de alguma forma, através de serviços diversos, como os de secretaria, mecanografia, biblioteca, cantina, faxina e outros que oportunizassem a pesquisadores ou curiosos e, até mesmo, à nova geração que em seus bancos atualmente se encontram sentados, a se informarem sobre o cotidiano da escola e suas relações com o meio sócio-histórico-cultural em que se encontra inserida é que se fez necessário adotar como **método de pesquisa** o indicado pela **história oral**, que proporciona ao pesquisador o contato direto com esses depositários da **memória coletiva**.

Através da história oral, possibilita-se que as chamadas **vozes ocultas** da história se manifestem. Ocultas por não terem oportunidade de revelarem o conteúdo histórico depositado em sua memória. Conteúdos que, diante da dinâmica da vida e da cotidianidade são os que, na maioria das vezes, conseguem melhor revelar o oculto dos fatos. Segundo Thompson (2002, p.16):

A história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos.

E, ao oportunizar aos que vivem à margem do poder falar, dizer algo que revele o passado e que seja possível através disso compreendê-lo melhor, é que a história oral foi adotada como método de pesquisa.

Além de oportunizar a entrada em cena das vozes ocultas, a história oral, enquanto método de pesquisa, favorece o ingresso das chamadas **esferas ocultas** no relato histórico. Ou seja, de temas que, possivelmente, não seriam contemplados por outro método de pesquisa. Temas também ocultos, por não estarem registrados em arquivos oficiais, mas guardados na memória daqueles que os vivenciaram. E aqui coloca-se em evidência, como esfera oculta, o cotidiano escolar que gerou a cultura escolar que caracterizou a ENOP durante os anos que a pesquisa contempla.

Dessa forma, conforme Vidal (2005, p.24), “no que concerne a um estudo sobre as práticas escolares, o retorno à materialidade da escola envolve considerar os documentos para além do papel”. Daí a possibilidade da **ampliação das fontes** e da inclusão de documentos outros, que não os oficiais, no rol das fontes. Ratificando tal afirmação, Le Goff (1998,p.28) considera que:

a história nova ampliou o campo do documento histórico: ela substituiu a história (...) fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc.

Diante da possibilidade de ampliação do campo documental, foi possível utilizar, no corpo da Dissertação, diversas fotografias. Algumas com o fito ilustrativo,

outras com a finalidade de respaldar o dito pelas entrevistadas ou como documentos suficientes para análise de um determinado dado.

Elevada à categoria de documento, a fotografia fornece ao seu leitor o instante, a captura de um momento vivido pelas pessoas e que não se repetirá. Momento que teve significação para aqueles que foram fotografados e que dizem, sem retoque, o que de fato aconteceu. Ou como assinala Kubrusly (2006, p.17), ao falar da metáfora do “grande mágico”, o fotógrafo, que fotografou uma família que não conhecia fotografias: “Eis aqui, aprisionado nesta folha de papel, um fragmento do tempo, um instante preservado, que não se perdeu como se perdem todos os instantes”.

As fotografias, enquanto “um instante preservado”, “um fragmento do tempo”, foram analisadas com o fito de nelas localizar-se informações suficientes sobre o cotidiano, a cultura escolar e o sujeito constituído na ENOP.

Por conterem imagens do real, elas podem apresentar informações sobre algo, uma vez que sempre informam. Diante de uma fotografia, segundo Kubrusly (2006, p.25), “[...]. Queremos saber sobre antes e depois, perguntamos sobre as pessoas, o lugar, o evento, a época. Buscamos a historinha que a imagem insinua e oculta, o texto que falta, falado ou escrito”. A fotografia é, assim, uma condutora de informações. A imagem nela contida trás dados sobre um instante ímpar, que envolve, em alguns casos, pessoas e espaços.

Sobre o instante captado, Roland Barthes (1984, p.13), ao apresentar seu método de leitura da fotografia, diz que “[...]. O que a Fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente”. Embora possa ser reduplicada infinitas vezes, o conteúdo será sempre o mesmo: o instante captado, a história registrada.

A história da ENOP está contida também em fotografias, desde a sua fundação houve a preocupação em registrar o instante, o momento. As imagens se diversificam em uma gama significativa de situações que precisam ser lidas, para serem reveladas.

Considerou-se na leitura da trama fotográfica, a pose dos manequins, especialmente das normalistas. Uma vez que, para Barthes (1984, p.27), “[...]. Diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exhibir sua arte”.

Assim, a fotografia pôde ser lida como uma escritura, mas também como um texto carregado de intencionalidade. Priorizou-se, pois, diante disso, por uma leitura objetiva, concentrando-se no jogo das imagens e no que elas diziam, considerando-se que, mesmo diante de imagens às vezes tendenciosas, “toda fotografia é um certificado de presença” (BARTHES, 1984, p.129), da presença de algo, de um dado significativo da história.

Como narrativa, a imagem pode ser lida, uma vez que “as imagens, assim como as histórias, nos informam” (MANGUEL, 2001, p.21). Informam, por exemplo, no caso em tela, como era realmente o uniforme das normalistas, como agiam no seu cotidiano, o comportamento nos recreios, o próprio espaço da escola e outros. Segundo Manguel (2001, p.25):

Com o correr do tempo, podemos ver mais ou menos coisas em uma imagem, sondar mais fundo e descobrir detalhes, associar e combinar outras imagens, emprestar-lhe palavras para contar o que vemos mas, em si mesma, uma imagem existe no espaço que ocupa, independente do tempo que reservamos para contemplá-la.

E, como as fotografias e as demais imagens usadas no interior da análise estão deslocadas do tempo de sua produção, o leitor de hoje pode identificar nelas, bem melhor, aspectos que traduzem o tipo de sujeito específico da época em que foram produzidas, a postura exigida, o estilo de vida. E isso por terem as imagens existência própria, o atestado de instantes vividos.

Evidentemente que as chamadas fontes documentais escritas também foram usadas como suporte na pesquisa, sobretudo as encontradas no arquivo da ENOP, em seus livros. Mas priorizou-se na pesquisa as fontes orais, por serem consideradas aqui as que melhor revelariam a cultura escolar vivida na ENOP.

Com isso, além de documentos em arquivos, especificamente escritos, passou-se a adotar os documentos orais, adquiridos a partir do método da **história oral** de vida que, para Thompson (2002,p.44):

é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. (...). Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade.

O que se destaca, assim, é a importância dada às pessoas, às suas experiências de vida. Não há espaço para heróis inventados, mas para os que viveram os fatos, os que sentiram o impacto dos acontecimentos.

E, por gravitar em torno de pessoas e lançá-las para dentro da história, a **memória** será o seu objeto primeiro. Como se vê, a escrita da história não pode se dar apenas através de fontes documentais escritas, foi necessário recorrer aos agentes que fizeram parte da época do objeto em estudo, que presenciaram os episódios do cotidiano a serem reconstruídos e/ou historiados. Assim, é a memória a principal atriz nesse contexto de reconstrução, uma vez que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”, conforme assinala Halbwachs (1990,p.51).

Sabendo disso, foi preciso, no processo de reconstrução da história da ENOP, no período em apreço, entrevistar pessoas que ocuparam espaços diferentes nessa instituição escolar. Com isso foi possível obter mais informações sobre a escola, pelo viés da memória individual que representa parte da memória coletiva e, posteriormente, o encontro da memória individual dos diversos agentes da escola favoreceu a apresentação da memória coletiva.

Entende-se por memória, conforme Pollak (1989, p.9):

Essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, [...], em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes.

Daí advém a importância da memória, de ela operar coletivamente e de ser possível, através do seu resgate, interpretar o significado e o sentido de fatos do passado, vividos por grupos específicos, com o fito de conservá-los.

Mas, não se pode deixar de registrar que, embora detentores de uma memória, as pessoas também possuem o **esquecimento**, esse companheiro da memória. Esquecimento que, às vezes, é capaz de ocultar dados importantes e que tornar-se-ão inviáveis de serem reconstruídos e, conseqüentemente, historiados. Dissertando sobre essa temática, Pollak (1989, p.8) afirma que:

Existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, 'não-ditos'. As fronteiras desses silêncios e 'não-ditos' com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

Como se vê, ao lado do esquecimento, como elemento impeditivo de revelar fatos do passado vividos e sentidos, há também os **silêncios** e os **não-ditos** que cruzam os discursos daqueles que são chamados para, através de sua memória individual, relatar episódios conhecidos apenas por eles. Esses silêncios e não-ditos podem ser provocados por motivos diversos, dentre eles, destaca-se aqui, o medo de trazer à tona fatos passados capazes de gerar constrangimento em alguém ou em alguma instituição. E, com isso, o agente histórico termina por silenciar-se diante dessa evidência.

O método da história oral possibilitou, dessa forma, a entrada em cena de atores diversos que, através dos seus relatos possibilitaram o resgate e o registro de fatos do passado da ENOP que somente eles sabiam, que somente eles tiveram acesso e que, se não fossem registrados, um dia desapareciam com eles. Através das entrevistas foi possível trazer, para o presente, a cultura escolar que marcou a história dessa instituição de ensino, como também o tipo de professor que ela pretendia formar e que formou.

Essas pessoas, na verdade, são as testemunhas da história. Da história que não se encontra registrada nos arquivos da escola, mas da história que se encontra registrada em sua memória. É a vida cotidiana sendo resgatada, analisada e registrada, como pretende a História Cultural, que se interessa por toda a atividade humana e, por isso, acabou por ampliar o campo do documento histórico, numa verdadeira revolução documental. Para Le Goff (2003, p.531):

Essa revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos.

Daí se justifica a busca de testemunhas da história oriundas do povo, como as que na presente pesquisa se encontram. São ex-normalistas, ex-professores e ex-diretora falando de suas experiências dentro da Escola Normal Oficial de Picos, durante os anos de 1967 a 1987. Os materiais da memória, nesse caso, se apresentam como **monumentos e documentos**. Entendendo monumento como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”, conforme assinala Le Goff (2003, p.526).

Os primeiros espaços da ENOP, que hoje infelizmente foram descaracterizados e estão a serviço de outros órgãos públicos, são monumentos, evocam o passado. Porém, evocam-no para aqueles que neles transitaram, que neles passaram momentos de suas vidas. São **detonadores das lembranças**, como assinala Nascimento (2002, p.172).

Ao passar por suas calçadas, ao contemplar suas fachadas, ao penetrar seu interior, as pessoas que viveram nesses espaços são capazes de se lembrarem de acontecimentos diversos, pois eles estão impregnados de lembranças, ratificando o pensamento de Halbwachs (1990, p.131), para quem “nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros.” A ex-diretora, dona Zizi, é um monumento, por trazer em si toda uma conotação de época da história da educação em Picos, é “um legado à memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p.526).

Para efeitos de conceito, adota-se, na presente pesquisa, o conceito de documento elaborado por Le Goff (2003, p.535). Para ele:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Ratifica-se, assim, a afirmação dada anteriormente de que os espaços em que a ENOP funcionou inicialmente possuem uma significação para os que nela transitaram enquanto alunos, professores, funcionários e diretora, especialmente o segundo espaço.

Significam porque fizeram parte de suas vidas. Nesses espaços ocorreram as mais diversas situações pedagógicas, administrativas e afetivas. Neles, houve o processo de constituição de um tipo de professor que a sociedade esperava ter. Isso

reforça a tese de Halbwachs (1990, p.85), para quem “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”. Além disso, outros “lugares da memória” foram considerados na pesquisa, como os lugares topográficos, os lugares monumentais, os lugares funcionais e os lugares simbólicos, todos detonadores das lembranças.

Dessa forma, a grande contribuição da memória coletiva para estudos como este reside no fato de projetar seu olhar para o interior do grupo, para o seu cotidiano, suas experiências vividas. Ou conforme pontua Halbwachs (1990, p.88), “ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas”.

1.4. Estudando a constituição do sujeito: entre o poder e o saber

Através da memória coletiva foi possível trazer à tona as experiências vividas pelas normalistas, professores, funcionários e diretora, durante os anos de enfoque da pesquisa e, com isso, pôde-se resgatar e, posteriormente registrar a história dessa instituição de ensino. Foi apresentado ao grupo um quadro de si mesmo, de como os saberes foram repassados e assimilados, de como se estabeleceram as relações de força dentro desse espaço, os processos e mecanismos de objetivação e subjetivação capazes de constituírem o sujeito, o sujeito normalista, o sujeito professor. Para entender esse processo de constituição do sujeito, lançou-me mão dos aportes teóricos de Michel Foucault em torno da subjetivação do homem na nossa cultura.

Sabendo que não é o **poder**, mas o **sujeito** que norteia os estudos de Foucault e, conseqüentemente, os modos de constituição desse sujeito, que se empregou aqui a sua teoria.

Para explicar os modos de constituição do sujeito e que definem a sua **identidade**, Foucault elabora consistente discussão em torno dos processos de objetivação e subjetivação do homem. Para Fonseca (2003, p.24-25), “Foucault faz um estudo da constituição do indivíduo moderno como objeto, um corpo dócil e útil. Além de estudar a constituição do sujeito moderno como sujeito, ou seja: indivíduo

preso à sua própria identidade pela consciência de si”, entendendo aqui a identidade como algo dado, atribuído pelo outro e que é assimilado pelo indivíduo que se torna sujeito da mesma, é algo determinado.

A visão foucautiana do indivíduo como “um corpo dócil e útil”, passa pelo seu conceito de **disciplina** ou **poder disciplinar**, presente nas chamadas **instituições disciplinares** ou **de seqüestro**, geradoras de um tipo específico de saber e de um modo de exercício de poder, polimorfo. As instituições disciplinares têm como base arquitetônica o **Panopticon**² de Bentham, elaborado em fins do século XVIII e que pretendia, através da observação constante do preso, regular suas ações em um sistema de vigilância constante.

A **normalização das ações** e a sua constante vigilância marcam as instituições disciplinares. Nelas, através da disciplina, entendida aqui como um instrumento de controle capaz de **organizar o espaço** em que o indivíduo se encontra, definindo a posição de cada um ou como diz o próprio Foucault (1987, p.123):

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos.

Enfim, vigiar e fazer com que o vigiado saiba disso, mesmo quando não está sendo vigiado. Para que suas ações continuem moldadas no modelo comportamental esperado. Além de reguladora do espaço, a disciplina também, no sistema de controle de corpos, é **reguladora do tempo**. Esse deve ser totalmente aproveitado, sem desperdício.

Tomou-se a Escola Normal Oficial de Picos como uma instituição disciplinar, em virtude da forma de condução da mesma, do tipo de professor que ali se gestou e das formas de relações de forças e de resistência que nela se estabeleceram.

² Trata-se, segundo Foucault (2002, p.106), de “uma arquitetura da vigilância, que permite a um único olhar percorrer o maior número de rostos, de corpos, de atitudes, o maior número de celas possíveis”.

Espaço de normas e de vigilância constantes, a ENOP teve, durante seus primeiros vinte anos de funcionamento, a marca característica da presença da vigilância em seu cotidiano. Vigilância que se estendia da normalista aos professores, do uniforme ao tipo de aulas que se dava, do aproveitamento do tempo à organização espacial das alunas. Nessa escola, obedecer era a regra. E, para isso, uma **rede de olhares** foi implantada para que o modelo de professor que dali se queria extrair pudesse efetivamente acontecer.

Assim como no Panopticon havia uma espécie de hierarquia de olhares, na ENOP isso também se fez presente. O olhar do centro, o olhar principal, que vigiava as normalistas era o mesmo que vigiava seus subalternos. Ratificando, com isso, o que Michelle Perrot, em entrevista com Foucault (1979, p.219) afirma sobre o Panopticon:

O funcionamento do panopticon é, deste ponto de vista, um pouco contraditório. Tem-se o inspetor principal que, da torre central, vigia os prisioneiros. Mas ele também vigia muito seus subalternos, ou seja, o pessoal responsável pelo enquadramento; este inspetor principal não tem nenhuma confiança nos vigias.

No sistema de vigilância imposto nas instituições de seqüestro, tomando a escola como um dos seus modelos, implanta-se uma espécie de “pirâmide de olhares”, onde não existe o dono do poder materializado em alguém ou no próprio Estado, mas o exercício do mesmo através de vários olhares que se entrecruzam. Segundo Foucault (1979, p.219):

Não se tem nesse caso uma força que seria inteiramente dada a alguém e que este alguém exerceria isoladamente, totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce.

Assim, nas instituições disciplinares, há um sistema de vigilância constante que envolve a todos. É a aplicação da metáfora do “olho do imperador³”, que a tudo e a todos vê, mesmo sem ser visto.

³ Conforme Foucault (2002, p.107), “o imperador é o olho universal voltado para a sociedade em toda a sua extensão. Olho auxiliado por uma série de olhares, dispostos em forma de pirâmide a partir do olho imperial e que vigiam toda a sociedade”.

No caso específico da ENOP, a sensação da vigilância era constante, mesmo quando ela não estava presente e isso se dava dentro do seu espaço e fora do mesmo. Dentro, através do comportamento disciplinado das alunas; fora, através da obediência, por exemplo, ao não uso do uniforme em lugares outros que não a escola.

Foucault (2002, p.87) defende a tese de que vivemos em uma sociedade em que reina o **panoptismo**, entendido por ele como “uma forma de poder” que repousa sobre o que ele chama de **exame** ou **vigilância**. Para Foucault (2002, p.103):

O Panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas.

Vigilância, controle e correção é o tripé em que se assenta a sociedade disciplinar. É o tripé que embasa as instituições disciplinares. É uma forma de poder caracterizada pelo olhar contínuo de uns sobre outros. Mas o que se destaca nisso tudo é que as instituições disciplinares não excluem o indivíduo, pelo contrário, a sua pretensão é incluí-lo. E o exame seria, por se constituir numa “vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 1987, p154), conforme Foucault (1987, p.156), “um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder”.

Vale ressaltar que o período histórico brasileiro em que repousa a presente pesquisa é o da **Ditadura Militar** (1964-1985). Período de repressão e intensa violência. Época em que os direitos e garantias pessoais foram suprimidos e implantou-se um regime de exceção que afetou todas as instituições, inclusive as escolas, através de leis que passaram a regular o novo perfil de educandos e profissionais que se queria gestar.

A ENOP, como instituição escolar, também foi afetada pelas novas normas legais. Normas oriundas de um Estado ditador e que se ajustaram perfeitamente ao modelo de cultura escolar próprio dela. Estado também panopticon e que criou, através de suas instituições, uma verdadeira rede de olhares que incidiram sobre toda a sociedade que se queria “dócil e útil”, obediente.

E como as instituições disciplinares não pretendem excluir o indivíduo, mas incluí-lo, para docilizá-lo e utilizá-lo a serviço da sociedade, adotam o exame como um dos seus principais dispositivos para a efetivação da sua pretensão. Segundo Foucault (1987, p.155), “o exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimento sobre seus alunos”.

O mestre é visto na sociedade disciplinar como portador de saberes. Saberes que são passados aos alunos, através da sua prática pedagógica. Mas também é visto como aquele através de quem se pode obter o maior número possível de informação sobre o aluno. Quem é capaz de extrair do aluno o saber que ele possui, para em cima desse saber, poder trabalhar, poder adestrá-lo. Vale lembrar que, para Foucault (1987, p.160):

O exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto do poder, como efeito e objeto do saber. É ele que combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões.

Vê-se, dessa forma, o indivíduo como um produto que se estabelece entre o **poder** e o **saber**. E o poder como algo produtivo e não repressivo, uma vez que objetiva, segundo Machado (2002, p.vii), “gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades”. É o controle do corpo com o fito de fabricar o homem dócil e útil. Dócil, por se submeter às regras do panoptismo; útil, por se ajustar ao modelo de sociedade existente e produzir. Daí se conclui, conforme Machado (2002, p.xix), que “o poder é produtor de individualidade”.

E é dentro dessa concepção do poder enquanto produtor de individualidade e gerador de saber que se busca entender os processos de objetivação e de subjetivação do indivíduo, em espaços de relações de forças que promovem a transformação do homem em sujeito vinculado a uma identidade que lhe é imposta. Relações de forças que, segundo Fonseca (2003, p.33), “em vez de tomar os objetos sobre os quais incidem e moldá-los, caracterizando assim uma relação de dominação, os mecanismos das relações de poder visam constituir tais objetos”. E

ao constituí-lo, produz-se o sujeito detentor de discursos, atitudes e pensamentos conforme o cotidiano em que se encontra inserido.

Ao lado da rede de vigilância aplicada na ENOP, promotora da formação de uma rede de disciplina, formou-se também a rede da antidisdisciplina, marcada pela presença de ações das normalistas que infringiam as normas da escola e colocavam o sistema de vigilância em alerta. Segundo Certeau (1994, p.41):

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também 'minúsculos' e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que 'maneiras de fazer' formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou 'dominados?'), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.

Em uma escola, onde freqüentavam pessoas das mais diversas partes da macrorregião, com formação diversa e formas múltiplas de visão de mundo, indiscutivelmente que, mesmo diante da rede de vigilância bem organizada e eficiente, haveria o surgimento do afrontamento, da antidisdisciplina.

E buscou-se, ao longo da pesquisa, fazer o levantamento e a análise desses afrontamentos, para poder-se entender tanto o porquê da preocupação com a disciplina quanto o porquê da indisciplina. Das maneiras de fazer da normalista para transgredirem. Entendendo as maneiras de fazer, segundo Certeau (1994, p.41), como "as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural".

Na linha teórica de Foucault, a rede da disciplina afeta o controle do espaço e do tempo, para assim, atingir o indivíduo. Espaço controlado, em que há a distribuição dos corpos, ou seja, "cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo", (FOUCAULT, 1987, p.123). Mas, embora diante do controle do espaço, houve, na Escola Normal Oficial de Picos, a tentativa pelas normalistas, da reapropriação do mesmo, de verem as suas pretensões juvenis serem atendidas. E, para isso, lançaram mãos de táticas diversas.

Para tanto, necessário foi fazer uma leitura arquitetônica do segundo espaço da ENOP. Uma vez que foi nesse lugar em que os principais acontecimentos dessa escola se evidenciaram. O espaço-escola não é algo neutro, desprovido de significação, ele está impregnado de significação, possui um conteúdo semântico e

sintático próprio e que deve ser explicado, pra se entender as relações de força que nele acontecem. Segundo Escolano (2001, p.26):

O espaço-escola não é apenas um 'continente' em que se acha a educação institucional, isso é, um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações. A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

E por ser também um programa, defende-se a tese de que a arquitetura escolar possui um currículo oculto, também capaz de informar e formar o indivíduo. A leitura arquitetônica é capaz de revelar esse currículo oculto, e a memória dos que nesse espaço transitaram pode revelar nuances muito particulares do mesmo.

Para Vinão Frago (2001, p.62), "a escola, pois, enquanto instituição, ocupa um espaço e um lugar". O espaço é o que se vê, a arquitetura dada. O lugar é construção, é elaboração, é nele que concentra a dimensão semântica do espaço, uma vez que são as pessoas que por ele transitam que o constroem, apropriam-se dele e dão-lhe significado.

A Escola Normal Oficial de Picos é entendida aqui como lugar, e lugar antropológico, uma vez que "é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa", conforme lições de Augé (1994, p.51). Significou para seus docentes, direção e alunas; e representou para a sociedade que a recepcionou. Trata-se, pois, de um lugar identitário, relacional e histórico.

Na ENOP, espaço de relações de forças, foi constituído um tipo específico de sujeito: a professora primária. A partir da cultura escolar ali empreendida e da disciplina existente, as normalistas participavam de um cotidiano programado, normalizado e vigiado que buscava diuturnamente transformá-las de indivíduo em sujeito, capaz de se apropriar, através das práticas pedagógicas e das normas existentes, de um saber próprio à profissão a desempenhar posteriormente. Embora já fosse necessário evidenciá-lo enquanto estudante. Uma vez que a normalista de então seria a professora de amanhã.

1.5. Conceituando a cultura escolar

E a ENOP estava ali, enquanto instituição disciplinar, formando esse futuro professor. E a normalista era esse cartão-de-visitas que a escola tinha para apresentar, numa espécie de “**eis aqui a professora que vocês terão!**”. Com isso, estava-se dando, às normalistas, uma identidade pronta. Competiria à professora que ela seria pôr em prática tudo o que na escola foi aprendido.

Mas que se entende, para efeito de sistematização da presente pesquisa, por **cultura escolar** enquanto objeto histórico? Adota-se o conceito elaborado por Dominique Julia (1993, p.10), para quem:

poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Normas e práticas envolvem o conceito de cultura escolar. Está-se, pois, diante de um conceito que vai ao encontro do conceito de sociedade disciplinar. A cultura escolar diz respeito às normas que definem as ações internas da escola e os modos como essas normas são executadas. Normas que, na verdade, estabelecem o que pode e o que deve ser ensinado ao aluno, os saberes epistemológicos que devem nortear uma determinada formação.

Além disso, o conceito de cultura escolar envolve as condutas a serem inculcadas, ou seja, uma série de práticas pedagógicas que objetivam moldar o comportamento do aluno, conforme um padrão pré-estabelecido. Uma espécie de controle do corpo. Tratam-se, assim, de práticas que envolvem um jogo entre poder x saber, práticas que direcionam o saber de forma a ser assimilado. Como se vê, a cultura escolar, na linha teórica de Julia (1993), tem como meta formar o sujeito, atribuir-lhe uma identidade.

Vale ressaltar, que as normas e as práticas que envolvem o conceito de cultura escolar estão sempre relacionadas ao contexto sócio-histórico mais amplo em que estão inseridas. Para Julia (1993, p.10):

a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.

Dessa forma, para se entender a cultura escolar que se desenvolveu no espaço da ENOP, necessário será entender a situação histórica em que o Brasil estava inserido: a Ditadura Militar. Ditadura essa, conforme anteriormente falado, que estabeleceu a partir de suas instituições um novo modelo de Estado a que a sociedade deveria se submeter. Além disso, ao próprio contexto histórico local: a cidade de Picos e suas peculiaridades. E, com isso, apresentar a relação que ela estabelece com esse contexto.

São as práticas cotidianas no espaço escolar que aqui interessam. Práticas que não se encontram registradas e arquivadas nos arquivos da escola. É a cotidianidade e a sua dinâmica que envolve a cultura escolar. A cotidianidade marcada por normas a serem cumpridas e transgressões a essas normas. Ou, como assinalam Gonçalves e Faria Filho (2005, p.33):

O olhar para as práticas cotidianas da escola fixa-se nos acontecimentos silenciosos do seu funcionamento interno. Silenciosos, seja pela ausência de documentos, ou documentos pouco conservados, seja, ainda, por não terem sido encontrados.

E, por terem sido acontecimentos silenciosos, é que se buscou no método da história oral o melhor caminho para resgatar e registrar a história da ENOP. Sem o amparo nesse método, o registro e a interpretação da cultura escolar teriam sido impossíveis.

Assim, a abordagem histórica que melhor se aplicou ao objeto de estudo da Dissertação foi a **micro-história**, não pela redução da escala de observação que aqui se propôs, que é a cultura escolar e a constituição do sujeito que na ENOP se formou, nas décadas de 1967 a 1987, mas porque esta, no dizer de Levi (1992,p.154):

dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com freqüência é altamente específico e individual, e

seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico.

E o acesso ao conhecimento do passado se deu através da memória dos agentes históricos e de seus arquivos particulares, depositários de fotografias, livros, cadernos escolares, cadernos de recordação, planos de aula e outros.

2. ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS: DA INSTALAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO

Um dos temas em educação que tem motivado discussões e pesquisas está centrado na formação dos professores para a educação no início da escolarização. E, um dos caminhos viáveis, para entender como esses profissionais foram preparados, é o conhecimento da instituição educacional e da sociedade que os geraram, ratificando, com isso, o pensamento de Tobias (1986, p.26), para quem “a educação é o espelho de um povo. O que forem os homens, haverá de ser a educação por eles ministrada.”

Durante o Império brasileiro, firmou-se a preocupação com a formação para o magistério e foram assim criadas as primeiras escolas normais no país. Em 1835 foi criada a escola normal em Niterói e em 1836, a da Bahia, visando um melhor preparo dos professores. Tais escolas desenvolveram-se mais intensamente apenas durante o período republicano. Louro (2002, p.448) assim se posiciona sobre o período:

O abandono da educação nas províncias brasileiras, denunciado desde o início do Império, vinculava-se, na opinião de muitos, à falta de mestres e mestras com boa formação. Reclamavam, então, por escolas de preparação de professores e professoras. Em meados do século XX, algumas medidas foram tomadas em resposta a tais reclamos e, em algumas cidades do país, logo começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para formação de docentes.

O que se buscava com a implantação das escolas normais era certamente a formação de profissionais qualificados para a condução da instrução primária no país, que substituíssem lentamente os antigos mestres-escola e preceptores despreparados para a condução do ensino das primeiras letras e, conseqüentemente oportunizassem o dinamismo e a modernização do ensino. Para Villela (2000, p.104):

O movimento de criação das escolas normais inseria-se, segundo alguns dirigentes provinciais, numa espécie de cruzada pelo bem comum da sociedade. Elas formariam aqueles homens a quem caberia, por missão, elevar o nível intelectual e moral da população, unificando padrões culturais e de convivência social.

Inicia-se, oficialmente, a institucionalização da formação docente que, conforme Villela (2000, p.101), “teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais.”

As escolas normais espalharam-se lentamente no Brasil e serviram para, formar os futuros professores primários que iriam substituir os professores leigos que atuavam na educação no país, e também, conforme Tobias (1986, p.144):

arrancaram as mulheres de seu enclausuramento, elevando-as, instruindo-as e delas fazendo as primeiras professoras do Brasil; além disso, ofereceram-lhes oportunidade de serem úteis ao próximo, de se realizarem, de trabalharem fora, capacitaram-nas a melhor educar seus próprios filhos e deram-lhes pela primeira vez instrução de grau médio, fato jamais acontecido no Brasil, ainda mais de maneira oficial e sistemática.

As escolas normais no país foram mais do que agências formadoras de professores, foram, também, espaço de socialização e, sobretudo, de emancipação da mulher, uma vez que para elas “o casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como verdadeira carreira feminina. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma” (LOURO, 2002,p.454)

Seguindo essa linha de raciocínio, Freitas (2003, p.37) assim se posiciona:

As escolas normais constituíam um espaço de formação socialmente aceito, responsável pela profissionalização de um grande número de mulheres. A possibilidade de exercerem uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e econômica.

Lentamente, as mulheres foram ocupando seu espaço nas escolas normais e, conseqüentemente, no exercício da profissão de professora, assim, conforme Louro (2002, p.454-455):

As escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas, depois muitas; por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras. A instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos

para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa. A formação docente também se feminiza.

Esse espaço escolar destinado a formar professores devidamente preparados para o futuro exercício da profissão docente passou a ser a meta não apenas das moças, mas também das próprias famílias que, devido à qualidade do ensino ali existente, associado à possibilidade da inclusão da normalista no mercado de trabalho e à reputação positiva de tal instituição de ensino, a escola normal no Brasil passou a ser o espaço escolar almejado. Para Freitas (2003, p.49), “o curso normal poderia ser a concretização de aspirações ligadas a múltiplos fatores, tais como a `motivação infantil`, a necessidade econômica e a valorização social”.

No Piauí, mesmo diante da situação de atraso em que se encontrava sua população, sentiu-se a necessidade de formar seus professores para atuar nas escolas de ensino elementar. Segundo Ferro (1996, p.70):

com o objetivo de formar professores para o ensino elementar, é defendida a criação de uma Escola Normal. A autorização oficial é dada pela Lei Provincial nº 565, de 05 de agosto de 1864, ao Presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória, para executar as medidas necessárias à sua instalação. Em 06 de setembro deste mesmo ano, é publicado o regulamento que determina que a Escola Normal deve funcionar na capital, para a formação de mestres de primeiras letras, em regime de externato, e os alunos deviam pagar uma taxa anual de 80\$000 (oitenta mil réis), em quatro prestações de 20\$000 (vinte mil réis).

Instala-se a primeira Escola Normal no Piauí em 03 de fevereiro de 1866 sendo extinta em 1867. Após isso, duas novas tentativas de implantação de Escolas Normais aconteceram, uma em 1871 e outra em 1882. Ainda conforme Ferro (1996, p.71):

O ensino normal também passou por sucessivas extinções. Foi extinto em 1867, pela Lei Provincial nº 599 de 9 de outubro de 1867. Outra Lei Provincial, a de nº 753 de 29 de agosto de 1871, cria um curso normal de três anos anexos ao Liceu, que tem vida efêmera e é extinto pela Lei Provincial nº 858 de 11 de junho de 1874. Com a denominação de Escola Normal é novamente recriada pela Lei nº 1.062 de 11 de junho de 1882, com o curso de dois anos de duração. [...]. Esta escola foi extinta através da Lei nº 1.197 de 10 de outubro de 1888.

Mesmo diante desses avanços e recuos da tentativa de implantação de uma escola normal no Piauí, em sua capital Teresina, que apresentavam um quadro de falta de interesse político para que a consolidação da mesma ocorresse, segundo Soares (2004, p.63),

um grupo de intelectuais criou em 1908 uma instituição não governamental a Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública que chamou para si a responsabilidade da formação docente no Estado e instituiu em 1909 a Escola Normal Livre.

Com a oficialização do ensino normal no Piauí, ocorrido no governo de Dr. Antonino Freire da Silva (1909-1912), a Escola Normal Livre foi transformada em Escola Normal Oficial, em 1910, sediada em Teresina-PI.

Como se viu, para que tal escola fosse efetivamente implantada, necessária foi a promoção de um verdadeiro movimento pró-escola normal, empreendido por um grupo de intelectuais que reivindicava um professorado preparado para conduzir o ensino no Estado e que se incomodava com a inação do governo piauiense em mudar o cenário educacional existente. Conforme Lopes (2001, p.22), “a indecisão do Governo quanto à criação de uma Escola Normal ensejou a iniciativa, tomada em 1907, de um grupo de particulares em prol da fundação de tal instituição”.

Diante da inação governamental foi que em 1909 inaugurou-se, no Piauí, na cidade de Teresina, a Escola Normal Livre que, embora não-oficial, segundo Lopes (2001, p.26),

Com esta escola esperavam seus mentores, finalmente, superar o que consideravam uma terrível herança do Império: professorado despreparado, sendo esta ocupação um meio de acomodar protegidos sem habilitações para a burocracia, desenhando-se um quadro de funcionários mal pagos e dominados pelo chefe político local.

Foca-se, agora, na escola normal, a possibilidade da mudança desse quadro crítico em que se encontrava mergulhada a educação piauiense, esperava-se que ela gestasse o professor moderno que viesse como agente regenerador do cenário educacional deficitário piauiense. Vê-se na professora normalista esse agente regenerador, transformador.

A necessidade de substituir o contingente de professores leigos em todo o Piauí promoveu a implantação de escolas normais em algumas cidades do Estado,

dentre elas, Parnaíba (1927), Floriano (1931) e só em 1967 em Picos, em plena época da ditadura militar.

Para estudar a história de uma instituição educacional é preciso também adentrar no espaço social em que está inserida. Conforme Romanelli (1993, p.23), “pensar a educação num contexto é pensar esse contexto mesmo: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso”.

A Escola Normal Oficial de Picos, com suas normalistas de uniformes impecáveis, como instituição de ensino, influenciou e sofreu influência da comunidade em que se encontrava inserida. Influenciou, pois gestou o professor que iria educar os filhos dessa sociedade, pois abriu espaço para as mulheres estudarem e poderem adquirir uma profissão; sofreu influência, pois foi implantada no seio de uma sociedade de feições patriarcais, conservadora e religiosa, com suas regras de conduta, terminava impondo um modelo de professor que deveria ser formado, assim como o próprio comportamento da normalista dentro e fora do espaço escolar.

Mas, para chegar-se ao estudo do cotidiano dessa escola e entender o tipo de professor que ela formou, necessário é fazer uma retrospectiva da situação da educação escolar no município de Picos para que se possa compreender as motivações que contribuíram para a sua instalação. Vale ressaltar que as raízes da educação escolar em Picos, anteriores à implantação da ENOP, encontram-se registradas nos trabalhos acadêmicos das pesquisadoras Maria Alveni Barros Vieira (2002) e Jane Bezerra de Sousa (2005).

Assim, com a implantação oficial do Grupo Escolar em Picos, ocorrida em 1928, e a conseqüente inauguração do prédio do **Grupo Escolar Coelho Rodrigues** (estadual) em 1933, a educação picoense passa a viver uma nova etapa em sua história. Essa nova fase foi marcada pela modernização e pela necessidade de professores qualificados. Necessidade essa que motivou o poder público local a buscar fora dos entornos da cidade, professoras normalistas para atuarem na educação municipal.

As primeiras professoras normalistas que chegaram a Picos, em 1929, foram Maria das Neves Cardoso, Alda da Mata Rodrigues e Ricardina de Castro Neiva, que se tornaram as responsáveis primeiras, nesse período, em tirarem a

cidade do seu atraso educacional. Situação semelhante à vivenciada no romance Cazuza (CORREIA, 1983) e analisada por Ferro (2000).

Em 1935 foi fundada a **Escola Municipal Landri Sales** e em 1944, o **Colégio das Freiras** que em 1972 passou a ser chamado de **Instituto Monsenhor Hipólito**.

Em 1949, é fundado o **Ginásio Estadual Picoense** que, conforme Duarte (1991, p.108-109), teve forte importância para o município uma vez que:

Em primeiro lugar, possibilitou que muitos jovens picoenses dessem continuidade aos seus estudos, o que do contrário não iria ocorrer, visto que a maioria deles não tinha condições financeiras. Em segundo lugar, o ginásio trouxe uma espécie de fermento intelectual para a cidade, cujo pólo irradiador foi o Grêmio Literário Da Costa e Silva, que teve como presidente-fundador o ginásiano José (Ozildo) Albano de Macedo, e tinha no jornal Flâmula [...] um importante instrumento de veiculação de idéias e de divulgação da produção literária local.

Em 1969, o Ginásio Estadual Picoense ganha novo prédio, amplo e moderno, e passa a se chamar **Ginásio Estadual Marcos Parente**.

Em sua pesquisa, Sousa (2005, p.50) resume a situação da educação escolar em Picos, a saber:

No início da década de 50, o ensino na cidade de Picos estava assim constituído: havia o Ginásio Estadual Picoense, em que funcionavam o curso ginásial e um curso técnico de comércio; 54 unidades de ensino primário fundamental, sendo 11 mantidos pelo governo estadual, 30 pelo municipal e uma escola particular; e cinco cursos supletivos.

Essa situação acima apresentada mostra um cenário que demonstrava a necessidade da instalação de um curso de formação de professores na cidade de Picos. É o que se verá a seguir.

2.1. O nascimento da Escola Normal Oficial de Picos: as motivações diversas

Motivada pelo desejo da comunidade picoense e da sua macrorregião em ter uma escola formadora de professores primários para atenderem às escolas existentes e substituírem lentamente a mão-de-obra leiga na ativa, foi instalada na cidade de Picos – Piauí, no dia 05 de março de 1967, às 10 h, em sessão solene, no auditório do Colégio Estadual Marcos Parente, a **Escola Normal Oficial de Picos**.

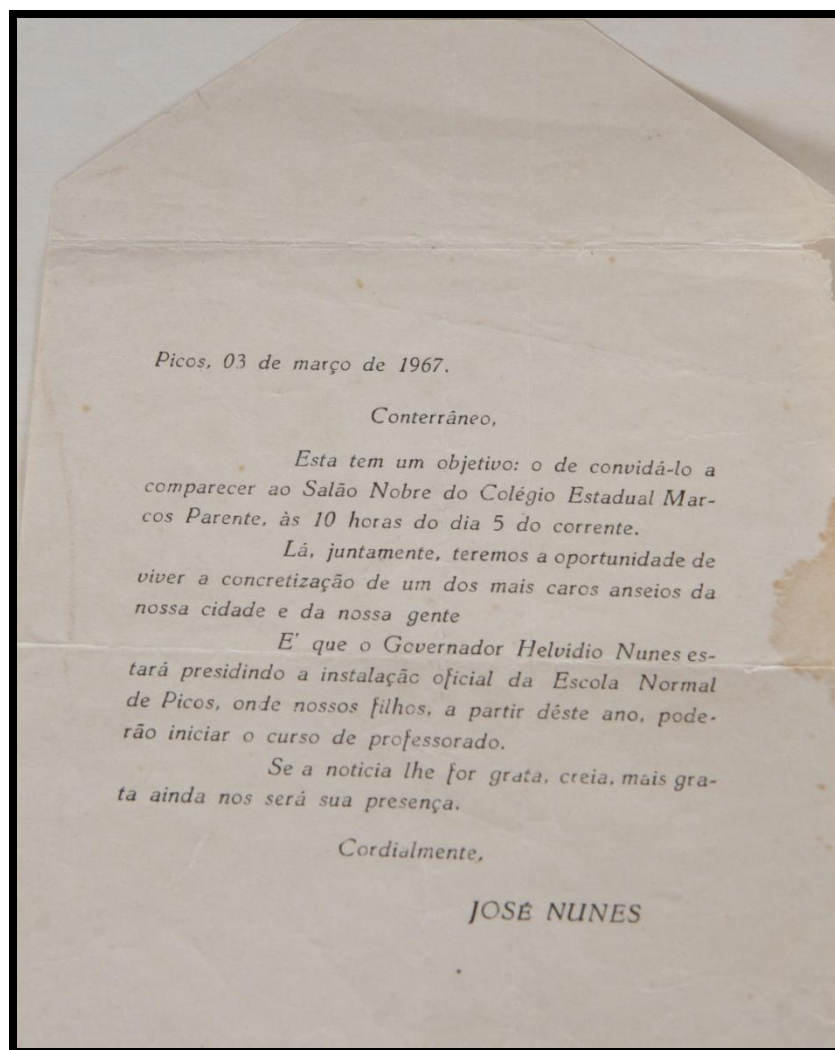


Figura 4. Convite para solenidade de instalação da ENOP (1967)
Fonte: Arquivo da ENOP

Foi expedido convite (figura 1) para que a sociedade picoense comparecesse à solenidade de instalação da ENOP. Pelo disposto no convite, vê-se

o entusiasmo com a implantação da escola e a apresentação textual da necessidade local da mesma: “Lá, juntamente, teremos a oportunidade de viver a concretização de um dos mais caros anseios da nossa cidade e da nossa gente”. O sonho de ter uma escola formadora de docentes, um celeiro local formador de professores com um perfil que atendesse aos interesses gerais da comunidade estão evidentes no convite.

Na solenidade de instalação da escola marcaram presença autoridades estaduais e municipais, civis, militares e eclesiásticas, dentre eles, o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Piauí, Dr. Helvídio Nunes de Barros, o Excelentíssimo Sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado, Pe Balduíno Barbosa de Deus e o Ilustríssimo Presidente do Conselho Estadual de Educação, professor José Camilo Filho.

A figura 2 apresenta o momento simbólico da inauguração do prédio da ENOP. Nela vê-se o governador Helvídio Nunes de Barros (1966-1970) e o secretário de Educação e Cultura do Estado, cortando a fita de inauguração da nova escola. Porém, o que se destaca é o aglomerado de pessoas presente no evento.



Figura 5. Solenidade de inauguração do prédio da ENOP (1969).
Fonte: Arquivo da ENOP

Criada em conformidade com a Lei Estadual nº 2781, de 02 de março de 1967, em seis artigos, e ratificada através da Resolução nº 4/67, de 04 de março de 1967, do Conselho Estadual de Educação, a Escola Normal Oficial de Picos passou a funcionar com a mesma organização curricular aplicada às demais escolas

normais do Estado, através de orientação constante do parecer de 24 de setembro de 1965, do mesmo Conselho Estadual de Educação e o mesmo tipo de contratação de pessoal dos demais funcionários estaduais. Assim reza a Lei nº 2781/67:

Poder Executivo

Lei nº 2781 de 2 de março de 1967.

Autoriza a criação da Escola Normal Oficial de Picos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica criada a ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS, com sede na cidade de mesmo nome.

Art. 2º- A Secretaria de Educação e Cultura providenciará junto ao Conselho Estadual de Educação o competente processo de verificação prévia, para efeito de funcionamento.

Parágrafo único- Na organização curricular será obedecida a resolução do CEE do Piauí que fixou a matéria.

Art. 3º- O pessoal docente perceberá o salário aula fixado pela legislação estadual.

Art. 4º- O pessoal administrativo, Diretor, Secretário, Auxiliar de Escritório e Servente, será contratado nos termos da Legislação Trabalhista, mantida a paridade de vencimentos atribuídos aos funcionários estaduais.

Art. 5º- Fica autorizada a criação do crédito especial de Cr\$ 5.550.000 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento das despesas com a manutenção da Escola Normal Oficial de Picos, no exercício vigente, à conta do excesso de arrecadação.

Art. 6º- Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 2 de março de 1967.

Fonte: Arquivo da ENOP

Com a autorização da criação da ENOP através da Lei nº 2781/1967 que dá providências outras quanto à sua organização, a escola passou a existir legalmente e o seu funcionamento pôde acontecer sem nenhum tipo de impedimento.

1

Ata de Instalação da Escola Normal
Oficial de Picos.

Nos 5 (cinco) dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Picos, estado do Piauí, presentes o Exmo. Sr. Governador do Estado, Sr. Belvidio Nunes de Barros, o Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, Sr. Balduino Barbosa de Deus, o presidente do Conselho Estadual de Educação do Piauí, professor José Camilo Filho e outras autoridades estaduais e municipais, foi solenemente instalada a Escola Normal Oficial de Picos, criada na conformidade de autorização legislativa e do Conselho Estadual de Educação, na conformidade da resolução nº 4/67 de 4º quatro de março em curso. O currículo do novo estabelecimento obedece a orientação constante do parecer de vinte e quatro de setembro de mil novecentos e sessenta e cinco, do referido Conselho de Educação. Na ocasião usaram da palavra diversos oradores, destacando a importância e sentido regional da nova unidade de ensino médio, que preencherá uma lacuna, nesta fase de ampliação da rede estadual de ensino. E como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão solene de instalação da Escola Normal Oficial

Figura 6. Ata de solenidade de instalação da ENOP (1967)
Fonte: Livro de Atas da ENOP

Da solenidade de instalação da ENOP foi lavrada Ata, conforme figuras 3 e 4, do feito que apresenta, em síntese, o arcabouço jurídico norteador da mesma, as autoridades civis e eclesiásticas que compareceram ao evento, como também a idéia central contida no discurso daqueles que fizeram uso da palavra. Destacando que todos enfocaram a importância de tal escola para o município, ou seja, “[...] a importância e o sentido regional da nova unidade de ensino médio, que preencherá uma lacuna, nesta fase de ampliação da rede estadual de ensino”.

Além da necessidade local de se ter uma escola formadora de professores para atuarem no curso primário, ressalta-se também o impacto político local que a sua instalação gerou. Uma família picoense estava no controle do administrativo estadual, representada pelo Dr. Helvídio Nunes de Barros, governador do Estado do Piauí e, a implantação da ENOP, atrairia mais respaldo e força políticos ao grupo a que estava vinculado.

É oportuno lembrar que o município picoense vivia seu processo de expansão da rede pública escolar que, de certa forma, e antenada com o resto do país, precisaria dispor de mão-de-obra qualificada para atuar no mercado de trabalho e a ENOP, enquanto escola formadora de professores, também assumiria esse papel.

Isso tudo diante do cenário econômico brasileiro, que vivia uma de suas piores situações econômico-financeiras, promotora do arrocho salarial, desemprego e desvalorização da moeda, associada, paradoxalmente, à expansão da indústria e do comércio, requerentes de uma mão-de-obra mais preparada para conduzir o “pra frente, Brasil!”.

E a Picos dos anos de chumbo crescia em todos os setores da economia, abandonando lenta e gradualmente o modelo agrário por um modelo comercial, vinculando-se a uma nova tradição econômica que, por sinal, ainda vigora na cidade, e demandando trabalhadores com maior escolaridade.

2.2.Primeiros docentes e funcionários: critérios de escolha

As aulas iniciaram no dia 27 de março do mesmo ano, com duas turmas de normalistas, no primeiro ano pedagógico, totalizando oitenta alunos, tendo sido as disciplinas de **História e Geografia**, as que fizeram a abertura do curso normal.

Para o cargo de diretora foi indicada a professora Luzia Moura Barros, a dona Zizi, que ficou à frente da ENOP por vinte anos, de 1967 a 1987. Natural da cidade de Picos e filha de uma das mais tradicionais famílias locais, fez seu curso normal na cidade de Teresina, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, escola de onde extraiu o modelo de ser diretora e o modelo de se formar um professor primário e os aplicou na ENOP.

Ao chegar a Picos, após a conclusão do curso normal, recebeu o convite para assumir a direção da nova escola que se instalaria na cidade: a Escola Normal Oficial de Picos, como também, amplos poderes para dirigi-la conforme seu modelo de gestão. Segundo dona Zizi (20.03.2007):

Para mim foi uma grande surpresa quando eu soube que ia ser diretora, viu. Porque eu tinha saído da escola. Eu estudei no colégio das irmãs de Teresina, Colégio Sagrado Coração de Jesus. Era uma escola interna. Então lá era naquele sistema antigo, né. Então a aluna não tinha o direito de chegar nem na secretaria. Eu nem sabia nem como era que funcionava, nem nada. Só fazia era ir para a sala de aula receber as aulas e as informações. Então, mesmo assim, Deus foi me dando inspiração e deu muito certo. Graças a Deus até dizem: “tem duas épocas: a de Dona Zizi e a depois de Dona Zizi”. E me sinto então muito honrada com isso.

Conforme depoimento da dona Zizi, a ENOP foi entregue a uma pessoa desprovida de conhecimentos administrativos mas, mesmo assim, ela soube conduzi-la de forma muito particular e implantou na ENOP, segundo o que se infere da sua fala, o mesmo modelo de administração a que foi submetida enquanto normalista.

Para o setor administrativo, houve a seguinte configuração:

PRIMEIROS FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DA ENOP – 1967	
1. DIRETORA	Luzia Moura Barros
2. SECRETÁRIA	Maria do Socorro Carvalho Fialho
3. AUXILIAR DE SECRETÁRIA	Lindalva Sousa Borges da Rocha

QUADRO 1. Primeiros funcionários da administração da ENOP - 1967

Fonte: Livro de Registro de Ponto de Pessoal da ENOP

Esse mesmo quadro se estendeu ao ano de 1968, tendo sido ampliado somente no ano de 1969, com a contratação de uma zeladora, a senhora Maria do Socorro Félix. No ano de 1970, novos funcionários foram contratados, ficando assim organizada a administração da escola:

FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DA ENOP – 1970	
1. DIRETORA	Luzia Moura Barros
2. SECRETÁRIA	Maria do Socorro Carvalho Fialho
3. AUXILIAR DE SECRETÁRIA	Lindalva Sousa Borges da Rocha
4. INSTRUTORAS DE ALUNOS	Eva Barros de Deus Nunes Elza Baldoíno de Moura
5. ZELADORAS	Eva Maria da Conceição Maria do Socorro Félix
6. VIGIA	Antônio Luiz Pereira Marreiros

QUADRO 2. Funcionários da administração da ENOP - 1970

Fonte: Livro de Registro de Ponto de Pessoal da ENOP

O primeiro corpo docente que atuou na Escola Normal Oficial de Picos foi constituído pelos seguintes professores:

PRIMEIROS PROFESSORES DA ENOP	
1. PORTUGUÊS	Antônio de Barros Araújo
2. MATEMÁTICA	Auta Maria Nunes Leal
3. HISTÓRIA	Célia de Castro Neiva
4. GEOGRAFIA	Maria Darcy de Deus
5. CIÊNCIAS	Maria do Socorro Araújo
6. DESENHO E ARTES APLICADA	Luzanira Barros de Deus Nunes
7. EDUCAÇÃO DOMÉSTICA	Maria Ivete Portela Cardoso
8. BIOLOGIA	Raimundo de Barros Araújo
9. EDUCAÇÃO FÍSICA	Maria Nunes Maia
10. PORTUGUÊS	Benvinda Nunes Santos

QUADRO 3. Primeiros professores da ENOP
 Fonte. Livro de Registro de Ponto de Pessoal da ENOP

Antes do início das aulas, porém, uma equipe de professores foi convidada a participar de um curso em **Metodologia do Ensino Normal**, na cidade de Fortaleza-Ce. Tal curso objetivava dar suporte metodológico aos professores recém-contratados. Participaram do curso, por área de atuação, as seguintes professoras:

PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DO CURSO DE METODOLOGIAS DO ENSINO EM FORTALEZA-CE	
Matemática	Auta Maria Nunes Leal
Desenho	Luzanira Barros de Deus Nunes
Educação Doméstica	Maria Ivete Portela Cardoso
Geografia	Maria Darcy de Deus
Ciências	Maria do Socorro Araújo

QUADRO 4. Professores participantes do curso de metodologias
 Fonte. Depoimento de Maria Darcy de Deus

Falando sobre esse curso, a ex-diretora da ENOP, Luzia Moura Barros, a dona Zizi (20.03.2007), informou que, após conversa entre o governador Helvídio

Nunes de Barros e seu irmão José Nunes de Barros, médico da cidade e futuro prefeito picoense entre os anos de 1973-1977:

Foi determinado que os professores fossem para Fortaleza fazer um curso de aperfeiçoamento. De informação, mais de informação. E eu, ele disse, vai para Teresina, para a Escola Normal e aí, lá, converse com o diretor ou diretora. [...]. Eles foram. Foram se instruírem, viu. Assim, em torno de um mês. Foi só um mês para eles. Não chegou nem a um mês. [...]. Então foram poucos dias, mas elas foram receber instruções, orientações, conteúdo das disciplinas, sabe, o que fazia parte da escola para lecionar.

Embora se tratasse de um curso de rápida duração, os professores escolhidos para dele participarem alegam que foi o suficiente para conhecerem a realidade do curso normal e de como deveriam proceder na prática.

A escolha do pessoal técnico-administrativo e do corpo docente foi feita através do crivo político, não houve concurso público. Segundo a ex-diretora Luzia Moura Barros (20.03.2007):

Helvídio assumiu o governo, né. Dr. Helvídio, e ele era meu primo. Então, eu recebi a notícia e já foi logo dizendo assim: a diretora é você. Nem consulta houve. Aí quando eles vieram instalar a escola, entraram com tudo prontinho. Fulano vai para tal lugar, fulano vai para tal lugar. Tudo, tudo, tudo. Até para mim foi uma surpresa.

Destaca-se em sua fala o grau de parentesco da diretora com o governador e o prefeito. A ENOP daria respaldo a toda uma família que a conduziu, através de dona Zizi, por vinte anos.

Embora tenha sido escolha política, os profissionais que iniciaram as atividades na escola eram considerados competentes por todos. Isso é ratificado pela fala da ex-normalista, senhora Raimunda Fontes de Moura⁴, para ela:

⁴ Raimunda Fontes de Moura foi aluna na Escola Normal Oficial de Picos nos anos de 1967 a 1969.

Na época, tinha crivo político, sim [...]. agora, a nossa sorte, é que este crivo político colocava pessoas altamente competentes e capacitadas, né, para nos dar aula, porque se fosse o contrário, também, nós reivindicaríamos.

Mas, além do critério político interferir na contratação dos docentes, posteriormente isso também ficou nas mãos da sua ex-diretora que passou a escolher criteriosamente os seus professores, tendo sempre o cuidado de manter a qualidade nessa escolha. Segundo a ex-diretora, dona Zizi (20.03.2007):

Chegava a pessoa formada e então eu ia chamando, outros quando havia falta, eu podia dizer aqui, também, a José [*Dr. José Nunes de Barros, irmão do Gov. Helvídio Nunes de Barros. Grifo nosso*]. Daí ele mandava, indicava uma pessoa e o mais era eu mesma, não tinha partido para mim, viu. Eu não levei em conta. Teve até um que disse para mim: 'você bota de todos os partidos'. E aí eu disse: 'eu quero é qualificado, sendo qualificado...'

E isso se evidenciou mesmo na equipe formada por essa diretora: professores com curso superior e comprometidos com a sua atividade junto à escola.

Ela buscou profissionais em repartições públicas existentes na cidade, na época, uma vez que não havia docentes com formação específica para certas áreas de atuação, na cidade, como Matemática, Química, Física e Biologia. Conforme depoimento de dona Zizi (20.03.2007):

Chegou o BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) neste tempo. Trazia muita gente formada, as esposas dos oficiais, e eu sabia se tinha de Português, com todos os cursos superiores, sabe? Então, e os próprios militares surgiam à noite, viu. Química, Física, que aqui em Picos já não tinha professores para isto, né, Biologia. Então, eu ia convidando. Eu, sabendo, aí eu ia bater lá. Chamava... convidava... A Cepisa (Centrais Elétricas do Piauí) também. Tinha o engenheiro da Cepisa, eu também convidava. Três da Cepisa serviram aqui. E assim era que eu fui usando. Às vezes, eu perguntava: 'eu boto fulano aí?', ou então, às vezes, eu dizia: 'minha gente, que falta de professores para isto'. Aí eu achei uma pessoa assim, assim, aí eu chegava lá e me apresentava, convidava.

O que se destaca nesse depoimento é o controle total sobre a ENOP que a sua ex-diretora possuía. Controle que extrapolava o limite político, muito forte na

época, na determinação da escolha de pessoas para trabalharem nos órgãos públicos, municipais e estaduais, em Picos. Controle esse que se estendia sobre alunos, docentes e funcionários. Segundo a dona Zizi (20.03.2007): “eu mandava mesmo!”, e político nenhum atrapalhava suas decisões.

Além de profissionais externos, com o processo de conclusão das normalistas, essas passaram a ser convidadas para darem aula na ENOP. Conforme dona Zizi (20.03.2007), “mais adiante, os melhores alunos da escola, que a gente conhecia, os próprios professores indicavam para tal disciplina, ‘fulana é ótima’. Então, eu ia botando as próprias alunas”.

Sobre a sistemática de contratação dos docentes, a ex-normalista Maria Hosana de Araújo⁵ (24.09.2007) informou que:

[...] Eu lembro que a diretora era como quem fosse a dona, mesmo. Botava, tirava quem ela queria. [...] Ela tinha um bom relacionamento com os políticos da época. Ela botava e tirava quem ela quisesse. Ela dizia que lá, na escola dela, só trabalhava quem ela queria. [...] Não havia concurso. Concurso pra professor, não.

Porém, ser contratado por indicação política, também tinha seu preço: estar preso às regras do jogo político local de então e não poder se manifestar de forma contrária. Consoante fala da ex-normalista Isabel Batista de Barros⁶ (22.07.2006), que estudou na Escola Normal Oficial de Picos, no ano de 1976, em torno das contratações por indicação política, ela ventila um episódio significativo, a saber:

teve uma professora que teve um problema [...] numa aula de Educação Moral, ela falou... eu nem me lembro o que era. Ela foi repreendida. Ela teve o contrato dela ameaçado. [...] Depois ela comunicou na sala pra gente que estava sendo ameaçada porque uma aluna tinha contado isso pra um deputado da época. [...]

⁵ Maria Hosana de Araújo foi aluna da Escola Normal Oficial de Picos nos anos de 1971 a 1973.

⁶ Isabel Batista de Barros foi aluna da Escola Normal Oficial de Picos nos anos de 1978 a 1979.

Esse “pacto do silêncio”, em torno de questões locais, casou-se perfeitamente com a situação política nacional: a Ditadura Militar que, por sinal, era assunto vetado durante as aulas na escola. Isso deu ora porque não havia interesse por parte dos docentes em enfocarem tal assunto com seus alunos, concentrando-se apenas na transmissão de conteúdos, ora por temerem possíveis reações do sistema. Pairou na ENOP uma espécie de descaso quanto a esse assunto. Segundo a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006),

a gente nunca ouviu falar assim, [...] de nada. A gente não tinha conhecimento de nada, era como se isso não existisse. Eu mesma não sabia, [...] depois que eu saí da Escola Normal, quando eu fui estudar em Teresina, foi que eu [...] tomei conhecimento disso, que a gente tava vivendo numa ditadura militar, essa coisa. Mas na Escola Normal ninguém não fazia referência a isso.

E esse “nunca ouvir falar” excluía as normalistas do processo político de então. Do entendimento do que estava acontecendo ao seu redor, até mesmo de adquirirem uma visão mais crítica da realidade e se constituírem sujeitos críticos para, assim, se tornarem professores também críticos.

Mesmo assim, havia aquelas vozes isoladas que “desafinavam o coro dos contentes”, parafraseando aqui Torquato Neto, no seu poema musicado **Let's play that**. Professores que falavam sutilmente do assunto e alunos que se informavam sobre em jornais e revistas, mas que não poderiam fazer muito. Em entrevista com Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), ela afirma que quando estudou na ENOP,

a gente sabia muito pouco, na época, a verdade é esta. Quem sabia a respeito de todo esse movimento político não passava pra nós, com medo de até ativar a mente dos jovens. [...] Eu tinha acesso a algumas revistas que vinham de fora. Tinha muita simpatia pelo Che Guevara, o cubano, o Fidel. [...] Eu tinha uma mente mais voltada pra essas inovações. [...] Era passado pra nós outra visão. [...] Era dado uma disciplina Moral e Cívica justamente pra apregoar em nós o nacionalismo, o amor à pátria e desenvolver esse amor pela pátria. O respeito pelos nossos símbolos. Não deixasse que viesse macular, transgredir ou violar. [...] O comunismo iria destruir toda essa paz que a gente vivia no Brasil. [...] Eles incutiam na gente o medo, também. [...] Agora como eu gostava muito de ler e tinha acesso, meu tio mandava livros, revistas. Passei a ver de forma diferente e outros colegas, também. Só que a gente não podia se manifestar. A gente calava, né.

A Escola Normal Oficial de Picos era um celeiro de formação de professores, “a grande sementeira de mestres”, como ficou conhecida através de seu tema central, mas um lugar onde assuntos políticos de dimensão como o que aqui se tematiza não tinha espaço. A pretensão da instituição era capacitar as normalistas a serem boas professoras primárias, e isso se restringia à aquisição de conhecimentos e saberes voltados para as atividades pedagógicas, e não para atividades políticas. Era o discurso oficial encontrando guarida em uma de suas instituições.

Sobre esse assunto, a dona Zizi informou que nunca sofreu nenhum tipo de pressão política quanto a algum episódio ocorrido na escola. Vale ressaltar que Picos era e é base militar. Para essa cidade foi trazido o 3º BEC – Batalhão de Engenharia e Construção, que iniciou as suas operações militares em 15 de julho de 1971. Segundo a ex-diretora (20.03.2007), a ditadura militar “não alterou nada, não. A escola continuou do mesmo jeito. Nunca houve ataque, pedido, [...] reclamação, nunca houve, graças a Deus. É como eu digo, Deus foi tão bom comigo que tudo deu certo, até para sair”.

2.3. Transitando entre espaços diferentes

Com a implantação da Escola Normal Oficial de Picos, a cidade de Picos e sua macrorregião passaram a ter um *locus* de formação do professor primário necessário ao atendimento da demanda local, como também, com a saída das primeiras normalistas, a melhoria no ensino primário. Segundo dona Luzia Moura Barros (20.03.2007), falando sobre a necessidade na época da implantação da escola normal em Picos, assim se posicionou:

A necessidade era grande. Tinha poucos mestres, né. Sempre o povo aspirava isto, não é. A região era e é pobre, não podia sair pra estudar. Eram poucos professores. Então até os municípios vizinhos eram todos pedindo para criar uma escola que ajudasse o povo. E, de fato, serviu demais, porque a primeira turma que saiu da ENOP foram todas colocadas logo, para quando terminasse, para lecionar. Dava era falta. Melhorou o ensino cem por cento.

Com o quadro de profissionais contratado, pôde-se dar início efetivamente às atividades pedagógicas da ENOP, mesmo sem possuir prédio próprio para receber alunos, professores e funcionários.

Diante disso, e para atender à emergência do funcionamento da escola, uma vez que já havia sido autorizado seu funcionamento, a instalação tinha se efetivado e havia demanda local de alunos para iniciarem as aulas, foram cedidas salas no prédio do antigo Colégio Estadual Marcos Parente, localizado na rua Monsenhor Hipólito, desta cidade, para que as aulas pudessem acontecer e os serviços administrativos pudessem ser realizados. Segundo a ex-diretora, dona Zizi (20.03.2007), “nos deram uma salinha bem pequenininha e ali nós começamos. Só tinha essa sala [...] diretoria, secretaria, era tudo só nessa salinha”.

O prédio do antigo Colégio Estadual Marcos Parente era amplo, com salas grandes e arejadas, pátio interno e uma área externa ampla, com árvores que acolhiam em suas sombras as crianças e as normalistas, no horário do recreio. Na figura 5, vê-se um encontro importante entre normalistas, professora e crianças.

Aquelas que futuramente seriam professores transitando entre aqueles que, em breve, seriam seus alunos. Tendo como apoio, a professora Benvinda Santos, a senhora que está de ampla bolsa, como condutora da sua equipe.



Figura 8. Primeiro espaço da ENOP – antigo prédio do Ginásio Estadual Marcos Parente (1967)

Fonte: Arquivo particular da ex-normalista Maria Zuleide Gomes Lopes

Nesse espaço, ocorreram as primeiras aulas da ENOP, até que o prédio próprio fosse construído. Conforme a ex-normalista, dona Olívia da Silva Rufino Borges⁷ (30.04.2007):

Nós começamos a Escola Normal Oficial de Picos no prédio onde hoje é a 9ª Diretoria de Educação. Aquele prédio foi construído por Helvídio Nunes, para abrigar o antigo Ginásio Estadual Picoense. E, então, a gente conseguiu uma parte do prédio para funcionar a Escola Normal. Enquanto ele, a toque de caixa, construía o prédio real da Escola Normal, hoje o Fórum de Picos. [...] O primeiro prédio é exatamente como ele é hoje. Um prédio só, térreo, com várias salas. Sem muito conforto, mas muito seguro. Muito bem feito. Com uma área interna para a gente dar uma andada na hora do intervalo. Pra época eu achei que estava muito bom o prédio. [...] não ficamos lá muito tempo. Logo foi inaugurado o prédio oficial da Escola Normal.

Mas, mesmo assim, a ENOP funcionou bem e pôde atender à demanda inicial de normalistas.

Com a conclusão do prédio próprio, sediado na rua Santo Antônio, 137, centro de Picos, anexo ao Fórum, a Escola Normal Oficial de Picos passou a viver seu período de estruturação e consolidação. Inovação para a arquitetura local, o novo prédio escolar de Picos trouxe as marcas da modernidade: prédio amplo e construído com um andar superior, possuía oito salas de aula no primeiro andar, uma diretoria, uma secretaria, uma biblioteca, uma sala dos professores, uma sala de visitas, um depósito, banheiros, além da escada que servia de acesso ao pavilhão superior e de posto de observação das normalistas. Afora isso, amplo pátio no térreo para o recreio, duas salas de aula e portão na entrada para proibir a saída das alunas.

⁷ Olívia da Silva Rufino Borges foi aluna na Escola Normal Oficial de Picos nos anos de 1967 a 1969.



Figura 9. Gov. Helvídio Nunes de Barros discursando na inauguração do prédio da ENOP. Fachada da frente (1969)
Fonte: Arquivo da ENOP

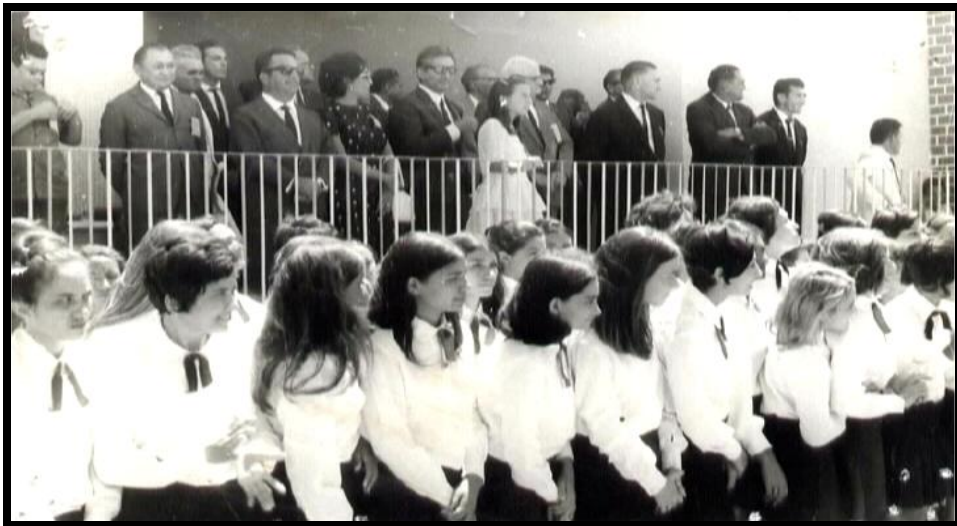


Figura 10. Alunas perfiladas em frente à ENOP, na inauguração do prédio. Fachada da Frente (1969)
Fonte: Arquivo da ENOP



Figura 11. Padre dando as bênçãos na inauguração do prédio da ENOP (1969)
Fonte: Arquivo da ENOP

Falando sobre esse espaço, a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), disse que:

o segundo prédio foi até uma novidade pra nós, porque já era mais central. Muito bonito. Tinha uma escada, que era novidade na época. Primeiro andar. Foi, assim, uma motivação muito grande. Uma alegria. [...] da janela a gente via o movimento da Avenida Getúlio Vargas, da Rua Santo Antônio e foi bem diferente. [...] Quebrou aquela rotina. [...] O segundo prédio tinha um rol de entrada que ficava pra Rua Santo Antônio e uma escada de acesso ao primeiro andar. Tinha o corredor, ao lado direito ficava o setor administrativo. Do corredor, os banheiros; e do lado esquerdo as salas de aula.

Descrevendo em minúcias esse espaço, a ex-normalista Maria Hosana de Araújo (24.09.2007) informou que:

Ficava situada na Rua Santo Antônio e era um prédio já novo. Era de andar. Tinha a parte térrea e o primeiro andar. [...] As salas de aula ficavam no primeiro andar, só duas salas que ficavam em baixo. [...] Tinha a secretaria, tinha a sala dos professores, tinha a sala de espera, a sala da diretora e, depois, vinham a parte dos banheiros, a biblioteca e as salas de aula, [...] eram salas amplas e arejadas, onde tinha umas que as janelas ficavam para a Avenida Getúlio Vargas. [...].



Figura 12. Normalistas com a professora Auta Maria Nunes Leal, no térreo da ENOP (1973)
Fonte: Arquivo particular de Maria Hosana de Araújo

Deve-se, pois, promover aqui uma **leitura arquitetônica** especificamente do segundo espaço da ENOP, uma vez que foi nesse espaço-lugar que o enredo historiográfico de maior importância dessa instituição foi construído. Essa leitura nos conduziu a uma história arquitetônica da escola e aos modos de efetivação de práticas de vigilância, disciplina, controle, transgressão e configurações de micropoderes que o espaço foi capaz de engendrar.

Olha-se, aqui, não meramente para a arquitetura em si, para o espaço frio e oriundo de uma prancheta, mas para o espaço ocupado, o espaço utilizado por um grupo em uma determinada época. Dessa forma, o espaço traz em si marcas desse grupo, marcas capazes de dizê-lo, de informá-lo. Conforme Viñao Frago (2001, p.61):

a ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como lugar. O 'salto qualitativo' que leva do espaço ao lugar é, pois, uma construção. O espaço se projeta ou se imagina; o lugar se constrói. Constrói-se 'a partir do fluir da vida' e a partir do espaço como suporte; o espaço, portanto, está sempre disponível e disposto para converter-se em lugar, para ser construído

Defendendo a tese de que o **lugar é construção**, o autor nos apresenta a idéia de que os lugares trazem em si uma carga semântica, logo, os lugares significam, e significam para aqueles que neles transitam ou transitaram, para aqueles que viveram em seu entorno. E é dessa forma, enquanto lugar, que se olha para o segundo prédio que recepcionou a Escola Normal Oficial de Picos.

Ratificando tal tese, traz-se, à baila, a opinião de Halbwachs (1990, p.133), para quem, “as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras”. E se não é um quadro negro com possibilidade de ter seu conteúdo apagado é, metaforicamente, um pergaminho que, mesmo tendo sua escritura inicial apagada, pode ter, através do palimpsesto, a revelação do texto primeiro que foi escrito.

Como já dito, o segundo espaço em que a escola funcionou foi totalmente transformado para sediar o Fórum Senador Helvídio Nunes de Barros. Mas, mesmo assim, as depositárias da memória conseguem descrever sobre a arquitetura atual, como era e o que significava aquela construção primeira. É o palimpsesto da memória. Ou como afirma Halbwachs (1990, p.143), “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. O espaço é uma realidade que dura”.

E enquanto realidade que dura, o espaço, embora não exista mais em termos materiais, mas as pessoas que por ele transitaram são capazes de, com ajuda da memória, reconstruí-lo e, principalmente, ressignificá-lo. Para Viñao Frago (2001, p.74), “o espaço escolar educa, possui uma dimensão educativa”, trás em si uma espécie de “currículo oculto”, em oposição frontal ao currículo explícito que contempla disciplinas e conteúdos a serem ensinados e aprendidos.

Mas, se o espaço educa, que educação ele promove? E que tipo de sujeitos ele forma? Já que quando se fala em educação, fala-se também em sujeitos do processo educacional. Adota-se, para essa discussão, os pressupostos teóricos de Michel Foucault (1979:1987:1999:2002).

Em seus estudos em torno da chamada **sociedade disciplinar**, Foucault a caracteriza basicamente como um modo de organização do espaço e controle do tempo do indivíduo, com o fito de promover uma vigilância constante do mesmo e registro de sua conduta, dando lugar ao surgimento de saberes. Para isso, ele lança mão das chamadas **instituições disciplinares** que tem, na escola, um de seus modelos. Na verdade, as instituições disciplinares são aquelas que, num dado

contexto histórico, servem como base de uma determinada sociedade, regulando os corpos e instalando um tipo de poder polimorfo.

As instituições disciplinares são marcadas, em sua essência, pela vigilância constante, mesmo que essa não esteja acontecendo. É o modelo benthaniano do **Panóptico**. Onde, através de uma “pirâmide de olhares”, objetiva-se tornar o homem ali inserido num indivíduo útil e dócil.

Ao falar do Panóptico, está-se enfocando uma estrutura arquitetônica que nasceu com uma finalidade: resolver os problemas de vigilância. Vigilância sobre corpos, que refletiria posteriormente na sociedade, agora não mais de espetáculo, mas disciplinar. Arquitetura do olhar, que a todos observa e corrige.

Segundo Viñao Frago (2001, p.80), “o espaço escolar torna-se, assim, no seu desenvolvimento interno, um espaço segmentado no qual o ocultamento e o aprisionamento lutam com a visibilidade, a abertura e a transparência”. Ocultamento/visibilidade e aprisionamento/ abertura formaram binômios centrais no espaço/lugar da Escola Normal Oficial de Picos. A estrutura arquitetônica do seu segundo espaço favoreceu a consolidação desse modelo.

A sua ordenação interna era segmentada e demarcada. Ali, cada compartimento tinha sua função. Mas cada um estava ao alcance dos olhos da diretora que, em uma posição privilegiada, tinha uma visão do todo da escola: funcionários, professores e alunos.



Figura 13. Normalista, na antiga rampa de acesso à ENOP (s/d)
Fonte. Arquivo particular da ex-normalista Maria Zuleide Gomes Lopes

Além disso, a escada que dava acesso ao andar superior era lugar de observação, de vigilância. A ex-diretora, dona Zizi (20.03.2007), memoriza um episódio que ilustra bem a importância dessa escada e seu sistema de vigilância. Segundo ela:

[...] para evitar justamente o aluno fugir de aula. Como muitas vezes quando entravam com o uniforme incompleto e eu ficava lá em cima da escada, onde todas tinham que passar e muitas se escondiam embaixo, esperando que eu saísse para poder entrar. Aí, eu já sabia daquilo, eu descia quando todo mundo entrava, aí eu descia, aí chegava e dizia: “muito bem, bom dia”. Aí elas ficavam tudo [gestos] comigo. Assim a gente evitava matar aula, como se diz.



Figura 14. Normalistas, professora e diretora na escada da ENOP (1973)
 Fonte: Arquivo particular de Maria Hosana de Araújo

Como se sabe, no sistema panóptico, a rede piramidal de olhares atinge a todos. Na ENOP os professores também eram vigiados. E o modelo arquitetônico dessa escola favorecia isso. A ex-diretora via de sua sala o andamento das aulas, além de, através do corredor que atravessava a escola, poder verificar quem estava dando ou não aula. Segundo dona Zizi (20.03.2007), seus professores:

não faltavam. Eram assíduos. E eu sempre observava, passava ali no corredorzinho olhando um e outro, às vezes, tinha professora que estavam na sala de aula e ia conversar com aluno, parece que não tinha preparado a aula, né, na certa. Não dizia nada. Na hora certa eu dizia: “tu tava era conversando, não era”. (risos), mas reclamar que era reclamar, eu não reclamava, não.

A educação promovida nesse tipo de espaço, através do seu “currículo oculto”, é uma educação vigiada, onde se pretendia, através do sistema de vigilância e controle, formar a professora primária. Aquela que, posteriormente, seria a reprodutora do modelo de ensino que recebeu e, conseqüentemente, modelaria a sociedade que a recepcionasse.

Esse “currículo oculto” educa, instrui, forma, conduz. Mas, para isso, e aqui problematizando conceitos, é necessário lembrar que o indivíduo a ser atingido por esse currículo precisava, conforme Augé (1994, p.45), “reconhecer-se aí”. Ou seja,

reconhecer-se membro do grupo que transita naquele espaço e que o faz ser um lugar com sintaxe e semântica próprias. Marcas essas que o atingem e que, numa relação de aglutinação, são capazes de, a partir também do currículo explícito e das regras norteadoras da instituição, no caso em tela da ENOP, transformar o indivíduo em sujeito.

A Escola Normal Oficial de Picos representava muito para a sociedade picoense. Tinha-se a imagem de que naquele espaço formava-se o melhor modelo de professor: aquele que certamente iria educar os filhos de muitos. Logo, esperava-se que as normalistas assimilassem não apenas os conteúdos e saberes da profissão que ali eram repassados através dos professores, mas também um modo de ser, um modo de portar-se. E, naquele espaço, onde se havia instalado as práticas de vigilância através de um sistema de controle de corpos empreendido pela direção, funcionários e professores, houve também a fabricação, por parte das normalistas, de formas de conduta que iam contra o sistema comportamental ali imposto. Segundo Certeau (1994, p.40):

a presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários.

Estudar na ENOP significava ter, não apenas emprego garantido, mas também a possibilidade de um casamento e de ser uma boa educadora dos filhos. Era essa a imagem construída em torno das normalistas que por aquele espaço circulavam: profissional, esposa, mãe.

Mas esse discurso construído em torno da normalista, esse ato de fala que a apresentava como a boa moça, nem sempre era o ato de fala por ela praticado. No lugar construído por elas, houve a manifestação de “procedimentos de consumo” contrários à rede disciplinar da escola. Ali se praticaram “maneiras de fazer” que infringiam as normas impostas. Houve a presença, ao lado da rede disciplinar, de uma “rede antidisciplinar”, adotando aqui o conceito de Certeau (1994, p.42), evidenciada através de colas, fugas, contra-argumentos, violação do uniforme e outros posteriormente apresentados nos capítulos seguintes. Para Certeau (1994, p.42), “essas práticas colocam em jogo uma *ratio* ‘popular’, uma maneira de pensar

investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”.

Como se vê, o lugar construído é um lugar em que os seus freqüentadores atribuem-no significado a partir de suas práticas. Assim, “um lugar pode-se definir como identitário, relacional e histórico”, conforme AUGÉ (1994, p.73). Identitário por promover a possibilidade de constituição de sujeitos, no caso da ENOP, sujeitos dóceis e úteis; relacionais, por esses sujeitos manterem relação diária e absorverem as regras impostas e também criarem táticas de transgressão, tidas aqui como indisciplinadas; mas também histórico, que, num espaço determinado e numa época específica foi capaz de formar as professoras normalistas que iriam educar as crianças de então. Histórico também por ser capaz de ativar na memória dos que ali transitaram marcas de um tempo e que para eles vem carregado de significação, uma vez que “o lugar recebe a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos”, (HALBWACHS, 1990, p.133).

A ENOP funcionou até o ano de 1987, nesse espaço. Quando, através de decisão judicial, a escola perdeu seu prédio para a justiça local, sofrendo, posteriormente, reformas que alteraram completamente o modelo inicial do antigo prédio.

Para não ter o ano letivo prejudicado, buscou-se apoio junto à Escola Técnica Estadual Petrônio Portela – PREMEN, que forneceu, através de sua direção, salas para recepcionar as normalistas e a equipe técnica e docente da ENOP, até que o novo prédio ficasse concluído, evento ocorrido no ano de 1988, localizado na rua São Sebastião, s/n. Nesse novo espaço, a ENOP, com o lema oficial **Ide, ensinai e educai com amor**, viveu uma nova fase na sua história.

O ano de 1987 foi o encerramento de um ciclo da história dessa instituição: a escola é removida do seu espaço-lugar representacional para um espaço provisório, até que o novo prédio fosse concluído, a ex-diretora Luzia Moura Barros entrega a direção da escola e ocorre a primeira greve de professores no Estado do Piauí, afetando diretamente o seu andamento.

No prédio do segundo espaço, a Escola Normal Oficial de Picos viveu seu período de apogeu. Ali, foram formadas as professoras normalistas com perfil específico para a época. A escola era respeitada pelos que a faziam e pela

sociedade local. Era a meta de vida para as moças de então, uma vez que ser professora normalista era ter certeza de emprego garantido.

2.4.Do ingresso na Escola Normal Oficial de Picos

Para ingressar na Escola Normal Oficial de Picos, uma vez que a mesma não possuía espaço suficiente para atender à demanda, houve implantação de um teste seletivo, composto pelas seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Conhecimentos Gerais. O exame era classificatório, afora isso, o candidato só precisava apresentar a certidão de nascimento e preencher o requerimento de matrícula. Em meados dos anos de 1980, o teste seletivo foi abolido.

Consoante relato da ex-diretora, dona Zizi, “para entrar na Escola Normal para fazer a primeira série tinha o exame, viu, tinha o exame, aí se chegasse uma transferência, se fosse de um colégio reconhecido, havendo vaga, era aceito”. E, como não havia o estabelecimento de uma nota mínima para aprovação, entrava quem obtivesse as maiores notas e, posteriormente, a relação dos candidatos classificados era publicada na escola, pela ordem decrescente de classificação.

Segundo dona Zizi (20.03.2007):

O que desse as classes era classificado. Agora, a gente ia pelas notas. [...] ia pelas notas, classificados. Não se ia botar uma menina que não fez nada em uma prova, para uma que tirou boa nota, não era? Então, nós fazíamos a relação. [...] botava lá na parede, então, lá, elas sabiam.

Para a primeira turma, a exigência foi apenas apresentar o boletim escolar do antigo curso ginásial. A preferência recaía sobre os candidatos que tivessem as melhores notas. Os selecionados depois apresentariam, no ato da matrícula, a certidão de nascimento, o histórico escolar, o certificado de conclusão do curso ginásial e documentos pessoais. Conforme a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), ratificando essa informação:

O ingresso dessa primeira turma deu pelo boletim escolar que nós tínhamos. [...] dava a preferência às pessoas que tivesse as melhores, [...] seriam as selecionadas. Depois, se sobrasse vagas seriam para as outras com notas abaixo das que já haviam sido selecionadas. [...] pediram meu histórico escolar, meus documentos, o certidão de nascimento e a [...] certidão de conclusão do curso ginásial. Levamos e deixamos lá na secretaria e depois recebemos o comunicado que fossem olhar a relação das pessoas classificadas para o ingresso.

A escola funcionou inicialmente apenas em um turno, pela manhã. Posteriormente, com o aumento de matrículas, foi havendo o preenchimento das salas, o turno da tarde foi sendo usado, até que se passou a usar também o turno da noite, com os três anos do curso normal.

2.5. Escola para mulheres, saída dos homens

Embora tenha se configurado como escola especificamente de mulheres, a primeira turma recepcionou homens. Ao todo cinco. Mas esses alunos normalistas não chegaram a concluir o primeiro ano do curso, abandonaram-no porque foram estudar em outras escolas ou por não se adequarem ao perfil pedagógico do curso normal. Sobre esse aspecto da ENOP, a ex-diretora, dona Zizi (20.03.2007), informou que:

[...] quando ela foi fundada passaram cinco alunos homens. Eles começaram a sair, eles foram vendo que não era profissão para homem, viu. Foi saindo, eu até dizia: “rapaz é o curso que tem aqui, vamos estudar”. [...] em ter saído o último, então, eu determinei só aceito mulheres. [...] hoje professor ganha o que ganha, avalei naquele tempo. Não dá para um homem sustentar uma família. Bem, eu não aceito, porque é um curso que não dá para sustentar família e vem fazer barulho aqui, porque misturou, já sabe. [...] não aceitei mais homens. Me apoiaram, lá em Teresina, me apoiaram.

Como se vê, havia também o preconceito embutido nessa desistência dos homens em freqüentarem o curso normal. Preconceito em virtude de, na cidade, haver a associação entre o magistério e a figura da mulher, preconceito em relação ao salário que as professoras, na época, recebiam. Tudo isso junto promoveu a

desistência dos homens do curso que faziam na ENOP. Segundo a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), ao falar sobre os motivos que conduziram os ex-alunos a abandonarem o curso normal, alegou que:

na época existia a discriminação. [...] As disciplinas são direcionadas pra mulheres, precisavam de mulheres para trabalhar com crianças. [...] Esses homens não iriam se sentir motivados pra ir pra sala de aula exercer a profissão. Então, seria perda de tempo investir no estudo deles. Eles foram motivados a procurar outros cursos. [...] Existia a Escola Comercial de Dona Dorinha. [...] Outros, já foram estudar fora. [...] Eles foram vendo que [...] eram só metodologias. Eram umas disciplinas que precisavam muito, assim, da criatividade, mão de obra mais feminina, de cartazes, material didático. [...] Homem tinha muito dificuldade com esses materiais didáticos. [...] Eram todos confeccionados por nós, o ábaco, o flanelógrafo, o quadro de pregas para ensinar a questão numérica pras crianças. Tinha todos aqueles materiais. [...] Eles foram vendo que não tinha afinidade para aquelas disciplinas. Era mais na tendência feminina mesma. [...]

Inclusive, essa associação do magistério à mulher e o afastamento dos homens da profissão, estava impregnado no imaginário local. A representação que a Escola Normal Oficial de Picos passou a apresentar foi a de que curso normal era coisa para mulher. Representação essa que, nos primeiros anos de funcionamento, atingiu até a organização do quadro de docentes da escola em si mesma, que recepcionou apenas dois homens, e assim mesmo casados e com outras profissões, para serem ali professores. Claro que, com o passar dos anos, essa imagem foi sendo transformada e mais docentes, do sexo masculino, passaram a trabalhar na ENOP, e isso em virtude da especificidade de certas disciplinas do núcleo comum do seu currículo. Segundo a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007):

na época, aqui em Picos, era difícil visualizar um professor homem dando aula, porque existia uma questão dos próprios pais que não queriam que as filhas estudassem com professores homens. Inclusive, os homens que lecionavam para nós, a exigência era que eles já fossem casados, como o Dr. José Heli, o professor Antônio. Foi uma luta pra se conseguir o professor Doca, que era solteiro, na época, [...] pra não deixar criar problema para os pais que tinham aqueles preconceitos.

Posteriormente a essa turma, a direção da ENOP passou a não mais aceitar homens no seu quadro docente, transformando a escola em um lugar voltado para a educação feminina. Decisão unilateral, sem base legal, e que passou a associar a

imagem da profissão docente e da ENOP à figura da mulher. Porém, o que se sabe, é que muitos homens tentaram, posteriormente, nela estudar, mas não conseguiram e se viram obrigados a fazer outros cursos. Conforme a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006):

eu tinha colegas homens que tinha o maior sonho de estudar lá. Daí era proibido. [...] Ele tentou várias vezes [...] fazer o curso pedagógico, né. Agora eu não sei se ela, [*dona Zizi, grifo nosso*], se baseava em algum documento. Se era uma norma da própria escola. Eu não sei.

Mas constituir-se numa escola só para mulheres não agradou muito às normalistas. É o que se depreende da fala da ex-normalista Olívia Rufino (30.04.2007):

se naquela época eu fosse mocinha. Eu acho até que eu ia sentir falta até nem só da palavra namorado, mas dos amigos, da brincadeira, do companheirismo, mas eu já tinha meus 6 filhos. Já era uma senhora. O relacionamento com as outras mulheres foi muito bom. A gente se entendia. [...] fazia tudo que era preciso. Só a gente mesmo.

2.6.O agigantamento da Escola Normal Oficial de Picos: aumento da demanda

Ao longo dos vinte anos em que dona Luzia Moura Barros esteve à frente da ENOP como diretora, o número de alunos matriculados na instituição só cresceu. Isso se depreende dos seguintes dados extraídos dos livros de matrícula da escola, de 1967 a 1987.

MATRÍCULA GERAL DAS ALUNAS DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS (1967-1987)	
ANO LETIVO	TOTAL DE ALUNAS MATRICULADAS
1967	80
1968	143
1969	196
1970	169
1971	234
1972	308
1973	395
1974	411
1975	473
1976	556
1977	626
1978	631
1979	594
1980	617
1981	631
1982	615
1983	621
1984	942
1985	996
1986	1.006
1987	1.123

QUADRO 5. Matrícula geral das alunas da ENOP (1967-1987)
Fonte: Livro de Matrículas da ENOP

Não apenas o número de alunos matriculados cresceu, mas também o número de professoras normalistas concludentes também. O salto quantitativo visto durante os vinte anos, de 1967 a 1987, é visível.

A ENOP que timidamente recepcionou 80 alunas no seu primeiro ano de funcionamento, em 1987 dispunha de um contingente estudantil de 1.123 normalistas matriculadas.

Vale ressaltar que essas alunas e seus professores viviam diariamente no espaço da escola. Ali aprendizagens diversas aconteceram, amizades foram construídas e pessoas foram constituídas. É, pois, para o cotidiano da escola que agora se projetará o olhar.

3. UM MERGULHO NO COTIDIANO DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS

Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero
há calma e frescura na superfície intacta
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.
Tem paciência, se obscuros. Calma, se te provocam.
Espera que cada um se realize e consuma
com seu poder de palavra
e seu poder de silêncio.
Carlos Drummond de Andrade

O poeta Carlos Drummond de Andrade, no seu poema **Confidência do itabirano**, faz um convite ao leitor/autor para que este mergulhe no reino das palavras, para nele encontrar os poemas ainda não revelados, os poemas ainda não escritos e que estão nesse reino à espera daquele que se dispõe a fazer esse mergulho. Daquele que, movido pela curiosidade, anseia descobrir o que eles têm de oculto. E dá a chave para essa busca: a **convivência**, a **paciência** e a **calma**. Pois, assim, os belos textos, as belas histórias, serão a ele revelados.

O excerto do poema aqui trazido, de uma certa forma, dialoga com o trabalho do historiador, sobretudo, do **historiador oral**. Daquele que, através do **método da história oral**, se coloca diante do universo de informações que seus informantes possuem, mas que estão no reino da **memória**. Informações guardadas por aqueles que viveram um determinado episódio, numa determinada época, num determinado espaço. E que precisam, para não serem perdidos, revelados, ditos.

O historiador oral, assim:

vem para a entrevista para aprender: sentar-se ao pé de outros que, por provirem de uma classe social diferente, ou por serem menos instruídos, ou mais velhos, sabem mais a respeito de alguma coisa. A reconstrução da história torna-se, ela mesma, um processo de colaboração muito mais amplo, em que não-profissionais devem desempenhar papel crucial (THOMPSON, 1992, p.32-33).

E sabem mais que o historiador por terem vivido os fatos, por terem sido as **testemunhas da história**. E, enquanto testemunhas, carregam as informações. São

depositárias da memória de um povo, da **memória coletiva** que “tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens” (HALBWACHS, 1990, p.51). Homens que viveram os mesmos fatos, mas que, por ocuparem posições diferentes no contexto social em que estavam inseridos, trazem lembranças específicas, particulares, sobre determinado episódio da história.

Assim como no reino das palavras “estão os poemas que esperam ser escritos”, na **memória individual** dos depoentes, estão as informações de um tempo que esperam ser ditas, ser escritas. E estão em “estado de dicionário”, ou seja, carregam consigo as marcas da objetividade e a frieza da distância do tempo; e esperam que, a partir do “ativar de um gatilho”, lembranças sejam detonadas, e informações venham à tona.

No poema, três ações são necessárias àqueles que tentam penetrar no reino da poesia para elaborar seus poemas. Não seriam elas as mesmas necessárias ao historiador? Convivência, paciência e calma funcionam como o caminho a ser seguido. A **convivência** com o entrevistado que, nem sempre está disposto a informar, ou que tem medo do que as lembranças possam causar; **paciência** para ouvir o que o depoente tem a dizer, para poder fazer posteriormente uma **interpretação histórica** adequada e, enfim, **calma** para interpretar os atos de fala e os silêncios da memória.

Analisar uma **instituição escolar** e suas especificidades é um trabalho delicado e lento, principalmente quando se faz uma análise de cunho histórico, em que os sujeitos se encontram afastados do tempo e do espaço, em que os fatos aconteceram. Delicado por envolver o registro em si de fatos que marcaram o grande texto que forma a narrativa de tal instituição, texto esse que se escreve através da memória daqueles que por esse espaço transitaram e que nele foram constituídos como sujeitos do processo educacional; lento, porque aqui se trabalhou com o levantamento de fontes diversas, orais e escritas. **Fontes** que precisaram ser analisadas e interpretadas, para que fosse possível historiar essa escola.

E se “não é na história aprendida”, mas “na história vivida que se apóia a nossa memória” (HALBWACHS, 1990, p.60), falar do **cotidiano** da Escola Normal Oficial de Picos e da **cultura escolar** que ali se desenvolveu, requer a participação da memória daqueles que ali transitaram, que ensinaram e que aprenderam.

Tratar-se-á, no presente capítulo, dos modos como as ex-normalistas se apropriaram do **espaço** da ENOP, no seu cotidiano, através da rede de relações que

ali se estabeleceu. Assim como se estabeleceram os sistemas de normas e como essas foram assimiladas, fabricadas pelas normalistas.

Para Certeau (1994, p.38), “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. E, essa invenção, que aqui se chamará de **construção**, de **fabricação**, se evidenciou no espaço e no tempo em que se concentra o objeto da presente pesquisa. Numa instituição caracterizada basicamente pelo **controle** e **vigilância**, o cotidiano das normalistas foi marcado por assimilações do sistema imposto e também por transgressões a ele.

O cotidiano da ENOP, conforme todas as entrevistadas, era tranqüilo. Marcado por um ritual de horários e aulas a serem cumpridos à risca diariamente por todos os que nela transitavam.

3.1. Os turnos de funcionamento: o controle do tempo

Na ENOP havia aula nos três turnos: manhã, tarde e noite. O que se destaca na sua organização temporal é a rigidez no controle dos horários. Hora para entrar e hora para sair. Após o soar da campainha, não se podia mais sair da escola, a não ser através da aprovação da sua diretora. A normalista que não pudesse ficar até o fim do horário deveria se dirigir à diretoria e expor suas razões à diretora, que a ouvia e julgava se deveria ou não liberar a aluna. Tudo isso para manter a imagem de escola organizada e preparadora de excelentes profissionais. Conforme a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007):

O nosso cotidiano era assim... [...] 1:15 h era a tolerância. Entrava. Tinha o período do recreio. As disciplinas, não saía um minuto antes. Rígido o relógio. Tinha que ser baseado o relógio pelo da secretaria de dona Zizi. Ninguém seguia o seu relógio. [...] Ela não admitia liberar o aluno de sala de aula antes de encerrar aquela carga horária prevista. Tinha que ser dado aula naqueles 55 minutos, quase uma hora de aula. Nós tínhamos um espaçozinho rápido enquanto chegava outro professor que dava pra tomar água, ir ao banheiro e, também, o recreio muito curto. Era rígida a disciplina e a exigência. As normas a gente obedecia.

A preocupação da direção da escola era com o cumprimento de obrigações. Os professores tinham a obrigação de darem suas aulas e cumprirem a carga

horária das disciplinas. As normalistas tinham a obrigação de serem assíduas e pontuais, uma vez que o principal de todos os alvos da escola era formá-las conforme um **modelo de educador**: também assíduo e pontual, além de cumpridor de suas obrigações. E, uma vez que os professores eram pontuais, competiria às normalistas também serem-no. Aos professores, cumprir o horário de aula, às alunas, estarem na sala de aula no horário da escola.

Para que a normalista pudesse passar pelo vigilante da escola, ela deveria a ele apresentar um **cartão** que autorizasse a sua saída. Segundo dona Zizi (20.03.2007),

quando entrava, não podia sair. Para sair, eu tinha um cartãozinho – Escola Normal, um carimbo com minha rubrica atrás – aí a aluna que precisasse podia ir na diretoria [...] ‘Dona Zizi, eu preciso fazer isso assim, assim’. ‘Pois não’, eu dava o cartãozinho e o rapaz recebia e ela podia sair. Para evitar justamente o aluno fugir de aula.

Como se vê, havia o controle do tempo, que atingia os corpos. O tempo “ocioso” era apenas o da troca de professores, que servia para promover um corre-corre pelo corredor da escola, momento em que as normalistas se dirigiam ao banheiro ou ao bebedouro, para suprirem suas necessidades. A maior parte do tempo era mesmo em sala de aula. A ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira⁸ (24.07.2006), falando sobre os dias de aula na escola, informou que “não tinha negócio de aula vaga. Feriado, só aquele do calendário, mesmo. A não ser, não tinha feriado. [...] tinha aula todos os dias”.

Lembrando que se está frente a uma instituição em que a disciplina era o seu sinônimo, disciplina que se pretendia fabricante de corpos dóceis e úteis. Dessa forma, “procura-se também garantir a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil” (FOUCAULT, 1993, p.128). Tempo útil para a divulgação dos saberes e a apropriação desses pelas normalistas.

⁸ Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira foi aluna na Escola Normal Oficial de Picos nos anos de 1980 a 1982.

3.2. Os professores e suas práticas

O controle atingia, como se vê, não apenas as normalistas, mas também os professores. Esses, além de terem que cumprir com eficiência as suas obrigações pedagógicas, sendo assíduos e pontuais, deveriam também impor respeito, deveriam ser temidos por seus alunos, uma vez que eles eram as principais referências que as normalistas tinham. Era o modelo que deveria ser repetido.

Respeito, na maioria das vezes, conforme o depoimento das ex-alunas entrevistadas, por esses deterem domínio das suas disciplinas, mas também por serem alguns conservadores. Conforme a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2007):

a gente chegava às 13:00 horas. Entrava pras salas e quando o professor chegava, todo mundo estava em silêncio e continuava em silêncio durante a chamada. Ninguém podia conversar com as colegas. Nem havia diálogo nenhum entre alunas e professores. [...] os professores não sabiam a cor da voz da gente [...] só na hora da chamada que a gente respondia presente, mas diálogo assim não havia. [...] mas a gente tinha medo mesmo dos professores.

Pelo depoimento da ex-normalista, infere-se que o tipo de aula praticado na ENOP era preletiva. O professor era o responsável pela condução total das aulas. No seu horário de atuação, era em suas mãos que ficava o ato da fala. Aulas expositivas sem a participação dos alunos, que se tornavam, assim, em meros expectadores.

Devido à educação rígida que muitas tinham em casa, marcada pela obediência e respeito a pais e mais velhos, as normalistas levaram essa postura para a escola, no trato com seus professores. Na maioria das vezes, mesmo diante da possibilidade de fala, sentiam-se intimidadas com seus professores. Segundo a ex-normalista Maria Helena Araújo Luz⁹ (24.09.2007):

⁹ Maria Helena Araújo Luz foi aluna na Escola Normal Oficial de Picos nos anos de 1973 a 1975.

[...]. Às vezes a gente tinha um pouco de medo. Eu lembro que a gente tinha timidez. Não era muito próximo, não. Às vezes, elas tiravam alguma brincadeira com a gente, mas ali era em algum momento que elas davam oportunidade, aquela liberdade. Mas a gente não tinha muito acesso. [...] Havia aquele distanciamento. Eu não sei, talvez, pela própria época de ditadura militar. O professor se colocava num local de destaque, de patamar, mais importante. Não era muito próximo, não. [...] Quando havia dúvida, algumas aceitavam que a gente perguntava, davam essa abertura, mas outras não davam. Até se irritavam. Diziam que era porque a aluna não prestava a atenção. [...] Dava muito medo. Por conta disso algumas alunas preferiam não perguntar.

Respeito associado ao medo da figura do professor e do que ele poderia fazer. Por ser esse o detentor do saber e o responsável pela condução das aulas, as normalistas continham-se diante dos mesmos, evitando questionar suas práticas e expor seu pensamento em torno das aulas.

Mas, embora as normalistas se sentissem intimidadas com os seus professores, em seus depoimentos, todas foram unânimes em relatarem sobre a qualidade das aulas ali praticadas. Em virtude de haver a preocupação com a boa formação das normalistas, os professores investiam em metodologias inovadoras, na época, para transmitirem seus conteúdos. Segundo a ex-normalista Olívia Rufino (30.04.2007):

as professoras que foram estudar fora iam preparadas com uma metodologia nova pra época, porque aqui não existia. Elas trouxeram o que elas aprenderam lá em metodologia e faziam trabalho de grupo. [...] antigamente quando eu estudei no interior com mestre-escola, chamava de argumento, né. E elas faziam uma espécie de mesa redonda. A gente preparava o texto que ela mesma dava. Uma coisa que ela deu na lousa para escrever e a gente pensava a respeito e, às vezes, a gente fazia um trabalho que a gente vê fazer muito pouco. Sentava todo mundo e conversava a respeito, opinião de cada um. [...] cada um tem que ter o seu ponto de vista, né. Eu acho que ali a gente foi alguma coisa que, na época, as novidades que apareciam, que nos trouxeram, [...] foram muito boas.

Como se vê, o sistema de **trabalhos em grupo** também ocorria na ENOP, momento de atividades em que as normalistas tinham a oportunidade para expor sua visão em torno de algum conteúdo. Eram debates e seminários que estavam, naquele cotidiano escolar, preparando a futura professora para o exercício da docência. Metodologia de ensino, por sinal, elogiada pelas ex-normalistas. Tais

debates eram necessários, uma vez que se trata de uma escola de formação inicial de professores.

No geral, o **relacionamento entre professores e alunos** na ENOP foi marcado pelo respeito. Todas as depoentes informaram que nunca houve atritos entre eles. Segundo dona Célia Neiva de Sousa Lima (16.03.2007), ex-professora da escola:

eu posso assegurar que era um relacionamento perfeito, porque as alunas que já estavam lá já eram pessoas que estavam iniciando uma fase adulta e já tinha consciência do que era necessário para haver um respeito entre professores e alunos. Então, era um relacionamento normal. Exatamente o que todo mundo deseja, né, que haja uma intimidade maior entre professores e alunos sem falta de respeito.

A fala da ex-professora apresenta o que era desejado pela escola e que deveria ser assimilado pelas normalistas: rendição às normas impostas. Obedecer os professores e com eles se relacionarem bem, era o esperado, uma vez que as normalistas não eram mais crianças.

A ex-professora Célia Neiva de Sousa Lima era uma referência no quadro de docentes da ENOP. Professora de História do Piauí, mas que também atuou em outras disciplinas como Didática, Prática de Ensino e Metodologia, possuía uma didática que envolvia a todos em sala de aula. Reforçando esse parecer, a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (16.03.2007) afirmou que:

a didática de Dona Célia... [...] outra que eu me espelhei, também, maravilhosa. Ela tinha uma dicção perfeita que ela nos transmitia. Ninguém percebia a aula dela. Ela narrava toda aquela história. A gente viajava junto com ela. [...] Na época, quando ela falava sobre Sete Cidades [...] a Serra da Capivara. Na minha imaginação eu penetrava naqueles caminhos que ela descrevia. Dona Célia tinha uma didática maravilhosa, porque eu nunca precisei bater minha cabeça para estudar História. Eu ia pelo esquema dela. Gravava na minha cabeça as aulas dela e eu lembrava tudo no dia.

Esse bom relacionamento entre professores e alunos também se explica devido a praticamente todos se conhecerem. Vale ressaltar que no município de Picos, as famílias se conheciam, e nos anos de 1960 e 1970 isso ainda era muito evidente na cidade. Conforme a ex-normalista Olívia Rufino (30.04.2007):

todo mundo se conhecia, a maior parte, a não ser alguma aluna de fora. [...] na primeira turma foram poucas, depois foi que começou a chegar muita gente das cidades vizinhas. [...] a Escola Normal serviu a toda macrorregião de Picos, mas aqui a maior parte era conhecida. A Ivete Cardoso, [...] Remédios Araújo, Socorro Araújo, [...] a própria Zizi, que era amiga de todo mundo, [...] depois chegaram os professores homens, o Doca, que foi professor. Ele era bioquímico e foi professor de Biologia. Barros Araújo, que não se pode negar, [...] era ótimo professor de português, [...] depois começou a chegar um promotor que esteve aqui. [...] mas o relacionamento era ótimo.

Além disso, o respeito dirigido aos professores era uma espécie de continuação do tipo de educação que as normalistas recebiam em casa e que eram solicitadas a continuar na escola. O respeitar os mais velhos era a regra. Conforme a ex-normalista Maria Fátima de Sá¹⁰ (17.09.2007):

A normalista respeitava o professor. [...] o que motivava o respeito era porque em minha casa com a gente tinha de respeitar os mais velhos. A primeira coisa [...]. Todos os professores eram mais velhos que a gente. Então, já tinha o respeito de ser o mais velho. [...] naquele tempo, a gente colocava o professor lá em cima.

Com a certeza de que não haveria “problemas” com a indisciplina, os professores na ENOP conduziam suas aulas tranqüilamente. Repassando conteúdos, preparando as normalistas para o exercício futuro do magistério e também para a vida. Eram os portadores de um saber-fazer específico, que os respaldava enquanto professores.

¹⁰ Maria Fátima de Sá foi aluna na Escola Normal Oficial de Picos nos anos de 1967 a 1987.

3.3. O recreio e a liberdade vigiada

Nesse cotidiano também a relação entre as normalistas em si era boa. As ex-normalistas entrevistadas falam com entusiasmo das colegas de sala que puderam conhecer e se tornarem amigas. O respeito era mútuo. As trocas também. Havia, como em todo espaço de aglomerados, pequenos problemas, porém eram logo resolvidos. Conforme a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), “nosso relacionamento foi muito bom. Existiam algumas intrigas, mas eram coisas passageiras. [...] Intrigas sérias, não. Era uma grande família”.

Na figura 12, o instante captado é o do recreio. Normalistas uniformizadas sentadas no chão, no pátio da escola. Vê-se o entrosamento entre elas e também a pose esperada de futuras professoras, presente na elegância com que estão sentadas. Como assinala Barthes (1994, p.22), “[...], a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a ‘posar’, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem”. Trata-se, pois, da imagem da boa normalista que deverá ser lida como a imagem da boa professora. É a imagem dando a ler outra imagem.



Figura 15. Normalistas no pátio térreo da ENOP, no recreio (1973)
Fonte: Arquivo particular de Maria Hosana de Araújo

Esse bom relacionamento entre as normalistas era notado nos momentos de descontração na escola, principalmente no horário dos **intervalos** e no **recreio**. Onde, por não estarem sendo vigiadas por completo, elas ficavam mais à vontade e podiam falar, brincar, relaxar, enfim, serem elas mesmas por alguns momentos. Isso independentemente da década em que as normalistas estudaram na ENOP.

Na figura 13, o instante captado também é do “à vontade”. Normalistas descontraídas no pátio térreo, em frente a uma sala de aula e acompanhadas por uma professora. Embora fora do espaço da sala de aula, permanecem em posição de prontidão, de mestre diante da classe, especialmente as alunas que estão em pé.



Figura 16. Normalistas em momento de descontração no pátio térreo da ENOP (1973)
Fonte: Arquivo particular de Maria Hosana de Araújo

Esse bom relacionamento pode ser ratificado também através do registrado nas figuras 12 e 13. Nelas percebe-se as ex-normalistas no à vontade do recreio, no momento em que poderiam extravasar um pouco as emoções brincando, sorrindo e até mesmo sentando-se no chão. Mas destaca-se um detalhe nas duas ilustrações: o zelo pelo uniforme. Embora descontraídas, mantêm a blusa por dentro da saia, numa posição de prontidão.

Nos anos sessenta, segundo a ex-normalista Olívia Rufino (30.04.2007), no recreio era o momento para atividades específicas. Segundo ela, “conversava, contava piada. Eu falava do marido com as que já eram casadas, as outras falavam

dos namorados e, enquanto o pessoal dos 'Leões'¹¹ fizeram parte, levavam o violão e a gente cantava”.



Figura 17. Grupo Os Leões, formado por ex-alunos da ENOP (s/d)
Fonte: Arquivo particular de Maria Cármen Gerbasi Fonsêca

Nos anos setenta, segundo a ex-normalista Isabel Batista de Barros, o recreio era assim caracterizado:

Tinha um pátio, muito pequeno. Era muito junto que a gente ficava e o divertimento da gente era só olhar o povo passando na rua através da grade que tinha, porque a gente não podia sair pra rua. Então, através dessas grades, a gente paquerava com os rapazes que passava, mas isso sem a direção saber, porque se ela sonhasse que a gente estava paquerando, tinha uma ladainha de reclamação muito grande.

Assim como nos anos sessenta, nos anos setenta o recreio era fechado. As normalistas não podiam sair da escola. Embora tivessem uma visibilidade total da rua, pois havia uma grade que formava a fachada da frente da Escola Normal e, através dela, as normalistas ali ficavam e podiam, inclusive, conversar com seus paqueras ou comprar lanche nos vendedores externos à escola.

¹¹ **Os Leões** eram um grupo de jovens que tinham um conjunto musical que cantava na cidade, imitando a Jovem Guarda. Estudaram na ENOP, na sua primeira turma, mas desistiram logo do curso normal.

Nos anos oitenta, conforme entrevista concedida pela ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2006), diante do maior número de alunas matriculadas, o recreio era momento também de disputa por lanche. Havia uma pequena cantina onde eram vendidos lanches diversos, mas em pouca quantidade. Segundo ela:

dava muita brincadeira, viu. Era uma rivalidade. [...]. Tinha turma que saía mais cedo, aí a merenda dava para todo mundo, né. [...] era comprada. As outras turmas que saíam mais tarde, quando chegavam lá em baixo, não tinha mais nada. Aí a confusão estava feita. A gente queria sair para comprar merenda fora. O vigia não deixava, por ordem da diretora. Então, muitas vezes, a gente pulava de saíote para comprar merenda lá fora, né. [...] havia essa rivalidade e, portanto, partiu de uma equipe fazer merenda pra turma e vender para as outras com fins lucrativos para comprar seus objetos escolares.

O vender merenda pra outras colegas para, através do dinheiro recebido, comprar material escolar revela o poder aquisitivo das alunas que estudavam na ENOP, na maioria, moças oriundas de famílias pobres.

3.4. As representações em torno da Escola Normal Oficial de Picos

Daí se explica uma das principais razões que passou a conduzir as moças de Picos e macrorregião a procurarem a ENOP e a fazerem o curso normal: a **possibilidade de emprego** que a conclusão do curso poderia promover, por estarem vinculadas a uma instituição respeitada na cidade. Eis aí uma das principais representações que estavam atreladas à ENOP.

Poucas opções de trabalho fora das atividades domésticas havia para as mulheres em Picos e nas cidades que a circundam. Às mulheres eram destinadas atividades mais voltadas às práticas domésticas, dentre elas, o de costureira, doceira, cozinheira e outras que as confinavam no espaço privado. O adquirir o diploma de professora seria a possibilidade de sair do privado doméstico e inserir-se no espaço público que a profissão de professora poderia lhes proporcionar. Conforme a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006):

representava ter um emprego garantido, né, porque era um curso profissionalizante e de muito valor. Era uma pessoa que ganhava status sociais. Inclusive era até fácil as pessoas casarem, nesse tempo, porque era uma pessoa que ia ser professora, [...] que tinha conhecimentos. Representava tudo isso. Estava preparada, também, pra ser uma educadora de filhos, porque o curso pedagógico sempre teve esse objetivo. Mesmo que a pessoa não fosse ser professora, mas ela seria uma grande educadora de seus filhos e de todo mundo que se aproximasse dela.

O olhar da ex-normalista Isabel em torno da figura da normalista revela muito o que a sociedade picoinense pensava das normalistas: moça preparada para ser boa professora, boa esposa, boa mãe. Vê-se, assim, que o que se esperava da ENOP era a **preparação da mulher** não apenas para a atividade profissional, mas também para a vida doméstica. Segundo Chartier (1988, p.17):

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

Era, assim, uma “imposição” do próprio grupo, com seus conceitos em torno da mulher e da professora, logo, em torno do seu mundo, com seus valores e regras, engendrando o tipo de professor que a ENOP deveria formar. Ressalta-se que se trata de um discurso silencioso, mas que atingiu a ENOP em seu processo de formação das normalistas.

Quanto à possibilidade de emprego que o curso normal oferecia para as normalistas, a ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2006) informou que a principal marca que a escola trazia para as suas alunas “era a oportunidade de trabalho, né. [...] aqui em Picos não havia na época. Então, todo mundo partia com seriedade e estudava, porque queria exercer uma função lá fora, depois do término do terceiro ano Pedagógico”.

Com isso, a posse do **diploma de professora** representava uma credencial para ingressar no mercado de trabalho, mas também respeito diante da sociedade, que passava a olhar para aquela nova professora como a portadora de um saber específico. Para a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), conseguir o diploma de professora:

parecia um sonho. A gente aqui em Picos, sem perspectiva de estudar fora, porque não tínhamos condições financeiras e, de repente, estarmos ali com o diploma. Muito bonito nosso diploma. Era em pergaminho, papel pergaminho, grande, colorido. Uma credencial para nos dá um emprego. [...] Já sabíamos que não íamos ficar desempregadas. Tudo isso foi muito bom, positivo pro nosso ego.

E poder compartilhar com os entes queridos a representação do diploma adquirido, era significativa para as normalistas. Isso se observa, por exemplo, no depoimento da ex-normalista Olívia Rufino (30.04.2007):

O que eu já havia aprendido na Escola Normal, fora o diploma já me bastava. Eu queria dizer pra você que a coisa mais importante pra mim foi ter recebido aquele diploma das mãos do meu marido. [...] quando ele me entregou eu fiquei até surpresa. Foi, assim, um momento mágico. [...] o meu diploma é o símbolo do que eu aprendi. É uma prova do que eu aprendi lá, mas ele me entregar pra mim foi mais importante.

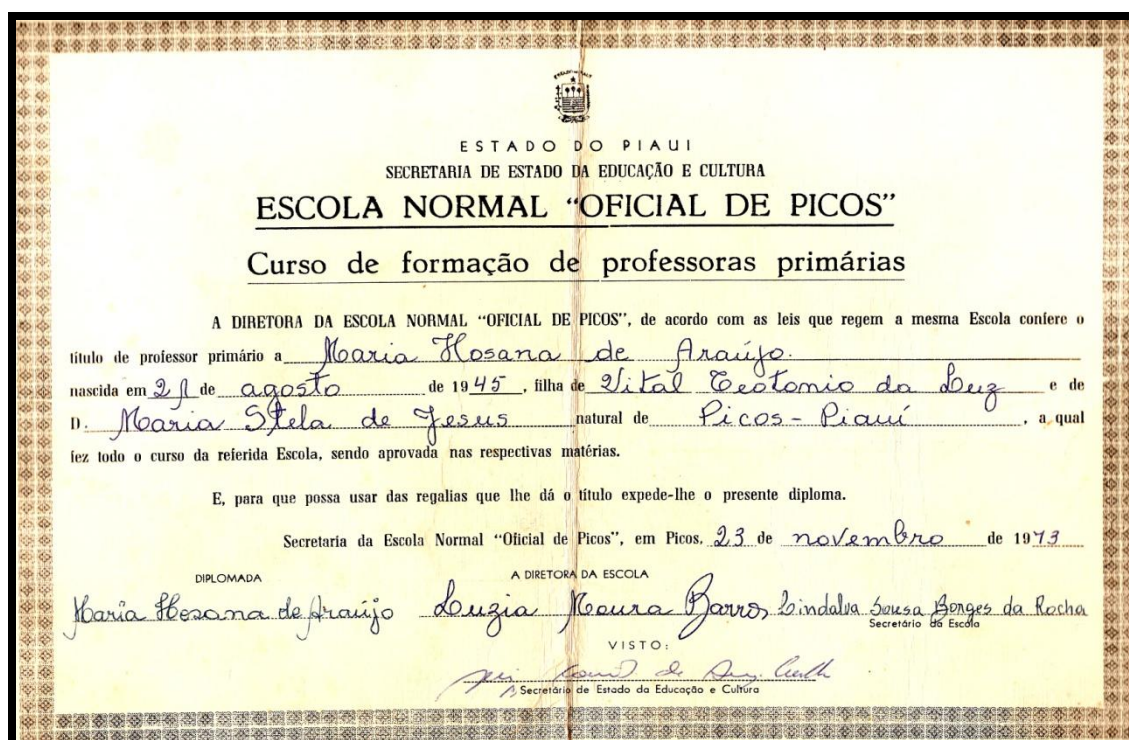


Figura 18. Diploma de conclusão do curso normal - anverso (1973)
Fonte. Arquivo particular de Maria Hosana de Araújo

GOV. DO PIAU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Serviço de Registro de Vida Escolar e de Magistério

Tendo em vista os boletins finais referentes ao ensino normal e o presente diploma, o qual se encontra em perfeita autenticidade.

Processo 05 02 de 1973
Gracia F. de A. de A.
Fun: 01 20 07/11/73

GRAUS DE APROVAÇÃO OBTIDOS PELA PROFESSORA NORMALISTA Maria Hosana de Araújo

1.ª Série: 9,4
2.ª Série: 9,1
3.ª Série: 9,0

Média geral do curso: 9,1 (nove e hum)

Secretaria da Escola Normal "Oficial de Picos", em Picos, 23 de novembro de 1973

Luiz Alves Sousa Borges da Rocha
SECRETÁRIO Reg. 0071R-1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Secretaria de Apoio Administrativo
REPRESENTAÇÃO DA DR - 7, NO PIAU

Diploma Registrado sob o N.º 690
no livro 02 Es 90 do modo em
a delegação de competência do Delegado Regional do MEC (DR - 7), em Portaria n.º 22, de 17 de maio de 1973.

Em 10/02/74
Maria Ribeiro de Barros

VISTO
Em 12/02/74
José de Castro Gomes

Figura 19. Diploma de conclusão do curso normal - verso(1973)
Fonte. Arquivo particular de Maria Hosana de Araújo

As figuras 15 e 16 trazem o modelo de diploma expedido pela ENOP.

A Escola Normal Oficial de Picos significou a possibilidade de saída do atraso educacional para Picos e as cidades que a circunvizinhavam. A educação primária picoense pode ser dividida a partir de dois momentos: antes da Escola Normal e depois dela. Antes, a educação se firmou através do trabalho de professoras leigas e de poucas normalistas picoenses que estudaram em outras cidades; depois da ENOP, houve uma melhoria expressiva na educação local, pois ampliou-se o quadro docente qualificado na rede pública e também particular da cidade, como também da sua macrorregião. Conforme a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006):

Olha, ela era um marco de desenvolvimento. Eu acho que ela quebrou um pouco o atraso de Picos, né. [...] Se não fosse a Escola Normal acho que a gente seria um povo mais atrasado ainda. Ela foi um referencial [...] para a microrregião de Picos, de educação, de saber, porque as professoras que existem hoje na microrregião de Picos são frutos da Escola Normal né, é um produto da Escola Normal. São professoras conforme o conhecimento que receberam [...] mas elas levaram isso para a sua cidade. [...] Eu sou produto

desta escola e voltei a lecionar na ENOP. Hoje eu sou professora da escola.

E ser produto da ENOP era exatamente estar munida de saberes e práticas necessárias ao exercício da profissão. No caso da ex-normalista Isabel, ela atua hoje como docente no quadro efetivo da ENOP e com a escola se envolve motivada pela mesma imagem representacional que esta possuía quando do seu período de apogeu: os anos aqui em estudo.

A professora oriunda da ENOP era vista como a portadora de um saber específico. Quando dúvidas surgiam sobre algo que envolvesse saberes da profissão ou saberes em torno de algum conhecimento historicamente construído, às ex-normalistas íam-se buscar respostas. Para Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007):

Na época mesmo, todas as atenções da cidade e microrregião eram voltadas pra Escola Normal. Nós éramos, realmente, espelhos. Qualquer coisa, dúvida [...] era as meninas da Escola Normal. [...] Era uma responsabilidade muito grande. A gente tinha que estar preparada, porque quando chegava qualquer pessoa aqui, procurando coisa de Picos, a história de Picos, procuravam as normalistas.

A Escola Normal Oficial de Picos, enquanto espaço de saberes, tinha uma representação muito grande na cidade de Picos. O seu nome chegava a abafar o nome do curso que ela abraçava, o **curso normal**. A instituição em si mesma tinha significação própria. Segundo a ex-normalista Olívia Rufino (30.04.2007), o nome ENOP “abafava sim. Era Escola Normal. Era o orgulho da cidade. E a cidade inteira gostava e apoiava e tinha as esperanças de melhoras. Naquela época, faltavam professores. Especialmente professores qualificados”.

A melhoria de que fala a ex-normalista diz respeito ao fato de a educação picoense ainda nos anos sessenta e setenta depender do trabalho de professores leigos que, embora se esforçassem para oferecerem ensino com qualidade, não possuíam o respaldo dos conhecimentos oriundos de uma escola de formação de professores. Sobre esse aspecto, a ex-normalista Raimunda Fontes Barros (25.05.2007) informa que:

na época existiam professoras aqui e até na zona rural, também. [...] As professoras, na maioria, [...] leigas. Se sentiram até ameaçadas por essa nova safra de professoras normalistas. Ficaram apreensivas, com medo de perder o emprego e gerou um constrangimento entre elas, uma insatisfação. Muitas já estavam prestes a se aposentar. Só que houve uma preocupação do governo, na época, em também prepará-las. Trouxe professoras que ministraram cursos de reciclagem para essas professoras leigas pra que elas continuassem no cargo. Nós não fomos tirá-las do lugar. [...] Muitas procuraram as normalistas para orientações para elas continuarem o trabalho delas. [...] Muitas delas foram ministradas com o que aprenderam com a reciclagem, na zona rural. [...] Ficaram lá e conseguiram se aposentar como professor leigo.

As próprias normalistas possuíam um conceito a respeito de si mesmas e da escola a qual estavam vinculadas. Sabiam que o fato de vestirem o uniforme da ENOP era um pálio que as respaldava no presente e as assegurava o futuro. Segundo a ex-normalista Maria Hosana de Araújo (24.09.2007):

Era muito importante porque, assim, a gente era identificada como uma normalista. Era uma coisa muito importante pra gente [...] por que todo mundo sabia que a gente estava estudando pra ser [...], futuras professoras. E professor, nesta época, tinha muito valor. Era muito valorizado. Aquele fardamento ia nos identificar como professoras da Escola Normal Oficial de Picos. [...] Era uma pessoa que ia transmitir para os filhos, para os jovens da época todos os ensinamentos. [...] A gente aprendia na Escola Normal toda maneira de se comportar. Professores [...] não era só transmitir conhecimentos, mas formadores de opiniões, também. Formadores de cabeça. Era tudo isso. Era tão valorizado. Todo mundo tinha respeito, o aluno, os pais, a sociedade. Tinham respeito pelo professor.

E estar estudando para ser professora representada também a responsabilidade de mudar o perfil educacional da cidade, uma vez que, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970 havia nas salas de aula do município e da sua macrorregião muitos professores leigos. E a demanda de alunos nos grupos escolares era significativa. Segundo a ex-aluna Oneide Santos Martins de Sá¹² (17.09.2007):

Era o que tinha de melhor. Picos só nos oferecia a Escola Normal. Ser professora era tudo em Picos. [...] isto significava muito. Para as alunas da Escola Normal ter um diploma, lecionar, transmitir conhecimento às crianças. Picos precisava muito. Tinha muita

criança sem escola. [...] era uma oportunidade de emprego, também. [...] depois da Escola Normal todo mundo teve acesso à escola. Aumentou o número de professores. Naquele tempo era resumido o número de professores. [...] Depois da Escola Normal isto tudo se expandiu. [...] melhorou. [...] expandiu os grupos escolares aqui na cidade. Tinha muitas professoras leigas. [...] muitas delas passaram a estudar na Escola Normal para se qualificar.

Antes da ENOP ser instalada, apenas as mulheres oriundas de famílias abastadas poderiam prosseguir seus estudos, uma vez que necessitavam sair da cidade de Picos para se dirigirem a outras cidades no Estado do Piauí ou em outros Estados da federação. E, após a ENOP, esse cenário mudou consideravelmente. Conforme a ex-normalista Maria Hosana de Araújo (24.09.2007):

Eu lembro que antes da Escola Normal havia um grande problema de ser professor em Picos. [...] Tinha que vir formada de fora. Só algumas famílias tinham condição de mandar os filhos estudar fora. Depois da Escola Normal [...] a primeira turma já foi, assim, um passo. [...] Uma coisa muito boa para Picos. A partir daí a educação se evoluiu. [...] Depois disso, professor era o que não faltava. [...] A educação só teve que ganhar e muito com isso.

O cotidiano da ENOP também foi marcado pela presença das chamadas **atividades avaliativas**. Seminários, debates, confecção de material didático e provas faziam parte dos tipos de atividades que serviam para avaliar as normalistas. Exceto as provas, as demais atividades eram tidas como muito agradáveis, pois, na sua maioria, eram feitas em grupo e as normalistas se sentiam mais à vontade quanto a isso.

3.5. A mediação dos conteúdos: entre livros, apostilhas e cadernos

Os conteúdos das aulas eram dados, na sua maioria, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, através de **apostilhas mimeografadas** ou reduziam-se a **anotações no quadro-de-giz** que eram, automaticamente, copiadas pelas normalistas em seus cadernos. Nos anos de 1980, muitos professores passaram a adotar livros, principalmente os de Didática, Psicologia da Educação, Estrutura e

Funcionamento do Ensino de Primeiro Grau, Metodologia do Ensino, Língua portuguesa, Literatura, Química e Física. Conforme a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2007):

eu só lembro que adotava livro a irmã Helena. Ela adotava o livro de Português. Ela trabalhava com Português, [...] mas as outras professoras, não. A gente copiava tudo no caderno. Era a aula todinha só copiando. Ela copiava no quadro e a gente copiava no caderno. A maioria das disciplinas era copiada. Inclusive eu tenho lembranças desses cadernos, ainda tenho esses cadernos. [...] Algumas [...] traziam os textos mimeografados, aí não precisava a gente copiar. [...] mas livro era uma raridade.

E, como na época não havia copiadora e as condições financeiras de muitas normalistas eram precárias, muitas não tinham condições de comprar o livro adotado, então pediam-no emprestado àquelas que o comprava e fazia a cópia manual do conteúdo trabalhado pelo professor em sala de aula. A ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2006) ratifica isso: “Alguns adotavam. [...]. Comprava quem podia. Quem não, tomava emprestado ao amigo e copiava porque, na época, não tinha a máquina de tirar xérox. Então, era à mão mesmo. Era copiar à mão”.

Era, então, o **caderno**, o principal meio de acesso aos conteúdos ali ensinados. Era ele o melhor companheiro das normalistas. Essas organizavam-lhes em matérias, para cada disciplina, uma parte específica do caderno. Mas, vale ressaltar a participação das apostilhas mimeografadas como outra forma contínua de acesso aos conteúdos ministrados pelos professores. Essas apostilhas eram datilografadas e mimeografadas na própria escola, que as fornecia a suas alunas, sem a necessidade de essas pagarem pelo material recebido. Segundo dona Zizi (20.03.2007):

Bem, lá era mais apostilha, viu. [...] logo, eu tive a felicidade de em meu tempo ter muito material, viu. Vinha muito papel mimeografado, viu. Então, as meninas podiam fazer à vontade. As professoras podiam dar a matéria e passava para as alunas as apostilhas.

Quanto a esse tipo de acesso ao conteúdo das disciplinas, a ex-professora Célia Neiva de Sousa Lima (16.03.2007) informou que:

[...] a gente tinha aquela preocupação de transmitir para as alunas, de usar sempre o quadro, a lousa, né. E transmitir [...] à medida que você ia desenvolvendo o assunto, [...] ia colocando os temas na lousa e depois [...] fazia uma revisão geral, né, baseado naquele esquema que foi colocado na lousa. [...]

Registrar o conteúdo no quadro-de-giz era a regra, especialmente nas primeiras turmas, uma vez que não havia também o mimeógrafo na escola. Consoante observação da ex-professora Maria Darcy de Deus (09.06.2007):

A maioria das aulas era expositivas, né. Alguns traziam cartazes, mas era raro. Era mais aulas expositivas, no início. Depois passava para ditar os pontos. No início, não existia textos mimeografados, não. Anos 1960, porque a escola foi fundada em 1967. Até o início dos anos 70 usava-se caderno. Cada aluno tinha o seu caderno de apontamento de cada disciplina. Eu te afirmo que até o ano de 1973 tudo era feito à mão. [...] posteriormente houve matéria que passou a adotar livros, outras disciplinas [...] mimeografadas. [...] as provas já eram mimeografadas, facilitou muito.

A substituição parcial do conteúdo anotado no caderno pelo conteúdo datilografado e impresso no mimeógrafo, foi um avanço considerável na rotina da ENOP. O trabalho dos professores passou a render mais, e as normalistas passaram a ter a possibilidade de terem acesso a um volume maior de informações, uma vez que recebiam o texto pronto, cabendo ao professor, a partir de então, a responsabilidade apenas de explicar o assunto da aula.

3.6. As atividades em grupo: a aprendizagem fora da sala de aula

O cotidiano da Escola Normal Oficial de Picos era marcado por aulas diárias, mas, além dessas, outras atividades eram desenvolvidas e que envolviam as normalistas, principalmente as chamadas **Semanas Pedagógicas**. Delas, as normalistas participavam com bastante entusiasmo, organizavam apresentações teatrais, exposições de trabalhos feitos nas diversas disciplinas do curso, desfiles e outros. Consoante fala da ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2006):

quando havia uma atividade diferente para a exposição, então, era uma rivalidade, porque todo mundo queria fazer seu trabalho bem feito. Colocar na exposição bem feito. A turma que ganhasse, né, tinha um prêmio. [...] então, todo mundo ficava empenhada naquela atividade para ser a primeira da turma, né. Tinha que ganhar de uma turma para outra. Então ninguém queria perder. Era uma competição total.

A Semana Pedagógica envolvia toda a escola e dava oportunidade para a comunidade ter acesso aos trabalhos que as normalistas faziam exposição. A primeira realização ocorreu em 1979. Segundo a ex-professora Maria Darcy de Deus (09.06.2007):

Na semana pedagógica havia competição acirrada entre os turnos da noite, da tarde e da manhã. Havia gincanas culturais, palestras, desfiles, passeatas, debates. Havia, também, exposição de trabalhos na escola. Convidava-se toda a comunidade pra participar. Era uma feira cultural. [...] a semana pedagógica batia recorde. A escola era visitada pela manhã, tarde e a noite pelos pais dos alunos e pela comunidade. [...] toda a escola se envolvia. [...] era quando a escola era mais visitada. [...] era um momento ímpar na história da Escola Normal.

Além das semanas pedagógicas, havia as **atividades de pesquisa**, não no sentido acadêmico do termo, mas no do que é empregado costumeiramente nas escolas: ida à biblioteca para buscar informação sobre algo. Quando as normalistas eram solicitadas a fazerem alguma atividade nesse sentido, dirigiam-se à biblioteca da própria escola e lá tinham acesso ao seu pequeno acervo. Os livros podiam ser retirados da biblioteca, com prazo certo para devolução. Conforme a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007):

As atividades extra-classe eram poucas, raras. [...] A gente não dispunha, naquela época, de locais adequados para fazer pesquisa. [...] Existia a biblioteca lá na escola que [...] tinha muitos livros da parte pedagógica. [...] Dona Zizi emprestava pra gente. A gente tinha muito cuidado. Tinha o prazo “x” de devolver. Ela deixava que a gente pesquisasse. [...] As atividades extra-classe era mais no museu de Ozildo¹³. [...] Ele instalou na residência dele, que era na Avenida Getúlio Vargas, no quarto dele mesmo. Então, ele tinha um pequeno acervo e emprestava. Ele tinha o maior prazer em receber as normalistas. Era para onde a gente se dirigia. [...]. Pediam, assim, entrevistas, nós fizemos dentro da Metodologia da Linguagem, né. Fomos entrevistar [...] parece-me que foi o Dr. Virgílio Madeira Martins, o padre Madeira, que entrevistamos em termos de assunto religiosos. O que eu me lembro de minha turma, mesmo, algumas pesquisas nesse sentido, assim.

Como se vê, as normalistas transitavam entre diversos tipos de atividades no seu cotidiano escolar. Atividades que objetivavam torná-las boas professoras, capazes de assumirem, após a conclusão do curso, uma sala de aula.



Figura 20. Normalistas e ex-bibliotecário da ENOP (1973)
Fonte: Arquivo particular de Maria Hosana de Araújo

¹³ José Albano de Macedo (1930-1989), conhecido como Ozildo Albano, nasceu em Picos-PI. Foi Juiz de Direito nas Comarcas de Pio IX e Jaicós, no Piauí, professor e secretário Municipal de Cultura, em Picos, além de incentivador da cultura. Em 1966 fundou em Picos-PI o Museu-Biblioteca João Gomes Caminha, hoje, Museu Ozildo Albano, com o fito de preservar a cultura local e sua história

Outra atividade que marcou o cotidiano da ENOP foi a organização do **Clubinho Cívico Da Costa e Silva**, em 1972. Como não havia espaço para grêmios, as normalistas criaram o Clubinho com a finalidade de organizarem, através dele, festas, brincadeiras, jornais que divulgavam fatos da escola, mas principalmente comemorar na escola as datas do calendário cívico nacional.

Sob a direção dos professores de Língua Portuguesa, as normalistas participavam das atividades do Clubinho e alegravam o cotidiano da escola, especialmente nas datas cívicas. A idealizadora do Clubinho Cívico foi a professora Diva Damasceno, da disciplina Educação Moral e Cívica. Segundo dona Zizi (20.03.2007):

Era chamado Clubinho, viu. Era o Clubinho e era bom. Era. Tinha jornal, tinha. Tinha umas professoras encarregadas. As professoras de português, as professoras dessas disciplinas mais necessárias. Saía anedotas. Saía tudo. Saía notas. Criticava o professor [...] ou elogiava. Era o Clubinho Da Costa e Silva. [...] muito bom. Funcionava. Todas as festas fazia uma sessão. Agora, ía o aluno que quisesse, né. Não era obrigado, né. Mas ía sempre muita gente, porque tinha representações, tinha brincadeira e o Clubinho era muito bom. Depois nós pegamos um biombo e aí fez o mural, sabe. Todas as notícias saíam ali. Tudo, tudo, tudo, tudo. Mas o Clubinho funcionava muito bem.

O Clubinho, conforme depoimento da ex-diretora, era o grande promotor de eventos da ENOP e vê-se, pelo entusiasmo com que dele fala, que a mesma apoiava suas atividades. Não era um componente curricular, mas era bem recepcionado na escola, uma vez que servia para integrar as normalistas entre si, como também envolvê-las na dinâmica da escola.

O Clubinho Cívico movimentava a ENOP, com suas atividades, especialmente quando havia eleição para compô-lo. Consoante depoimento da ex-professora Maria Darcy de Deus (09.06.2007):

[...]. Na época, havia o Clubinho. [...] o Clubinho Cívico da escola que foi um grande progresso, Nós devemos muito a professora de Educação Moral e Cívica, a dona Diva Damasceno. Era quem tomava de conta. Criou o Clubinho Cívico. Fez a formação da chapa, né. Presidente, vice-presidente, secretários e tesoureiro. A atividade do Clubinho era promover e participar das festas cívicas e sociais da escola que o calendário aplicava. Outra coisa, também, elas tinham que colaborar com as despesas. Justamente quando quisesse fazer,

assim, um passeio, uma excursão, trabalhos artísticos, apresentação de números de hora social uma vez por mês. Através do clubinho cívico foi criado um jornal “O Elo”. O jornal “O Elo” era pra ser quinzenal, na época. Raramente falhava. Mas houve anos aí que passava era um mês às mesmas notícias. Mas o Clubinho Cívico sempre estava atuando. Passou um período desativado. Um período crítico, mas depois voltou a funcionar. [...] O clubinho cívico foi criado em 1972.

Com o Clubinho, as normalistas podiam circular pela escola, uma vez que, através do seu periódico, o jornal **O Elo**, elas necessitavam colher informações sobre o cotidiano da escola e registrá-las para divulgação.

3.7. Os portões se abrem e as normalistas desfilam: o Sete de Setembro

Além das atividades pedagógicas, outras marcavam o cotidiano da escola em datas do calendário cívico, dentre elas, destaca-se o **Sete de Setembro**. Durante os vinte anos de cobertura da presente pesquisa, a ENOP viveu momentos importantes e de destaque nesses desfiles.

As figuras 18 e 19 apresentam as normalistas em desfile de Sete de Setembro. Era o momento oficial de apresentação da ENOP à cidade. As duas figuras mostram as normalistas usando o traje de gala.



Figura 21. Normalistas em desfile de Sete de Setembro (s/d)
Fonte: Arquivo de fotos da ENOP

O Sete de Setembro, na cidade de Picos, era comemorado com muita festa, e os desfiles das escolas públicas e particulares, em homenagem à semana da pátria caracterizava tal data. As escolas colocavam nas ruas da cidade seus alunos enfileirados, marchando em homenagem ao aniversário da pátria e, juntos, faziam uma festa patriótica bem organizada.



Figura 22. Normalistas em desfile de Sete de Setembro (s/d)
Fonte: Arquivo de fotos da ENOP

Era nessa data que a Escola Normal Oficial de Picos apresentava à cidade o que ela tinha de melhor: suas normalistas. O desfile da ENOP era um momento esperado, uma vez que as alunas levavam para as ruas temas estudados na escola, moças fantasiadas, pelotões formados com as futuras professoras vestidas em seu uniforme azul e branco ou com um traje específico, estavam ali, representando uma instituição séria e sóbria. Descrevendo esse momento de festa, a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007) informou que:

Os desfiles na Escola Normal não apresentavam muitas alegorias, não. [...] As alegorias era a porta bandeira, o pelotão de elite, né. Realmente eram escolhidas as maiores. Como eu era baixinha, eu ficava no grilo. Ela mesma dizia [*dona Zizi*]: ‘-As baixinhas já sabe, é o grilo, né¹⁴. Então, as maiores, né, porta bandeira. Todas de branco, de luvas. Tinha uma boina, também, pra usar, de gala, nos desfiles. Uma boininha branca. Ficava linda. Quando as normalistas passavam, paravam. Tudo para olhar as normalistas.

O não apresentar muitas alegorias foi somente no começo do funcionamento da escola, posteriormente, os desfiles da ENOP eram impecáveis também na quantidade de alegorias. Na fala da depoente destaca-se o olhar dela para a organização dos pelotões. Normalistas maiores nos blocos da frente, e as menores nos blocos de trás, seguindo o padrão de organização das Forças Armadas.

Porém, para que tudo saísse bonito, havia os ensaios durante o mês de agosto, que preparavam as normalistas para o momento do desfile oficial. Segundo fala da ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007):

[...] Os ensaios com muita rigidez. Tinha que marchar bem, igual. Exército mesmo. Todo mundo marchando bem pra mostrar postura, né. Ela [*dona Zizi*] se prendia mais a mostrar, assim, os cartazes grandes, que era o que dispunha na época. [...] Na época era cartolina, mesmo, papel laminado, brilhoso, e que fazia até no duratex. Montava aquele escudo da Escola Normal pra mostrar. A bandeira que ela levava. As três bandeiras: a bandeira nacional, a bandeira do Estado e a bandeira da Escola Normal. O hino era cantado de frente ao palanque. Todo mundo impecavelmente ali. Postura para cantar. [...] No desfile colocavam algumas frases, né, sobre a educação e, também, homenageados. Uma vez homenagearam Vidal de Freitas, um educador homenageado. Dona Zizi não tinha essa preocupação com carro alegórico. [...] No primeiro desfile descreveu as disciplinas, as metodologias. [...] Aí tinha aqueles símbolos, o ábaco, que a gente trabalhava com os alunos.

Mostrar postura, que a ex-normalista fala, diz respeito não apenas à elegância no desfilarmas, também à postura de professora, da professora que a escola estava formando e que estava ali na avenida sendo apresentada a todos.

¹⁴ O grilo era a posição ocupada pelo aluno no último pelotão, em dias de desfiles. Nos primeiros pelotões ficavam os alunos maiores, nos últimos, os menores.

Nas figuras 20 e 21 vê-se os blocos organizados. Na figura 20, bloco temático; na figura 21, a fanfarra.



Figura 23. Normalistas em desfile de Sete de Setembro (s/d)
Fonte: Arquivo de fotos da ENOP

Era a ENOP sendo apresentada à sociedade picoense. Era uma espécie de abertura oficial dos portões, que passavam anualmente fechados, para a comunidade; assim como uma autorização, com ressalvas, para as normalistas transitarem nas ruas da cidade e serem vistas, uma espécie de *voyerismo*: prazer em ser visto, prazer em olhar. A participação da normalista no desfile era obrigatória. Não podia faltar, a não ser em caso de doença comprovada através de atestado médico.



Figura 24. Normalistas em desfile de Sete de Setembro (s/d)
Fonte: Arquivo de fotos da ENOP

Um aspecto que marcou a história da ENOP e seu cotidiano era o fato de as normalistas terem uma alcunha na cidade: eram chamadas de “**coroas**”. Isso deve em virtude da organização da primeira turma ter sido feita pelo critério da idade e estado civil: casadas em uma sala, solteiras em outra. Segundo a ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2007), falando sobre o desfile do Sete de Setembro: “era doloroso, porque ninguém queria desfilar por conta da população chamar as pobres normalistas de coroas, velhinhas, encalhadas, mas, mesmo assim, a gente ía, né.”

Porém, o mais significativo de todos os desfiles de Sete de Setembro para a ENOP foi o de quando a escola completou os seus quinze anos. Era a escola debutando em plena avenida. Conforme a ex-diretora, dona Zizi (20.03.2007):

Ah, nos desfiles a escola participava e o principal eu sempre digo, que as atividades melhores que teve na Escola Normal foi quando ela completou 15 anos, viu. No dia 7 de Setembro se cobriu um jipe todo de cor rosa. Escolhemos 15 meninas, todas de 15 anos. Cada uma com uma fita cor de rosa saindo de dentro do jipe, viu. E no desfile aí tinha que ir o 15 em cima, viu. Esse desfile foi bonito. [...] professor tal organizava um pelotão, aí elas criavam aquilo e saíam. [...] o de 15 anos foi extra.

Estar nas ruas da cidade desfilando uniformizada, representando a ENOP, requeria uma postura específica das normalistas. Disciplina, sobriedade e elegância. Eram as damas do saber desfilando diante da comunidade que as estavam

gestando e que as esperavam em breve nas salas de aula educando seus filhos. Sobre isso, a ex-normalista Maria Fátima de Sá (17.09.2007) informou que:

O desfile era uma coisa impressionante. Todo mundo bem vestido. Todo mundo organizado. Você nem mexia a cabeça. Eu, que levava a bandeira do Brasil, não virava nem o rosto pra olhar nada. Era um negócio impressionante. Como era a beleza, a organização e tudo. Todos os seus aspectos. É aí que eu digo, é questão de cultura, é questão dos pais, é questão de escola. Se em casa você tem o respeito, na escola é a continuação. Tudo dá certo.

3.8. De normalista a professoranda: o Estágio Supervisionado

Mas no cotidiano da ENOP também existiam as turmas de terceiro ano pedagógico. As turmas das formandas, das professorandas, daquelas que iriam colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, nas escolas de ensino primário, como estagiárias.

Para muitas normalistas, era o momento mais difícil do curso. Para outras, o momento mais prazeroso. O **estágio supervisionado**, como requisito para a conclusão do curso normal e momento para colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, também marcou o cotidiano da ENOP.

Para os grupos escolares da cidade se dirigiam as professorandas. Vestidas em seus jalecos brancos e munidas de diversos recursos didáticos; iam tentar fazer a diferença, levar o novo para as crianças, alfabetizar, educar. Segundo a ex-normalista Olívia Rufino (30.04.2007):

Eu fiz na escola chamada Justino Luz, lá na periferia, [...] no bairro Bomba. Eu passei lá, se eu não estou enganada um mês e meio. Todo dia, na sala de aula, como se fosse a regente da sala. A professora ia lá e sentava. [...] eu tomava conta da sala de aula. Adorei a sala de aula e os meninos. Ora, quando saí de lá, a turma até chorou. [...] o estágio foi algo positivo. Eu acho uma coisa muito importante o estágio supervisionado, porque ali você vai pôr em prática tudo o que você aprendeu e não só o que você aprendeu, mas aquilo que você entende o que é uma sala de aula, aí você vai colocar as suas idéias e, também, o seu relacionamento com as

peças, especialmente com o aluno que você vai cuidar, encaminhar.

O estágio era o momento efetivo da prática, momento primeiro de contato com o campo profissional. Nele, as normalistas literalmente vestiam a farda de professor, em franca substituição da farda de normalista. Era o momento da apresentação do perfil que fora construído durante o curso, na ENOP.

Pelo depoimento da ex-normalista Olívia Rufino (30.04.2007), “ali você vai pôr em prática tudo o que você aprendeu”, vê-se a concepção de estágio presente na época: a separação entre teoria e prática.

Na ENOP aprendia-se toda a teoria e só no estágio a normalista entrava em contato com a prática. Dissociação entre a teoria e a prática e, ao mesmo tempo, a visão de indivíduo pronto, acabado é o que se infere do tipo de estágio presente na escola. Segundo Lima (2004, p.16):

O estágio não é a hora da prática! É a hora de começar a pensar na condição de professor na perspectiva de eterno aprendiz. É a hora de começar a vislumbrar a formação contínua como elemento de realimentação dessa reflexão.

Porém, no cotidiano da ENOP, a prática só era vivida no final do curso, no momento do estágio supervisionado. E o pensar a condição de professor como um eterno aprendiz, ou como disse Guimarães Rosa, “mestre não é quem sempre ensina, mas quem, de repente, aprende”, estava longe de sua realidade.

A professoranda era vista como a portadora de saberes, logo, um sujeito pronto, preparado para o labor da profissão. A formação inicial era vista como suficiente para a práxis educativa desse professor. De posse de um saber-fazer, as professorandas eram afastadas da possibilidade de questionar sua prática, de questionar seu fazer, logo, de se tornarem profissionais reflexivos e distantes de avaliarem sua própria prática. Conforme Lima (2004, p. 55), “[...]. A reflexão na ação e sobre a ação possibilitará posturas de redimensionamento das propostas de trabalho, tanto no âmbito pedagógico, quanto social do professor”.

Como redimensionar a práxis pedagógica, se estavam sendo preparadas para serem professores segundo modelo pré-estabelecido? A ENOP preparou um tipo de professor a partir do modelo que ela mesma oferecia, e isso fortalecia o valor da formação inicial.

Essa visão negava a possibilidade da reflexão na ação e sobre a ação, no momento do estágio e, conseqüentemente, na vida profissional. Segundo Lima (2004, p. 47), “o estágio supervisionado prosseguirá sendo espaço de questionamento e de debate, continuando a merecer sempre novos olhares”.

O estágio supervisionado, nas suas três modalidades - **observação**, **participação** e **regência** - representava essa possibilidade primeira de contato com o futuro campo de trabalho. Mas um contato, assim como se dava na escola, também monitorado, vigiado, controlado pelo professor da sala, que deveria acompanhar os passos da normalista e narrá-los, em forma de relatório, para a professora do estágio. Consoante relato da ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), “[...] Havia uma vigilância no momento do estágio. [...]. Professora assistindo à aula, a professora da disciplina assistindo, também. [...] Havia, também, a ficha. A gente morria de medo da ficha. De manchar o histórico. [...] A gente fazia tudo pra manter o padrão da nossa ficha”.

ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS

FICHA INDIVIDUAL DE ESTÁGIO

UNIDADE ESCOLAR Escola Normal Oficial de Picos

ALUNA _____

SÉRIE 3ª TURMA C TURNO _____

ANO 1981

TABELA

Carga Horária Mínima Exigida	Valor de Cada Etapa PONTOS
OBSERVAÇÃO - 50 HORAS	Observação e Participação - 30
PARTICIPAÇÃO - 50 HORAS	REGÊNCIA:
REGÊNCIA - 100 HORAS	ALTERNADA - 30
ALTERNADA - 70 H.	INTENSIVA - 40
INTENSIVA - 30 H.	TOTAL - 100
TOTAL - 200 HORAS	

OBS: A aluna só poderá realizar a etapa seguinte, após concluir a etapa anterior.

Figura 25. Ficha individual de estágio da ENOP - anverso (1981)
Fonte. Arquivo particular de Maria Darcy de Deus

ETAPAS	A T I V I D A D E	PERÍODO	D A T A	RUB. DA PROF.
OBSERVAÇÃO	Observação do ambiente físico da Escola.			
	Observação atividades rotineiras			
	Observação das técnicas de ensino			
	Observação do manejo de classe			
	Observação do material didático			
PARTICIPAÇÃO	Observação da formação de hábitos, atitudes etc.			
	Colaboração nas atividades escolares.			
	Ajuda nas atividades rotineiras e necessárias			
	Ajuda à prof. de classe: chamada, disciplina e correção dos deveres.			
	Colaboração na formação de hábitos, atitudes e habilidades.			
Participação dos festejos quinzenais				
R E G Ê N C I A	ALTERNADA			
INTENSIVA				
AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO		OBSERVAÇÕES:		
Observação e Participação		
Regência Alternada		
Regência Intensiva		
TOTAL		
Data da Entrega	Assinatura da Aluna	Prof. de Prática de Ensino		

Figura 26. Ficha individual de estágio da ENOP - verso (1983)
Fonte. Arquivo particular de Maria Darcy de Deus

Na etapa da observação, as normalistas iam para as escolas observar o seu cotidiano e levantar a situação da estrutura do grupo escolar em que fariam o estágio. Nessa etapa, a preocupação da orientação do estágio residia no contato inicial da normalista com a prática docente. Era o momento em que a professoranda se depararia com o espaço do grupo escolar, com professores, coordenadores, diretores e, especialmente, com os alunos.

Competiria às normalistas fazer um levantamento completo da estrutura da escola em que estagiaria, a saber: o ambiente físico, as atividades diárias, as técnicas de ensino aplicadas nas respectivas séries de ensino, o manejo de classe dos professores, assim como o tipo de recurso didático utilizado.

Na **etapa da participação**, as normalistas eram solicitadas a participar das aulas. Não podiam ainda dar os conteúdos aos alunos, mas faziam atividades outras, como fazer a chamada dos alunos, apagar o quadro-de-giz, anotar os conteúdos e as atividades no quadro, orientar as tarefas das crianças e outras do cotidiano escolar.

A **terceira etapa** era a da **regência**, que se dividia em duas: regência alternada e regência intensiva. Na primeira, a professoranda começava a dar aulas, mas sob a supervisão e a presença da professora de turma, na hora da aula. Na segunda, ela assumia totalmente o controle da turma. Sobre o estágio supervisionado, assim se posicionou a ex-normalista Oneide Santos Martins de Sá (17.09.2007):

Era escolhido o colégio e aí a gente ía. A gente tinha contato com aquele colégio e sabia qual a disciplina e fazia seu plano de aula e, naquele dia, era supervisionado por uma professora daquele estabelecimento. Depois dava sua nota e fazia suas correções no plano de aula. [...] nós éramos bem sucedidas nos grupos escolares. [...] as crianças cantavam quando a gente chegava na sala de aula. Era uma novidade para as crianças. Antes, a professora já anunciava que ía, naquela semana, ia ter visita de professoranda. [...] preparava recurso didático. Tudo feito pela normalista. [...] A Escola Normal, também, supervisionava. [...] as Metodologias foram muito importante, porque o professor da Escola Normal ensinava como transmitir para os alunos. Vamos dizer: a idéia da moeda, da quantidade, idéia de contagem, não é. [...] as Metodologias serviam para isso. Através de cartazes, através de recursos que os professores faziam para levar para o seu estágio.

O contato inicial com a escola campo do estágio era a primeira oportunidade que a normalista tinha para se familiarizar com aquele espaço escolar novo. Os grupos escolares locais recepcionavam bem as normalistas, segundo o depoimento da ex-normalista Oneide Santos Martins de Sá. Mas o que se destaca bem da sua fala é a certeza de que as normalistas estavam prontas para a prática, demonstrando com isso a concepção de estágio presente na ENOP.

Cumprir todas as etapas inicialmente preocupava muito as normalistas. Era o momento da maior de todas as provas pelas quais elas passavam na escola. E o temor, quanto a isso, era evidente, embora tivessem recebido orientações suficientes para realizarem com eficiência as atividades a que eram convidadas. Orientações advindas, especialmente, das disciplinas metodológicas. Conforme a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007),

Muito importante a questão do estágio. Era uma coisa que, a princípio, nos amedrontou. A gente ter que ir pra sala de aula, enfrentar aqueles meninos. [...] Passar a ser professora. Era aquele impacto, mas só que nossos professores nos prepararam. Tivemos uma prévia. Durante todo período das metodologias. Elas passavam pra gente organizar um álbum. [...] O álbum era como se fosse um croqui. Fazíamos tudo em miniaturas. De cada material didático que a gente precisasse [...], [...] por exemplo, na 4ª série estava falando sobre 'a mudança monetária no Brasil', a gente já selecionava dinheiros antigos, moedas. Pregava no cartaz e mostrava pros meninos. A gente fazia já um roteiro, no álbum. [...] Essas metodologias. [...] A programação do que era importante ser ministrado. [...] Toda seqüência era delimitado pra gente. [...] O álbum, tudo, com a capa e tudo. Era uma exigência. Dava nota pelo álbum. [...] Tínhamos álbum de todas as disciplinas e tudo. Já era uma prévia para o estágio. Quando chegou a época do estágio nós já sabíamos. Foi um sorteio. Primeiro fez um contato com os grupos escolares. Eu estagiei lá no Justino Luz. Distante, né? A professora nos recebeu muito bem. [...] Elas queriam que a gente fosse dar aula, porque elas não eram portadoras de diploma, entendeu? Elas eram leigas. [...] Elas não queriam que a gente fosse só observá-las.

O amedrontar-se diante da idéia de ir para o estágio, de enfrentar a realidade escolar sobre a qual tanto ouviram falar durante as aulas teóricas, estava relacionado exatamente à falta de prática que as normalistas possuíam, ao tipo de concepção de estágio que a escola possuía, como sendo este o momento específico da prática. E o “passar a ser professora”, deixar de lado o pálio da condição de estudante e vestir a bata do estágio, uma espécie de rito de passagem para a condição de professor, era enfrentar a realidade frente a frente, sem demonstração de qualquer tipo de fraqueza, uma vez que supunham estarem preparadas, prontas para o exercício do ofício.

O álbum de que a ex-normalista fala, era uma espécie de croqui destinado à preparação técnica da normalista para a prática pedagógica. Eram montados, basicamente, três álbuns, um da **Metodologia da Linguagem**, outro da

Metodologia do Cálculo e um terceiro da **Metodologia dos Estudos Sociais**. As noções básicas da comunicação e expressão, da matemática e dos estudos sociais, para as séries iniciais do antigo curso primário, eram neles postas.

Os álbuns traziam, conforme a visão das metodologias, o caminho a ser seguido pelas normalistas no momento da prática. A sua elaboração era necessária para o tipo de professor que se estava formando: dócil e útil.

Conforme a fala da ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), neles havia “a programação do que era importante ser ministrado”. As professoras das metodologias se encarregavam disso, faziam o levantamento da programação básica da escola primária e conduzia as normalistas na montagem dos álbuns, na confiança de que assim estariam preparando-as suficientemente para o esperado momento da prática. Criou-se, como se vê, um hiato entre a teoria e a prática.

Destaca-se, porém, a organização dos álbuns. Para sua confecção, diante dos poucos recursos ilustrativos que a cidade oferecia, as normalistas usavam recortes de revistas, de caixinhas diversas, papel de bombom e outros que pudessem contribuir no embelezamento do álbum.

Como se vê nas figuras 24 a 31, havia preocupação com a escrita do álbum. Letras coloridas e bem desenhadas acompanhadas por gravuras, sempre bem posicionadas.



Figura 27. Álbum de Metodologia do Cálculo (1968)
Fonte. Arquivo particular de Oneide Santos Martins de Sá

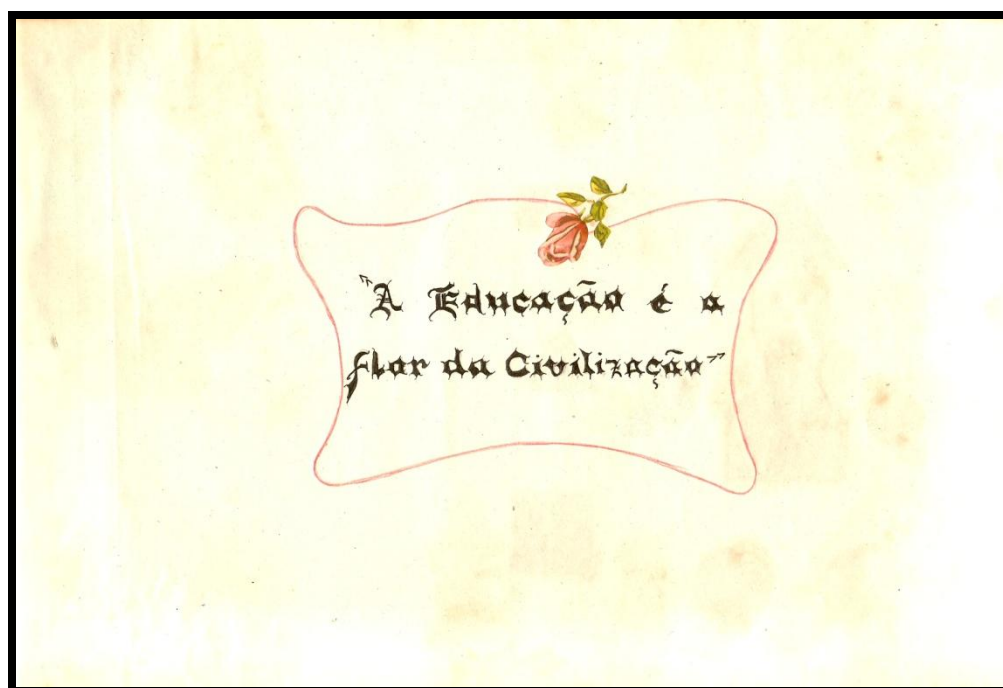


Figura 28. Álbum de Metodologia do Cálculo (1968)
Fonte. Arquivo particular de Oneide Santos Martins de Sá

Na figura 25, que estava localizada na abertura do álbum de Metodologia do Cálculo, da ex-normalista Oneide Santos Martins de Sá, destaca-se a visão da normalista em torno da educação, como sendo “a flor da civilização”. Visão romântica e metafórica, informa muito pouco da idéia de educação necessária tanto para o país, quanto para Picos, naquele momento histórico: a idéia de educação transformadora. Sendo flor da civilização, ela seria, infelizmente, a parte mais frágil desta.



Figura 29. Álbum de Metodologia do Cálculo (1968)
Fonte. Arquivo particular de Oneide Santos Martins de Sá



Figura 30. Álbum de Metodologia do Cálculo (1968)
 Fonte. Arquivo particular de Oneide Santos Martins de Sá

No álbum de Metodologia do Cálculo (ver figuras 24 a 27), as normalistas organizavam, a partir de gravuras, as noções básicas de tamanho, posição, quantidade, distância, tempo, valor, peso, contagem e outros, necessários à educação infantil.

No item destinado, por exemplo, à noção de contagem, além das gravuras, o álbum contém cantigas infantis, como as que seguem abaixo:

Um, dois,
 Feijão com arroz.
 Três, quatro,
 Feijão no prato.
 Cinco, seis,
 Bolo inglês.
 Sete, oito,
 Café e biscoito.
 Nove, dez,
 Mostre os pés

Um, dois, três,
 Bom dia, Sr. Freguês.
 Quatro, cinco, seis,
 Bom dia, Sr. Inglês.
 Sete, oito, nove,
 O garotinho se move.
 Dez, onze, doze,
 E cumprimenta com pose.



Figura 31. Álbum de Metodologia da Linguagem (1968)
 Fonte. Arquivo particular de Oneide Santos Martins de Sá

Ortografia

Importância - é importante porque nos ajuda a expressar o nosso pensamento de um modo claro e correto.

Condiciona básica para escrever certo e falar certo

I - Passo básico do treino ortográfico
 Estudo de palavras pela percepção.

- 1 - Ouvir a palavra
- 2 - Ouvir sua pronúncia
- 3 - Pronunciar-la
- 4 - Utilizá-la numa sentença

II - Passo
 Estudo de palavras pelas sílabas.

- 1 - Analisar os poemas digitais - me-ni-no
- 2 - Destacar oralmente as letras - m-e-n-i-no

Figura 32. Álbum de Metodologia da Linguagem (1968)
 Fonte. Arquivo particular de Oneide Santos Martins de Sá

III - Passo.
Avaliação.

Escrever a palavra duas ou mais vezes
se uma repetir todos os passos
medidas.

Número de palavras que devem ser estudadas semanalmente.

1ª série	12	palavras
2ª	15	"
3ª	22	"
4ª	25	"

Objetivos:

I - levar a criança a pronunciar corretamente as palavras

Atividades - enquadradas na escola de dificuldades
ortográficas de natureza auditiva e visual.

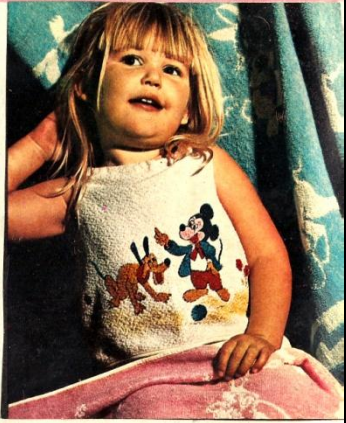


Figura 33. Álbum de Metodologia da Linguagem (1968)
Fonte. Arquivo particular de Oneide Santos Martins de Sá

Auditiva

Pronúncia de palavras do livro de leitura etc. ^{pequenas} de sílabas de uma
consoante e uma vogal.

ex: bima - botiva
bola - peteca

Visual

Pronúncia de palavras com h inicial.

ex: homem - hoje
hora - horário

II - levar a se interessar pela escrita certa da
Atividades de natureza auditiva - ditado de palavras com fixação do h branco.

ex: tecido - coxeta
bucaco - barata

Visual - ditado de expressões com fixação da ç: ex: A cabeça da ovelha




Figura 34. Álbum de Metodologia da Linguagem (1968)
Fonte. Arquivo particular de Oneide Santos Martins de Sá

No álbum de Metodologia da Linguagem (figuras 28 a 31), destacam-se partes importantes como a **dedicatória** e a **prece**. Na dedicatória, do álbum em apreço, a normalista o destina à professora da disciplina, a Sr^a Benvinda Nunes, que foi, durante os anos em que atuou na ENOP, uma das suas principais professoras. Respeitada, amada e admirada por suas ex-alunas. Segundo a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007):

a Dona Benvinda que ainda hoje mora no meu coração. Aprendi muito com ela. A didática dela, a paciência, a tolerância e os ensinamentos dela não só na parte de metodologia, de conteúdo, mas na minha formação como jovem.

Na prece, presente no álbum de Metodologia da Linguagem, a ex-normalista assim se dirige a Deus:

Concede-me, Senhor, a graça de ser boa,
De ter o coração singelo que perdoa,
A solícita mão que espalha, sem medidas,
Estrelas pela noite escura de outras vidas,
E tira d'alma alheia o espinho que magoa.

O pedido da ex-normalista é para ter “solícita mão que espalha”, ser a semeadora de conhecimentos a seus alunos, ser aquela que os tirará da noite da ignorância e os conduzirá às luzes do saber. Há, aí, a consciência em torno da profissão que assumiriam, mas também o retrato do tipo de professor que iria para as escolas: um profissional religioso.

O álbum de Metodologia da Linguagem era montado com o objetivo de conhecer o desenvolvimento lingüístico da criança e seu comportamento em face aos livros na idade pré-escolar. Nele pode-se encontrar as fases do desenvolvimento da criança, do nascimento aos seis anos. Uma espécie de apresentação à normalista de todas as fases de aprendizagem pelas quais as crianças passam.

Além disso, apresenta o processo de encontro do aluno com o professor. As suas reações e medos, e como o professor deve se comportar diante da criança que chega à escola. A aplicação dos testes de ABC, com diversas fórmulas verbais. Orientação de atividades de coordenação motora e de interpretação de gravuras, dramatizações, adivinhas e outras.

Por se tratar de um álbum em torno da linguagem, não poderia deixar de apresentar dicas em torno da leitura, linguagem oral, composição, escrita, ortografia e gramática. Sendo que todos os itens apontados são apresentados em páginas coloridas, com bastantes gravuras e desenhos gráficos diversos.

Através da organização dos álbuns, percebe-se que havia uma preocupação técnica, instrumental, por parte da escola, vendo nisso o meio de dar suporte suficiente para o momento da prática. Dissertando sobre a perspectiva técnica da prática, Pimenta e Lima (2004, p. 37), informam que:

Nessa perspectiva, a atividade de estágio fica reduzida à hora da prática, ao 'como fazer', às técnicas a ser empregadas em sala de aula, ao desenvolvimento de habilidades específicas do manejo de classe, ao preenchimento de fichas de observação, diagramas, fluxogramas.

Ou seja, ao preparo instrumental do futuro professor. Não se defende a tese de que isso seja desnecessário, mas de que não poderia aparecer dissociado da relação teoria-prática, em momentos distintos, como o que se dava no cotidiano das normalistas.

A concentração do olhar das Metodologias na instrumentalização das normalistas terminava por afastá-las da realidade escolar para a qual se dirigiam, no famigerado momento do estágio, uma vez que, conforme Pimenta e Lima (2004, p.39):

A perspectiva técnica no estágio gera um distanciamento da vida e do trabalho concreto que ocorre nas escolas, uma vez que as disciplinas que compõem os cursos de formação não estabelecem os nexos entre os conteúdos (teorias?) que desenvolvem e a realidade nas quais o ensino ocorre.

E esse hiato entre o aprendido na escola (ENOP) e o ensinado nos grupos escolares, reforçava a possibilidade de uma formação para o magistério sem passar pelo crivo da reflexão.

Além da perspectiva técnica, destacou-se, através da fala das normalistas, a existência oculta da prática enquanto imitação de modelos. E essa perspectiva foi a que as normalistas melhor assimilaram, uma vez que a levaram para a sua profissão, não apenas para o estágio.

Na ENOP, as normalistas estavam aprendendo a ser professoras, apropriando-se de conceitos e técnicas para isso, mas sofreram também a influência dos professores que conduziam sua formação. Segundo Pimenta e Lima (2004, p.35), “o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, reelaboração dos modelos existentes na prática consagrados como bons.”

Nas entrevistas, todas as depoentes apresentaram um professor que serviu de modelo para a sua vida profissional, alguém em quem elas se espelharam na sua práxis pedagógica e de quem apropriaram o chamado manejo de classe.

Após saberem em qual escola iriam realizar o estágio, as normalistas, sob a orientação da professora do Estágio, informavam-se com a professora da turma quais conteúdos seriam trabalhados durante a etapa da regência e elaboravam o seu **plano de aula**, que era apresentado à professora do Estágio para ser corrigido e avaliado. Tratava-se de uma espécie de roteiro a ser seguido na sala de aula.

As figuras 32 e 33 ilustram um plano de aula usado por uma ex-normalista, no ano de 1969, em uma turma de alfabetização. Nele, pode-se ver a preocupação da professoranda em transmitir o conteúdo programado através do uso de recursos didáticos. Usar recursos didáticos diversos estava associado à imagem de bom professor, daquele que se preocupava com a qualidade da aula a ser dada.

V. to 30 de Janeiro

Plano de Aula

I. Estabelecimento - Ginásio Mouzinho Hipólito

II. Data - 15/9/69

III. Professoranda - Oneide Santos Martins de Sá

IV. Série - Alfabetização

V. Rotina de classe:

Orações
calendário
chamada
contas do dia

VI. Matérias:

a) Linguagem - *estória*
b) Aritmética

VII. Assuntos:

a) Letura - *estória*
b) Separação de sílabas
c) contagem de 10 em 10 até 100

VIII. Objetivo - Desenvolver a criança na aprendizagem de Letura e escrita →
veja na observação.

IX. Metodologia - conversa, cartazes, fichas e figurinhas

X. Material de apoio - cartazes, fichas, figurinhas, quadro verde, giz e flanelógrafo

XI. Desenvolvimento:

a) Estória a respeito da letra "O"
b) Letura em voz *(marco Simão)*
c) divisão das palavras em sílabas
d) contagem de 10 em 10

Figura 35. Plano de aula usado em Estágio - anverso (1969)
Fonte. Arquivo particular da ex-normalista Oneide Santos Martins de Sá

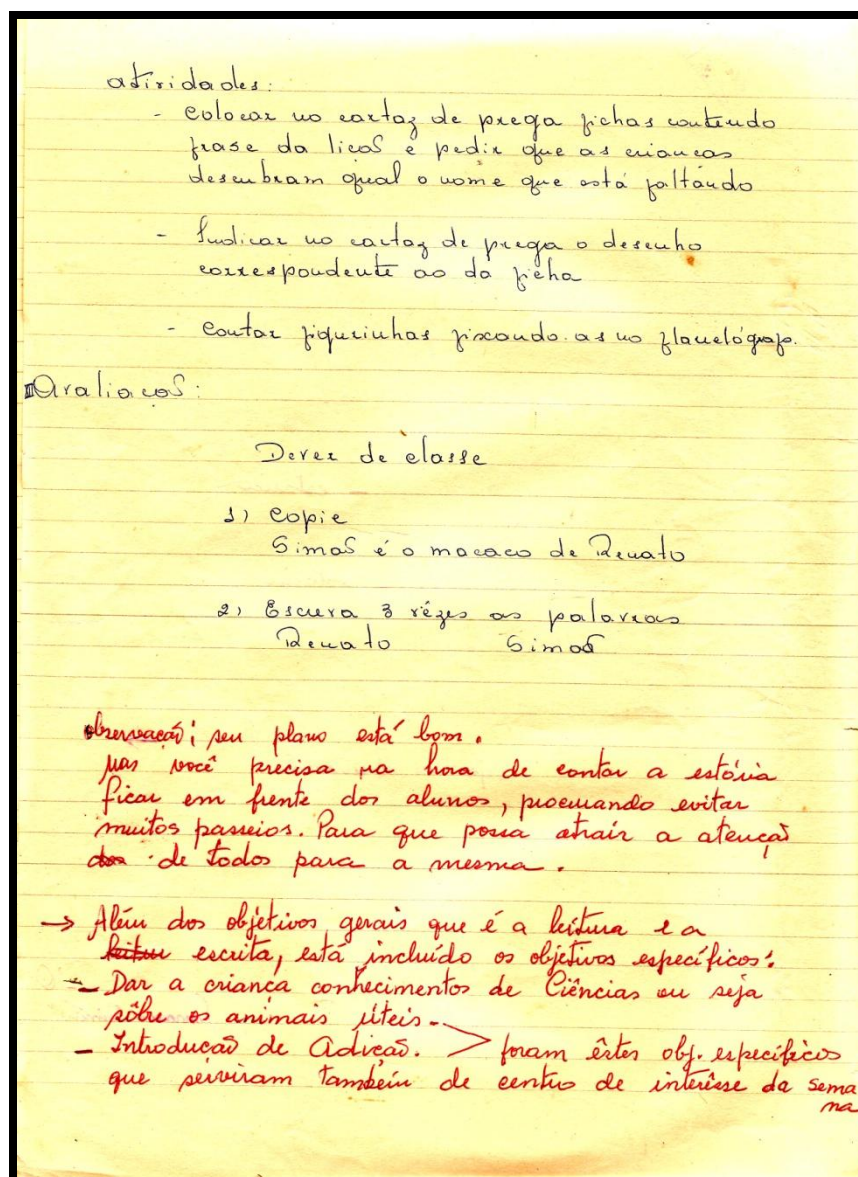


Figura 36. Plano de aula usado em Estágio – verso (1969)
Fonte. Arquivo particular da ex-normalista Oneide Santos Martins de Sá

A figura 33 ilustra um dado importante na construção do sujeito no espaço da ENOP: a sua postura enquanto futuro professor. Na observação feita pela professora do estágio, há a preocupação com a postura da normalista na prática, a saber: “Você precisa, na hora de contar a história ficar em frente dos alunos, procurando evitar muitos passeios. Para que possa atrair a atenção de todos para a mesma”.

O professor seria aquele que não sairia de seu lugar, do seu posto. Aquele que deveria ser o centro das atenções, o portador único da fala em sala de aula e, por extensão, o silenciador dos alunos.

Vê-se, no plano de aula acima, a preocupação que a professora do Estágio tinha em controlar as atividades das normalistas. Corrigia o plano, elogiava os pontos positivos e apresentava os pontos negativos, dando dicas à professoranda.

A presença, porém, das normalistas, sobretudo nos primeiros anos de atuação da ENOP, nas escolas em que atuavam como estagiárias, gerou um certo desconforto, nas professoras leigas. Mas facilmente contornado pelas normalistas, sob a orientação da professora do estágio.

3.9. As solenidades de Formatura: de normalista a professora

Durante o terceiro ano pedagógico, outra preocupação marcava a vida das normalistas: a **conclusão do curso normal** e as **solenidades de formatura**. Era um ano marcado por muitas atividades escolares e outras que se faziam necessárias para a organização da formatura.

Cumprir as metas do estágio supervisionado, das disciplinas do currículo, provas, trabalhos e seminários. Isso tudo associado à preparação da aula da saudade, da missa em ação de graças, da solenidade de colação de grau e do baile de formatura que necessitavam ser previamente pensados. Para atingirem a meta de tais eventos, precisavam as normalistas disporem de dinheiro para bancarem todas as etapas dos eventos alusivos à conclusão do curso normal. Organizavam, para isso, bingos, rifas, leilões, livro ouro, escolhiam patrocinadores, patronos e paraninfos que se dispusessem a ajudá-las financeiramente nessa empresa. Segundo a ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2006):

Era um ano de trabalho, né. Quem tinha condições guardava o dinheiro para comprar as coisas no dia, né. Quem não tinha, tinha que “galinhar”, fazer festinha, fazer bingo, sair com livros pedindo em outras cidades e, assim, por diante. Mas era uma festa muito bonita. Todo mundo participava da festa, né. Tanto as religiosas como as de outras entidades religiosas, né. Então, todo mundo participava alegremente juntamente com seus familiares. [...].

A primeira turma de normalistas da ENOP formou 85 (oitenta e cinco) professoras primárias. Nos dias 21 e 22 de novembro de 1969 aconteceram as solenidades de formatura.

No dia 21 de novembro de 1969, às 18h, houve a Missa em Ação de Graças, com bênção dos anéis e a Colação de Grau na Catedral de Nossa Senhora dos Remédios. No dia 22 de novembro de 1969, houve o baile de formatura, no Picoense Clube.

A dona Luzia Moura Barros foi a homenageada com o nome da turma, o patrono foi o ex-governador Helvídio Nunes de Barros e o paraninfo, o ex-prefeito de Picos, José Nunes de Barros. Recebera homenagem especial o Pe. Balduino Barbosa de Deus e o Pe. Joaquim Rufino do Rego. A oradora da turma foi a normalista **Maria das Graças Martins Granja**.

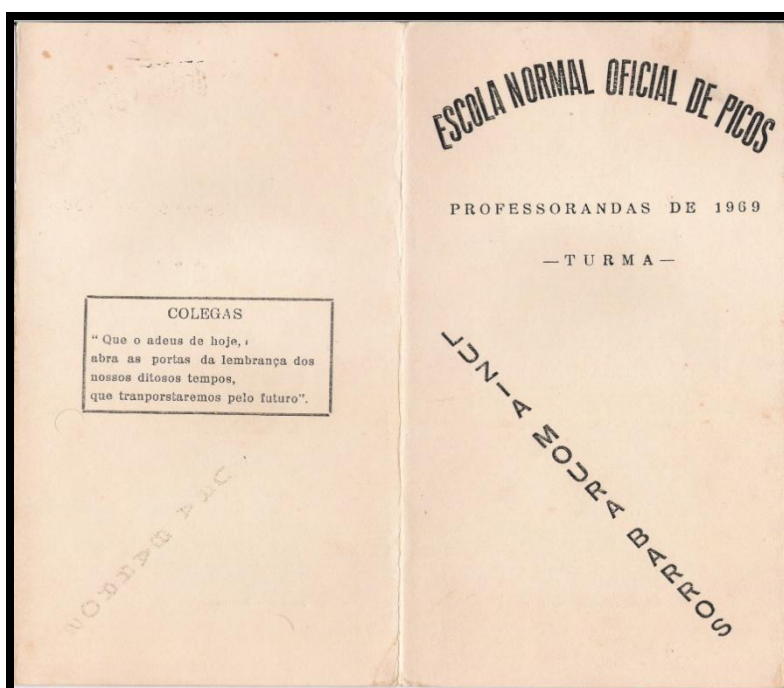


Figura 37. Convite de formatura da 1ª turma da ENOP – parte 1
Fonte: Arquivo particular de Olívia Rufino

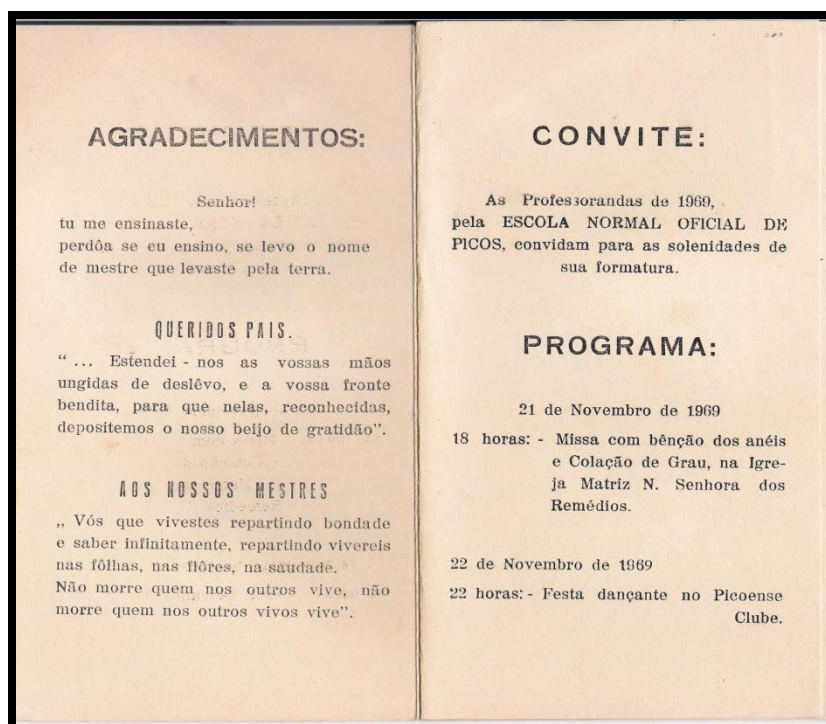


Figura 38. Convite de formatura da 1ª turma da ENOP – parte 2
Fonte: Arquivo particular de Olívia Rufino

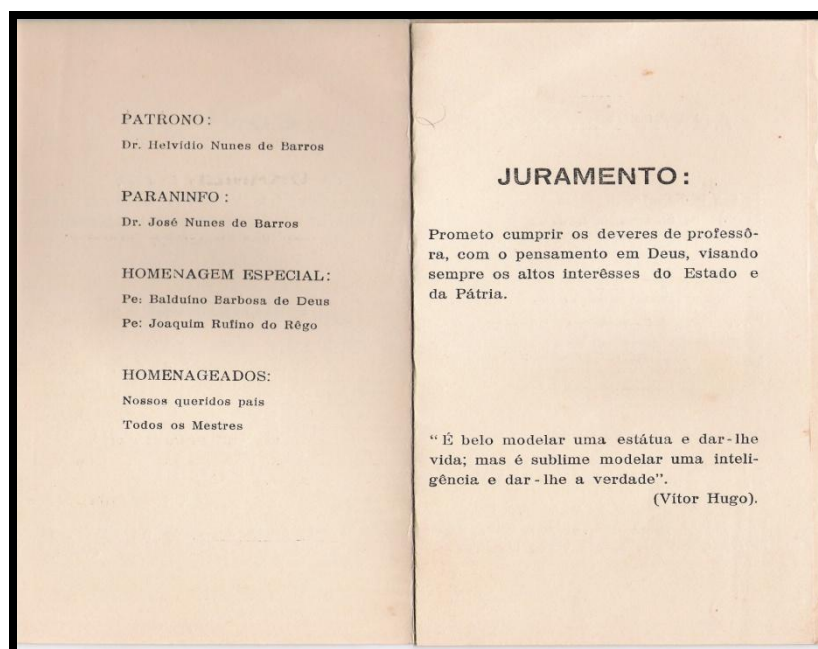


Figura 39. Convite de formatura da 1ª turma da ENOP – parte 3
Fonte: Arquivo particular de Olívia Rufino

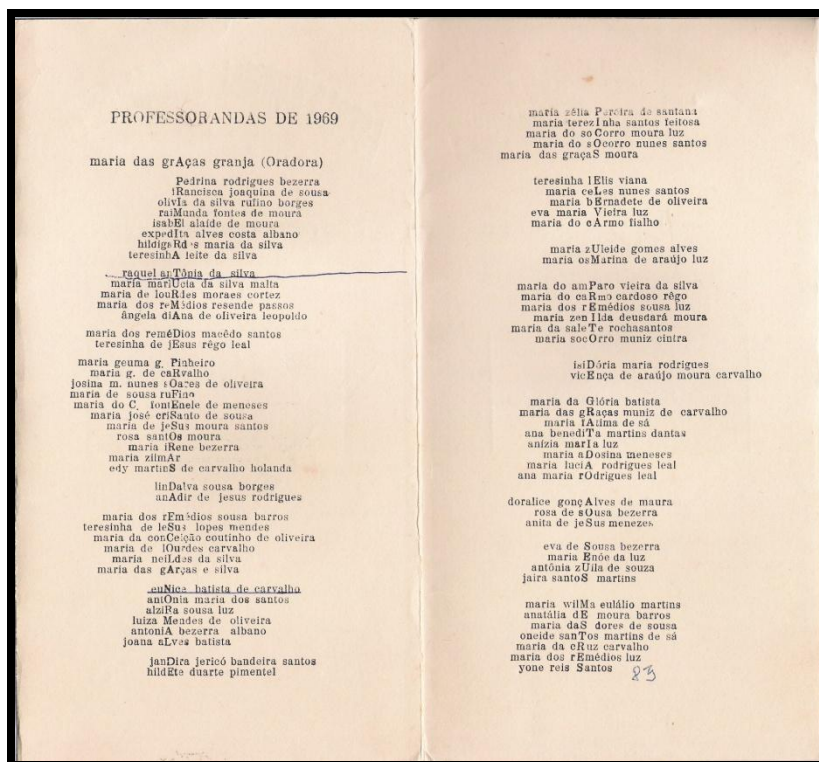


Figura 40. Convite de formatura da 1ª turma da ENOP – parte 4
Fonte: Arquivo particular de Olívia Rufino

A organização do convite demonstra muito o tipo de visão em torno da docência e da vida que as normalistas possuíam.

O adeus aos colegas (figura 34) - “Que o adeus de hoje abra as portas da lembrança dos nossos ditos tempos, que transportaremos pelo futuro” - demonstra a certeza de que estavam levando para a vida, para a profissão, conhecimentos necessários para o bom exercício daquilo a que fossem solicitadas, uma vez que só precisavam recorrer às lembranças, no futuro profissional, para resolverem tudo: ajudarem a seus alunos na aquisição de conhecimentos e preparação para a vida.

Na dedicatória (figura 35), voltada para Deus, pais e mestres, percebe-se a presença da cosmovisão própria das normalistas e da sociedade na qual estavam inseridas: mulheres tementes a Deus e obedientes a pais e professores.

Reconhecem-se mestres, mas mestres inferiores ao Deus a quem cultuam. Se mestres, detentoras de um saber capaz de atingir os outros. Logo, agentes. No caso das normalistas, detentoras dos saberes da profissão. Saberes capazes de fazerem a transformação necessária na educação local.

Ao dirigirem-se aos pais, as normalistas mostram-se como filhas obedientes e carinhosas. Como deveria ser a mulher esposa e professora na época.

Porém, o aspecto mais considerável na dedicatória (figura 35), é o agradecimento direcionado aos mestres da ENOP, a saber:

Vós que vivestes repartindo bondade e saber infinitamente,
repartindo vivereis nas folhas, nas flores, na saudade.
Não morre quem nos outros vive, não morre quem nos outros vivos
vive.

Ao reconhecerem o trabalho dos seus professores, as normalistas declaram, nas páginas do convite, que estariam levando o tipo de professores que tiveram em sua formação para a sua prática, uma vez que “não morre quem nos outros vivos vive”. Seria a possibilidade da reduplicação do modelo.

Vale ressaltar que os homenageados da turma (figura 36) foram os pais das normalistas e os seus professores. Logo, os principais agentes na sua formação. E, quanto aos mestres, a homenagem excede, a partir do momento em que, ao organizarem a lista com os nomes das formandas (figura 37), formaram com esses um acróstico com os seguintes dizeres: “A primeira turma de professoras da Escola Normal de Picos eleva um preito de gratidão aos seus mestres”.



Figura 41. Formanda da 1ª turma da ENOP, ao lado dos pais, na Colação de Grau (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria de Lourdes Carvalho

No juramento (figura 36) expresso pela primeira turma de normalistas da ENOP, vê-se mais uma vez o tipo de mulher e, conseqüentemente, de professora que se estava formando: a boa profissional temente a Deus e ao Estado, logo, a professora conforme. Conforme o tipo de sociedade na qual estava inserida, uma vez que assimilou ao longo dos três anos do curso normal, as regras norteadoras da instituição à qual estavam vinculadas, regras formadoras da cultura escolar própria da escola. No juramento - “prometo cumprir os deveres de professora, com o pensamento em Deus, visando sempre os altos interesses do Estado e da pátria” – mostra-se a profissional formada para obedecer.

Sobre os eventos específicos da formatura das normalistas, a **aula da saudade** acontecia sempre na própria escola. Um professor era escolhido para ministrá-la e os demais davam assistência. Nesse momento eram lembrados fatos do cotidiano escolar, episódios em que as normalistas se viam envolvidas. Choro e risos marcavam esse momento.

Através da figura 39 vemos as normalistas na sala de aula, no momento da aula da saudade. Todas uniformizadas, mas, diante do momento de despedida da

escola, descontraídas, inclusive sentadas nas carteiras, o que seria incogitável em outras situações.



Figura 42. Normalistas na Aula da Saudade – 1ª turma (1969)
Fonte: Arquivo particular de Raimunda Fontes de Moura

Na **missa em ação de graças**, as normalistas se dirigiam à Catedral de Nossa Senhora dos Remédios, acompanhadas por seus padrinhos e familiares, para agradecerem a Deus a vitória conquistada. Elas participavam de todo o rito da missa e, no caso das primeiras turmas, ali mesmo, era realizada a solenidade de **Colação de Grau**, com a entrega simbólica do diploma. O templo católico nesse dia era sempre muito bem decorado e a nave da igreja ficava cheia de pessoas, para prestigiarem o encerramento de uma etapa na vida daquelas mulheres: a conclusão do curso normal. Conforme dona Zizi (20.03.2007):

a formatura, a primeira foi na igreja, dentro da missa, viu. Nós fazíamos sempre, não foi só a primeira, não. Todas eram feitas na igreja, na hora da missa. Mas[...] já pensou 180 alunas para entregar. Aí nós começamos a fazer uma entrega simbólica. Depois ficou mesmo para o clube. Tinha a missa, elas iam para a missa, depois da missa, outro dia, marcavam e faziam o baile.

Nas figuras 40 a 43 vê-se as normalistas no fechamento de um ciclo de suas vidas. Estarem vestidas na bata escolhida pela escola, usando o capelo, apossando-

se do anel de formatura e recebendo o canudo simbólico, era um rito de passagem, da condição de normalista à condição de professora primária.



Figura 43. Missa em Ação de Graças. Formatura (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Fátima de Sá

Falando um pouco sobre a missa em ação de graças da sua turma, a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura falou sobre o traje usado pelas formandas nesse dia: “[...] Nós tivemos uma missa com a benção dos anéis. Todo mundo com a batinha branca e chapeuzinho. O chapéu clássico das formandas. [...]”



Figura 44. Entrega do anel de formatura (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Zuleide Gomes Alves

Com o encerramento da missa, as normalistas estavam de posse de um dos símbolos da profissão: o **anel de professora**. Símbolo da posse e domínio de um saber. Faltava apenas o **certificado**, que seria entregue na solenidade seguinte.

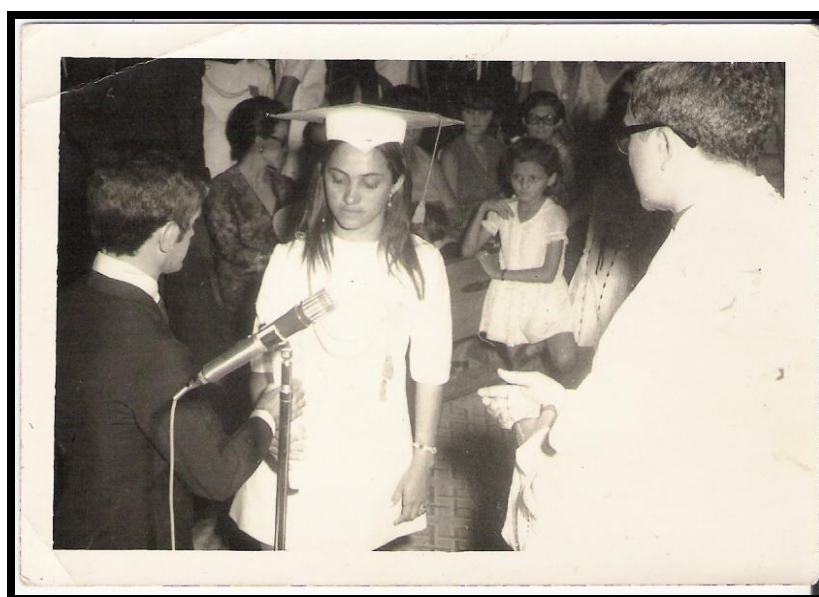


Figura 45. Missa em Ação de Graças. Formatura (1969)
Fonte: Arquivo particular de Maria Zuleide Gomes Alves

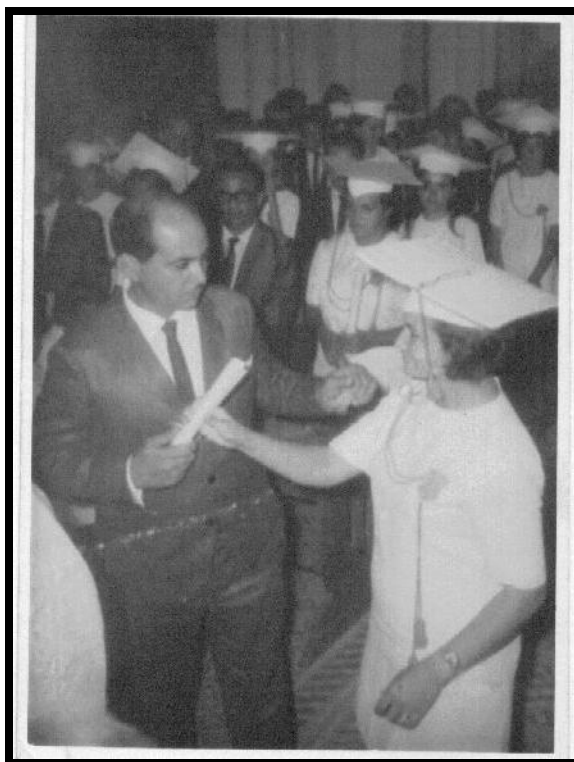


Figura 46. Recebimento de canudo simbólico. Formatura em 1969
 Fonte: Arquivo particular de Olívia Rufino

Com o aumento do número de alunas, a escola separou os eventos: a missa passou a ser em uma data e a colação de grau em outra. O local escolhido para os demais eventos passou a ser um clube local chamado **Picoense Clube**.

Localizado no centro de Picos, para lá se dirigiam as formandas e seus familiares, para participarem da **Colação de Grau** e do **Baile de Formatura**. Discursos acalourados, aplausos, choro, risos, fotografias, valsa, despedidas. Tudo isso fazia parte desse momento. As próprias normalistas decoravam o clube, não havia empresa especializada, na época, na cidade. Segundo Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007):

nós mesmas decoramos o Picoense Clube. Nosso tema, como era próximo ao natal, mês de novembro, nós montamos uma árvore bem grande, natalina. Colocamos, na época, um boneco de neve. Chamou muita a atenção. [...] Era novidade. [...] Foi muito interessante. O Picoense ficou belíssimo com essa decoração natalina que até foi elogiado. As autoridades foram pra lá. Muito bem recebidos. Teve coquetel, também. [...] Meu padrinho foi o Barros Araújo, porque era um vizinho muito querido, amigo do meu pai. [...] Na época, quase todas dançou com os irmãos, com os pais. Os

namorados ficaram pra segundo plano. Era honraria [...] os pais inaugurarem o salão. Um baile muito bem organizado. Foi muito bonito o baile.

A fala da ex-normalista destaca a importância do evento em si mesmo, como também o fato de vir a ser padrinho de uma formanda. Homenagem que, na maioria das vezes, era restrita aos pais, cônjuges ou autoridades locais.

As figuras 44 a 46 apresentam o baile de formatura e o momento da valsa. Eram as novas professoras sendo apresentadas à sociedade.

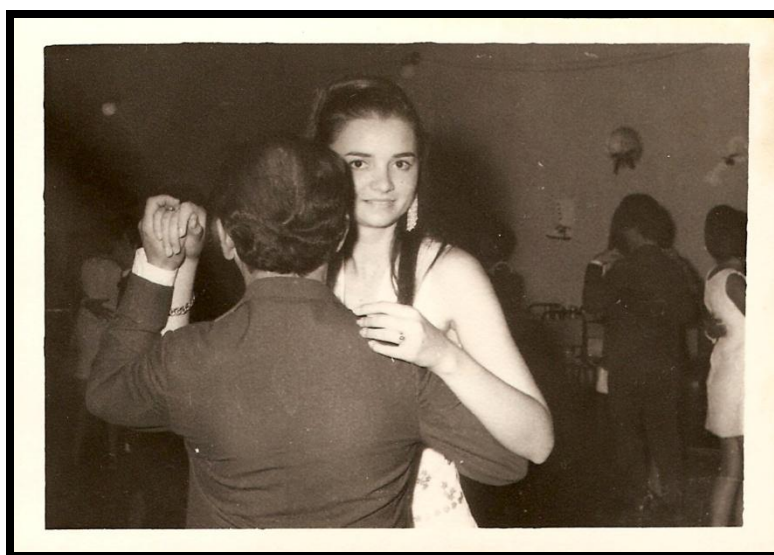


Figura 47. Baile de Formatura (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Fátima de Sá



Figura 48. Baile de Formatura (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria de Lourdes Carvalho



Figura 49. Formandas e docentes, no Baile de Formatura (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria de Lourdes Carvalho

De todas as solenidades, a única de participação obrigatória era a Colação de Grau, as demais eram facultativas.

Ser fotografada, organizar um álbum contendo o registro das solenidades de formatura era regra seguida pelas normalistas. Sentada na cadeira tradicional de mestre, vestida na beca e com o capelo na mão (figura 49) ou fazendo poses acompanhadas pelos familiares (figura 38), professores ou sozinhas (figura 48) era um ritual seguido pelas normalistas.



Picos(PI), 08/12/72		- VOZ DO CAMPUS -	PÁG. 5
 <h1 style="margin: 0;">FATOS SOCIAIS</h1> <p style="margin: 0;">(Sônia Andréa)</p> 			
<p><u>NOITE NO HAVAI</u></p> <p>Sábado passado houve uma animadíssima festa, no Clube dos Oficiais. Festa tipicamente havaiana, a beira da piscina, muito bem decorada com artigos naturais. No centro da pista de dança, estava uma mesa ornamentada com frutas, onde se destacava o abacaxi e um barril, contendo saboroso coquetel. Ponto de atração da festa, foi um desfile de sete senhoritas picocenses com trajes característicos dos bailes no Havai. A passarela se estendia sobre ondas d'água, onde flutuavam lindas rosas e ramalhetes. Compareceram à festa oficiais e famílias, 90% da classe bancária e outros convidados.</p> <p style="text-align: center;">-oOo-</p> <p><u>FESTA DAS PROFESSORANDAS</u></p> <p>Dia 2, do corrente foi realizada a festa de conclusão de curso das professorandas da Escola Normal Oficial de Picos. A cerimônia de entrega de certificados foi na Igreja Matriz de N.Sa. dos Remédios. Houve a missa em ação de graças com a bênção dos anéis, celebrada pelo vigário da Paróquia, Pa Alfredo Schäffler. O sermão foi muito bem feito, tendo o orfician-te procurado frisar as adversidades que uma professora deve superar para ser útil ao magistério e verdadeira orientadora de adolescentes que se projetarão no futuro deste Brasil. Às 22 horas, teve início um baile no Picoense Clube, animado pelos "OS REBELDES". Os arranjos do Clube constavam de bonitas coroas brancas que giravam ao soprar dos ventiladores.</p>		<p><u>CASAMENTO</u></p> <p>Constando de um ritual muito bonito, com traços de cerimônias militar, civil e regional realizou-se quarta-feira passada, dia 6, a cerimônia de casamento dos jovens Sebastião Drito e Ângela Ferreira de Almeida, na Igreja Matriz Nª Senhora dos Remédios de Picos, às 20 horas. O noivo que ocupa o posto de Capitão do Exército e a função de Tesoureiro do 3º BEC é filho de Antônio Capistrano de Freitas e Maria Te-reza Pio de Freitas, enquanto que a noiva é filha do Ten. Cel. João Ferreira de Almeida, Comandante do 3º BEC, e de Da. Maria Regina Pio de Almeida. A Igreja ficou super-lotada com a presença de familiares, convidados e o povo em geral que saíram às ruas para ver os noivos passar. O Big po, Dom Edilberto, da Diocese de Oeiras, foi o Representante da Igreja Católica neste ato de união matrimonial. Após os rituais de cerimônia militar os noivos seguiram n'uma charrete decorada para o Clube da AABE onde os noivos receberam os cumprimentos da multidão presente, oportunidade em que foi servido os comes-e-bebes, seguido de um baile. Aos recém-casados desejamos-lhes muitas felicidades, paz e amor no lar que ora iniciam.</p> <p style="text-align: center;">-oOo-</p> <p><u>FORMATURA</u></p> <p>Amanhã, às 19 horas, na Igreja Matriz haverá a entrega de Certificados dos concluintes do Curso Ginásial do "Monsenhor Hipólito". O Baile será realizado no Picoense Clube.</p>	

Figura 50. Notícia sobre formatura na ENOP (1972)
 Fonte. Arquivo particular de Ozildo Batista de Barros

Os bailes movimentavam a cidade. Para a época, era como se fosse um baile de formatura de um curso superior. A cidade comparecia pra prestigiar as novas professoras normalistas e a imprensa local se responsabilizava por divulgar o

evento (figura 47). Segundo a ex-professora Maria Darcy de Deus (09.06.2007), os bailes de formatura:

Era o ponto alto da escola. Quando era no final do ano a colação de grau envolvia toda a escola. Tinha os paraninfos, o nome da turma, os padrinhos. [...] Havia missa solene com a entrada dos concludentes com seus padrinhos. [...] as famílias que iam agradecer a Deus por aquela graça recebida. [...] era realmente uma graça de Deus. As festas, também, eram muito badaladas. [...] parecia colação de grau de universidade.



Figura 51. Normalista na Colação de Grau (1975)
Fonte. Arquivo particular de Maria Helena Araújo Luz



Figura 52. Normalista na Colação de Grau, sentada na cadeira tradicional de mestre (1975)
Fonte. Arquivo particular de Maria Helena Araújo Luz

Uma prática comum no cotidiano da escola foi, antes da conclusão do curso, as alunas organizarem o chamado **Caderno de Recordações**, feito com o objetivo de recolher mensagens das colegas que juntas estudaram ao longo de três anos. Eram mensagens de otimismo, recordação de fatos que vivenciaram e projeções futuras.

Queridas colegas

Depois de uma longa viagem,
chegaremos ao seu final.
Comaremos rumos diversos
no caminho da vida, teremos
que preparar o terreno do destino,
abrindo sulcos e depositando
nêles a semente do nosso labor
para levantarmos mais tarde
a colheita da felicidade.

Somos semeadores de idéias.
Digo colegas, a semente que
plantamos pode custar a germi-
nar, mais chega sempre o
dia da colheita radiosa.

Querida colegas, quero de vocês
uma pequena lembrança, em-
bora já tenha muitas, mas...
esta servirá para firmar as
demais. Peço pouco, este me-
morando é seu, escreva o
que quiser.

Lembre-se o muito será

Figura 53. Caderno de Recordação – página de abertura (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Zuleide Gomes Alves

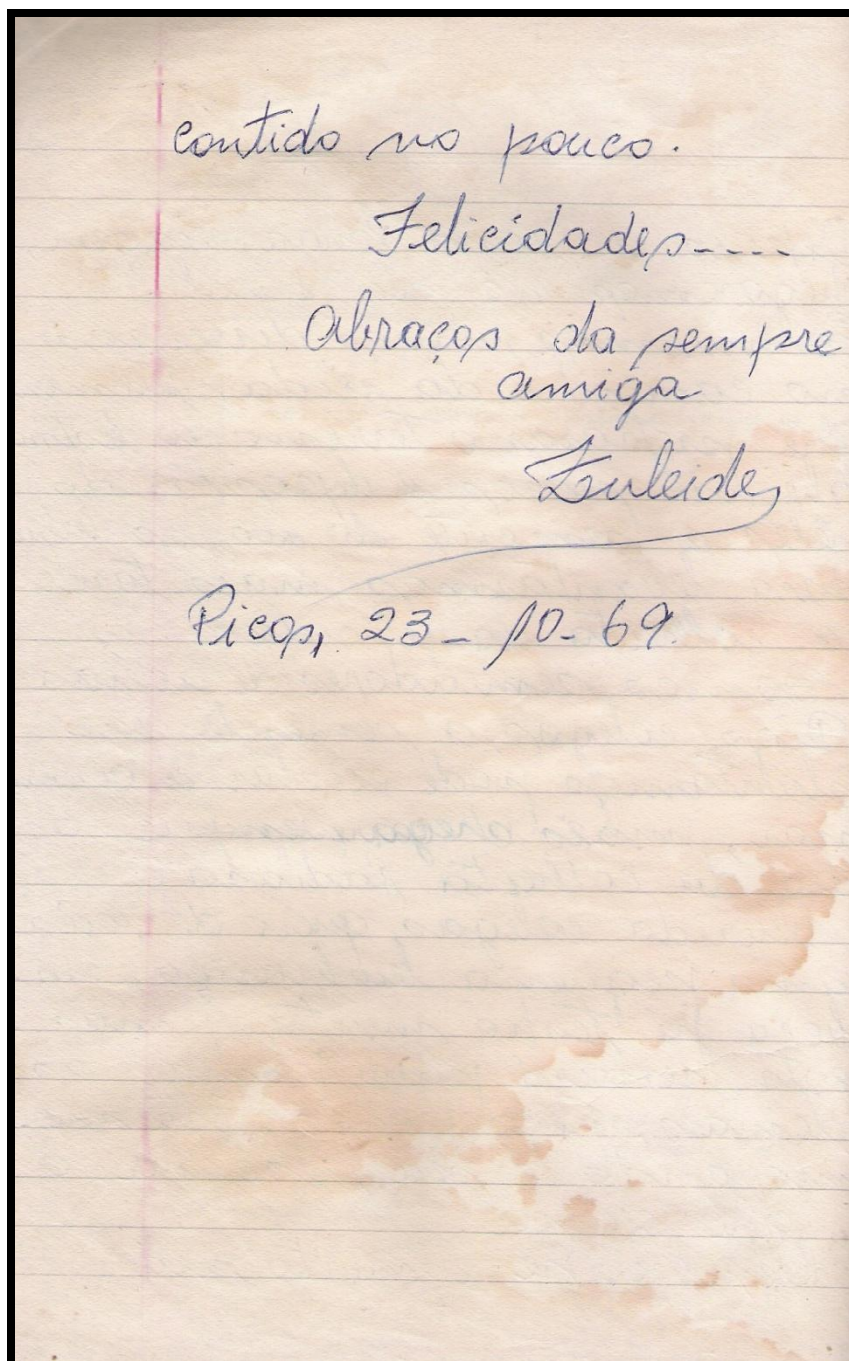


Figura 54. Caderno de Recordação – Página de abertura, cont. (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Zuleide Gomes Alves

Querida Zuleide

Por muitos e muitos anos estivemos juntas, partilhando das mesmas alegrias e tristezas, dos mesmos sonhos e ideais.

Agora porém, vejo que chegamos ao fim de nossa longa e feliz caminhada. Ambas constituímos família, ambas faremos (teremos) de viver as nossas próprias vidas. É a realidade, uma realidade que nos deixará um vazio profundo e recordações imensas.

Aqui querida colega deixo um pouquinho de mim mesma, um pouco de minha estima, do meu apreço e consideração para contigo.

Tua amiga
Gracinha Martins Granga

6m 31-10-69

Figura 55. Caderno de Recordação. Mensagem de normalista (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Zuleide Gomes Alves

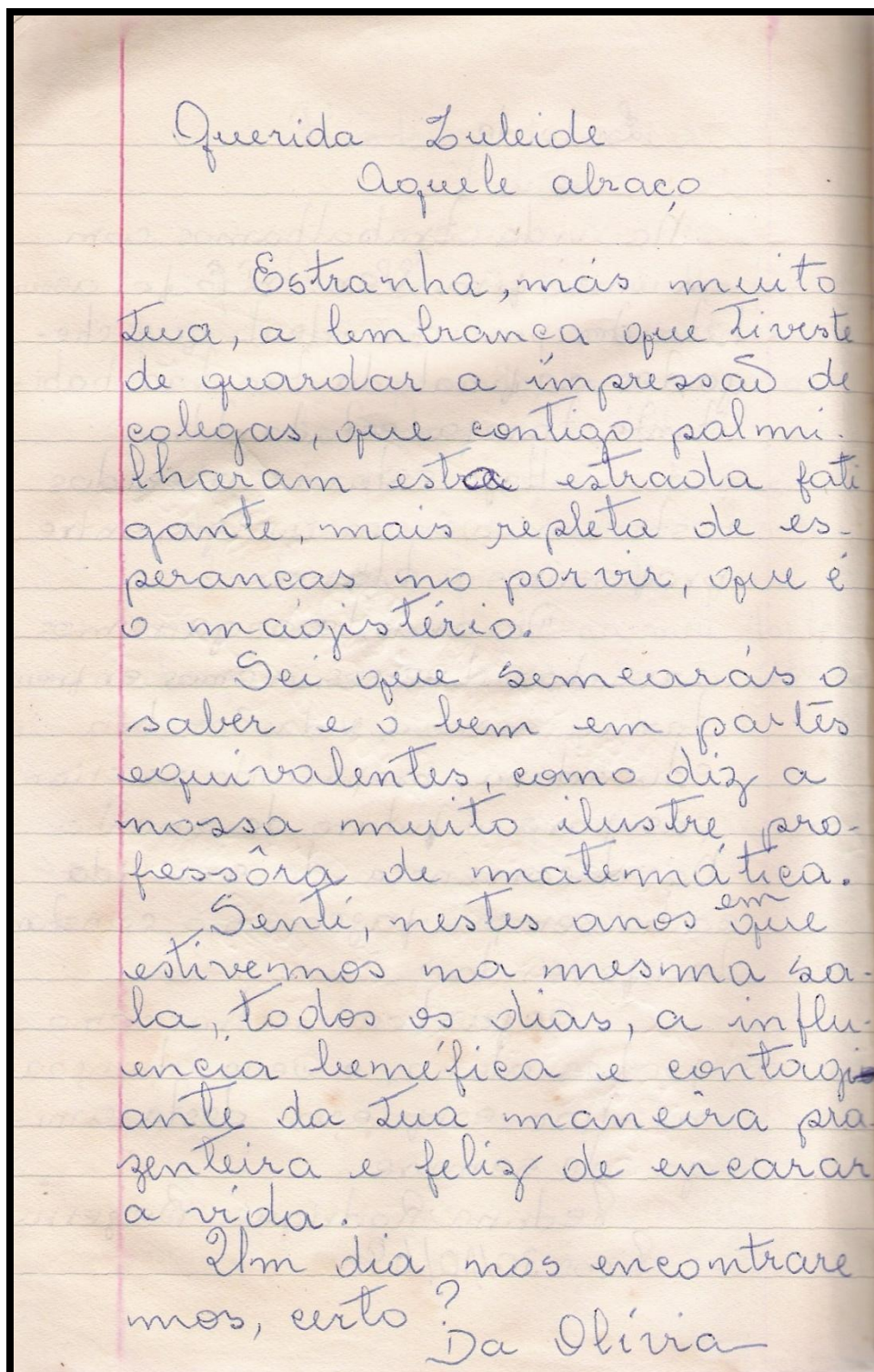


Figura 56. Caderno de Recordação. Mensagem de normalista. (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Zuleide Gomes Alves

Na página de abertura (figuras 50 e 51), a ex-normalista expressa sua visão e esperança em torno do futuro. Fala da necessidade de elas, as futuras professoras, preparem “o terreno do destino, abrindo sulcos e depositando neles a

semente do nosso labor, para levantarmos mais tarde a colheita da felicidade”. Mas que terreno é esse? Que sementes são essas? De que colheita ela fala?

O terreno é o da educação. É o grande campo a ser desbravado que se apresenta diante das normalistas. Campo que precisava ser trabalhado por profissionais preparados, detentores do arado e da semente. O arado é a metáfora de todos os instrumentos e técnicas que as normalistas agora eram detentoras e que sabiam manusear; a semente é a metáfora do saber, dos conhecimentos que as normalistas possuíam e que seriam lançadas na grande terra, que era a educação.

A colheita seria o resultado do seu trabalho: crianças alfabetizadas, jovens leitores e adultos conscientes do seu papel social. É o resultado do labor das normalistas.

A idéia contida na figura 53 é a do magistério enquanto espaço de transformação, de mudança e da professora normalista como a detentora de saberes e a seguidora de modelos.

3.10. Dona Luzia Moura Barros: vinte anos de gestão

Todos os atores históricos que transitaram pelo espaço e tempo da Escola Normal Oficial de Picos se destacaram por alguma contribuição no crescimento e estruturação dessa escola, mas deve-se considerar o papel da sua primeira diretora: a Sr^a **Luzia Moura Barros**.

Oriunda de uma escola onde havia um controle sobre os corpos, foi, a partir desse modelo, que ela idealizou a direção e o cotidiano da ENOP. Tudo para que a escola normal pudesse oferecer um ensino de qualidade às suas alunas e pudesse formar com eficiência, a partir de critérios morais, a futura professora primária.



Figura 57. Luzia Moura Barros – primeira diretora da ENOP
Fonte. Arquivo de fotos da ENOP

O dizerem na cidade de Picos que existem duas épocas na história da Escola Normal Oficial de Picos, antes de dona Zizi e depois dela, está relacionado exatamente ao modo de administração que a escola possuía e à qualidade de ensino que ali existia. Nos tempos de dona Zizi, a ENOP representava para Picos e sua macrorregião, a possibilidade de desenvolvimento na educação local, uma vez que as professoras normalistas tinham como função inovar a educação onde estivessem atuando. Consoante a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007):

Como administradora eu acho que a Escola Normal foi criada para dona Zizi. Eu digo que se tivesse colocado nas mãos de uma outra pessoa, não teria dado certo. Aqui em Picos só existia duas pessoas aptas a segurar mesmo com mão forte, com essa garra e manter a educação como foi [...] dona Zizi ou dona Benvida. Então, foi muito bem administrada. Deixou uma lacuna enorme quando ela saiu. Em termos de organização, de conhecimento, dona Zizi sempre buscava, sempre viajava. Ela procurava com os pedagogos, com as pessoas de alto nível educacional de Teresina. Ela trazia coisas novas pra gente, quando existia. Quando tinha mudanças ela mostrava pra gente. [...] Eu acredito que a coisa mais certa foi ter entregue a Escola Normal pra dona Zizi.

A fala da ex-normalista demonstra a aceitação que foi o nome de dona Zizi para o cargo de diretora da ENOP. Concebia-se a diretora como aquela que controlaria a escola com “mão forte”, e a dona Zizi incorporou essa personagem.

Todas as entrevistadas, ex-normalistas e ex-professoras foram unânimes quanto à importância da dona Zizi na condução da ENOP. Todas falaram da forma como ela administrava a escola com pulso firme, e da necessidade de manter o controle e a disciplina no espaço da escola. Mas destacaram que, dessa forma, ela conseguiu sustentar a ENOP funcionando com qualidade e mantendo um conceito positivo na sociedade local. Destacaram que muitas alunas não gostavam do seu estilo de administrar, mas que a maioria concordava com ela. Segundo a ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2006), a dona Zizi era:

Uma pessoa maravilhosa, né. [...] era muito rígida, mas era para o bem de todos, né. Portanto, depois que ela se afastou não ficou mais aquela escola normal que era antes, né. Então, ela regia com ordem e com ordem. [...] todo mundo tinha ela como um deus. [...] todo mundo respeitava ela e ninguém tinha mágoa. A gente chorava. Dizia as coisas por baixo, mas nunca tinha coragem de dizer para ela. Era uma pessoa maravilhosa. Ela só fez o bem para todos.

O administrar com ordem, que a depoente enfoca diz respeito ao controle total que a gestora detinha da escola, associado aos resultados positivos que isso trazia: a formação das normalistas. Formação que deveria acontecer sem questionamento dos métodos adotados, mesmo que isso gerasse constrangimento e provocasse o choro.

Na sua gestão, a ENOP era, metaforicamente, uma locomotiva a vapor, onde ela era o carvão, a energia que fazia a escola funcionar. Não parava de funcionar um só momento. As normalistas saíam de suas casas sabendo que teriam as cinco aulas diárias programadas, uma vez que os professores não poderiam faltar às suas atividades. Hora certa para entrar e para sair. Controle do tempo, controle do espaço, controle dos corpos. Segundo a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006):

[...] eu não tenho lembranças de ter tido uma aula vaga durante o período que eu estudei na Escola Normal. [...] As professoras não faltavam, porque ela [*dona Ziz*] selecionava. Inclusive ela dizia pra todo mundo que os professores dela eram selecionados, né. Havia

um rigor muito grande. [...] Ela conhecia profundamente os professores. Só convidava pra ser seus professores aquelas pessoas muito responsáveis e muito comprometida com a educação. [...] A disciplina era rigorosa. [...] Ela tinha essa marca de ser organizada, mas também, muito severa. [...] Ela causava medo, mas ela era muito sincera. [...] Ela não temia falar nada do que ela tinha vontade. [...] Depois de muito tempo, num depoimento dela, ela disse que quando [...] deixou a Escola Normal, [...] ela conseguia fazer o que ela fez, porque ela tinha desde o vigia até o Presidente da República. Aí eis a razão porque ela trazia a Escola Normal nos eixos. Ela usou esta palavra, né, [...] porque tinha todo apoio político, [...] financeiro, o que ela queria ela tinha, né.

O ter aulas diárias, sem faltas de professores, segundo fala da ex-normalista, estava relacionado diretamente ao conhecimento prévio que dona Ziizi possuía das pessoas que contratava para com ela trabalhar. Pessoas que estivessem dispostas a com ela sustentar uma administração rigorosa, marcada pela ordem e pela disciplina.

Ter todo o apoio político era a possibilidade de administrar conforme. Conforme os interesses do grupo que estava no poder e do qual ela fazia parte, mas, principalmente, conforme o modelo de professor que a diretora acreditava ser necessário estar atuando nas escolas.

Houve uma espécie de associação entre o nome Dona Zizi e Escola Normal Oficial de Picos. Uma era o sinônimo da outra. Uma revelava a outra. E isso dificultou até mesmo tirá-la da frente da escola. Conforme a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), falando sobre essa aglutinação nominal:

Eu acho que foi uma simbiose perfeita. Eu acho que foi um fenômeno. Raríssimo, né. Em termos de educação que se diga. Educação é uma área complicada, porque existe as interferências políticas, partidárias. Dona Zizi passou por diversas mudanças políticas e permaneceu intacta ali. Através de tanto bombardeio, mas quando a oposição se dizia está preparada pra descartar dona Zizi, na mesma hora dizia: “- Não podemos descartar dona Zizi”. [...] Não se via, na época, alguém capaz de dar continuidade ao trabalho desenvolvido por ela.

E isso de fato aconteceu. Quando ela saiu da ENOP e se aposentou das suas atividades pedagógicas, a ENOP passou a viver uma crise conceitual muito grande, perdendo rapidamente a representação que dantes possuía. Muitas diretoras ocuparam o cargo por ela antes ocupado, mas sem o mesmo fôlego que ela possuía. Conforme a ex-normalista Maria Fátima Sá:

Olha, Dona Zizi foi muito importante. Ela foi uma boa educadora, uma boa diretora. Tinha seus problemas. Tinha suas coisas, mas era irrelevante. Era normal para o período que a gente vivia. Então, eu acho, admiro porque ela era muito honesta, centralizada nas coisas, sabia discernir. Apesar da gente ser de política diferente, naquele período, ela era de um partido e eu era de outro, aquele negócio todo. Mas toda vida ela me respeitou. Ela conversava muito comigo. É uma pessoa que ainda hoje eu vou sempre na casa dela. Eu visito porque eu acho que ela foi uma pessoa muito importante pra região de Picos, não só para a Escola Normal, mas para toda a cidade.

O depoimento da ex-normalista revela a dimensão da preocupação da ex-diretora quanto à escola em si, sem se envolver em questões políticas ou em disputas partidárias dentro do espaço da ENOP. Ser da oposição em Picos, nos tempos da gestão de dona Zizi, era estar destinado à perseguição política, mas na sua ótica de educadora, isso não tenha espaço.

Dessa preocupação com a dimensão educacional com a qual a escola estava vinculada é que advém também a admiração local em torno da dona Zizi, entendida aqui como monumento da história de um povo. Conforme a ex-normalista Maria Helena Araújo Luz (24.09.2007):

Uma pessoa muito admirada, respeitada por todos nós que estudamos lá, por toda a sociedade picoense. Até pela contribuição que ela deu pra educação picoense. Até como modelo de pessoa. Muito digna, íntegra. Eu acho que não poderia ser outra. Teria que ser a dona Zizi pra conduzir durante tanto tempo senão não teria ficado lá, 20 anos. Então, eu acho que ela contribuiu, ajudou muito na formação de muitas pessoas, da maioria dos profissionais da educação que passaram por lá. Mas eu digo que ela era, assim, pela época que ela conduziu o trabalho lá. Ela era muito rígida. Rígida demais.

Além do modelo de professor que a ENOP possuía para influenciar na formação das normalistas, pode-se afirmar que a dona Zizi era um modelo de diretor a ser copiado por elas, uma vez que posteriormente muitas daquelas ex-normalistas tornar-se-iam diretoras nas escolas em que atuariam.

A partir do modelo de gestão aplicado na ENOP, entre os anos de 1967 a 1987, pode-se apresentar também a existência de uma cultura escolar que se atrelou também a ela. É o que será focado no capítulo a seguir.

4. A CULTURA ESCOLAR NO ESPAÇO DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS

Picos, terra amada!
 Teus filhos guerreiros
 Heróis altaneiros
 Velando por ti
 Ouvindo os clarins
 Da alvorada por vir.
 Plantaram a semente
 Que ao saber conduz
 E dos desafios
 A luta vencida
 Escola de vida
 Caminho de luz.

De azul e branco
 A luz da manhã
 Iluminada
 Cristalinas são
 De alma aberta
 Lápis na mão
 Forma e liberta
 O cidadão
 Sou normalista
 Sonhos infinitos
 Na Escola Normal Oficial de Picos

Tesouro de lei
 Viçoso e agreste
 O amor dos outros
 Fazendo crescer
 Com a força da fé
 Aprendi a vencer
 Colhendo a semente
 Que ao saber conduz
 E dos desafios
 A luta vencida
 Escola de vida
 Caminho de luz

(RUFINO, Olívia. **Hino da Escola Normal Oficial de Picos**)

O Hino da Escola Normal Oficial de Picos, de autoria da ex-normalista Olívia Rufino, conta um pouco da visão do picoense em torno da ENOP e das suas normalistas.

Fala do desejo inicial que motivou a sociedade local a lutar pela implantação de uma escola de formação de professores primários, para atender à demanda

crescente de alunos nos grupos escolares da cidade de Picos e sua macrorregião. Demanda que se evidenciava não apenas na época da reivindicação pela vinda da escola, mas pelo próprio cotejar do futuro da cidade, que crescia e via no contingente de professoras normalistas existente, mão-de-obra insuficiente para atender à necessidade da educação, esse é o “ouvindo os clarins/da alvorada por vir” de que fala o hino.

A implantação da ENOP era o plantar “a semente/ que ao saber conduz”. Semente que germinaria e faria brotar uma linda árvore, com frutos bons: as futuras professoras primárias. A escola era, assim, a depositária do saber.

E quem eram as normalistas? Aquelas que “de alma aberta/ lápis na mão/ forma e liberta/ o cidadão”. Seriam as responsáveis pela transformação da cidade em que se encontrassem, as portadoras do saber extraído da Escola Normal. O **lápiz** é a metáfora do conhecimento. Conhecimento que liberta, que transforma o homem e faz dele o cidadão. A **alma aberta** é a metáfora da libertação pessoal, do indivíduo que já fora constituído, objetivado e subjetivado. Do sujeito de uma identidade conforme.

Porém, para se entender o tom presente no hino, é preciso, antes, entender, a partir do cotidiano já relatado, a cultura escolar própria da Escola Normal Oficial de Picos. Cultura essa que foi capaz de, a partir de suas normas, práticas e comportamentos, formar a professora primária picoense e de sua macrorregião.

No cotidiano da ENOP duas grandes **redes relacionais** se estabeleceram: a **rede da disciplina** e a **rede da antidisciplina**. Na primeira, buscou-se, e afirma-se, conseguiu-se, formar o **sujeito**, dar-lhe uma **identidade** conforme o modelo de professor que dali se queria constituído; na segunda, ocorreram os procedimentos de consumo desse sistema de normas, os modos como o “consumidor cultural” fabricou, construiu, assimilou, essas normas e as transgrediu. Ou seja, os modos de transgressão às normas impostas e que possibilitaram o surgimento de uma cultura escolar específica. Para Certeau (1994, p.44):

daí a necessidade de diferenciar as ‘ações’ [...] que se efetuam no interior da rede dos consumidores pelo sistema dos produtos, e estabelecer distinções entre as margens de manobra permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem a sua ‘arte’.

As **ações** a serem diferenciadas aqui são todas aquelas praticadas pelas ex-normalistas no cotidiano da ENOP em oposição àquelas esperadas pela escola.

Como já fora dito no primeiro capítulo da presente pesquisa, adota-se o conceito de cultura escolar elaborado por Julia (1993,p.10), para quem, é:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo às épocas (finalidades religiosas, sóciopolíticas ou simplesmente de socialização).

Diante da dimensão do conceito de cultura escolar, foi que se optou por trabalhar com o cotidiano que abraçou tal cultura. A cultura escolar envolve **normas, práticas e incorporação de comportamentos**. Envolve, por assim dizer, o indivíduo que se pretende formar.

4.1. As normas oficiais e seus propósitos:

A seguir, as normas publicadas pela direção da Escola Normal Oficial de Picos e que afetavam todo o seu corpo discente.

NORMAS A SEREM CUMPRIDAS PELOS ALUNOS DA ENOP

A Direção da Escola Normal Oficial de Picos, no uso de suas atribuições legais, resolve publicar as **NORMAS**, abaixo relacionadas, a serem cumpridas pelos **ALUNOS** deste Estabelecimento de Ensino, durante o período de gestão dessa equipe administrativa.

Na certeza de contar com a colaboração ao que diz respeito à disciplina da Escola, desenvolvendo o senso de responsabilidade e o assumir de suas atividades.

A disciplina é indispensável na escola, e nenhuma instituição poderá sobreviver e muito menos progredir sem ela.

O problema de disciplina é preocupação constante da escola, do professor e seus dirigentes.

Contamos com você. “Procure melhorar sua escola, melhorando a si mesmo”.

É indispensável que todos e cada um assuma o seu processo educativo, dando atenção especial as normas da escola:

1. O portão fechado, terá tolerância de 10 minutos, na primeira aula.
2. Respeitar os funcionários da escola: vigias, zeladores, auxiliar de secretaria, secretária, dactilógrafo, bibliotecária, professores, supervisores e diretores.
3. Ver, na pessoa do professor, um amigo, experiente, empenhado em ajudá-lo na educação.
4. Pedir licença ao professor, para entrar e sair da sala de aula.
5. Usar diariamente o fardamento completo, sem introduzir modificações. O professor tem autorização para ausentar da sala de aula, aluno sem o devido fardamento.
6. No horário de aula, se for preciso sair, pedir autorização à direção e justificar-se.

7. Participar integralmente de todas as aulas, quando tiver horário pedagógico, não ficar nos corredores, atrapalhando as outras turmas que estão em aula.

8. Zelar a escola, evitando prejuízos por menor que seja, não escrever nas carteiras, portas, paredes, banheiros, cartazes, etc. Não quebrar carteiras, mesas ou qualquer objeto pertencente ao colégio. O infrator desta norma terá que se responsabilizar pelos danos, repondo o prejuízo.

9. Não entrar na sala dos professores e secretaria da escola.

10. Saber usar os banheiros, não jogar papel no chão nem tão pouco nos aparelhos sanitários. Use o sexto ao lado.

11. Conservar-se fiel ao calendário de provas, quando perder, justificar-se ao professor, tendo um prazo de 15 dias, para fazê-la, não fazendo no prazo determinado, fica com zero.

12. Não ficar na biblioteca desocupado, somente quando estiver pesquisando ou lendo. Pedir os livros à bibliotecária, ao sair, deixá-los sobre a mesa.

13. Acolher os avisos e comunicações, valorizando a pessoa que os transmite, de modo especial, se forem dados em sala de aula.

14. Esforçar-se para tornar-se consciente, livre, criativo, fraterno e comunicativo, aproveitando todas as oportunidades que a escola oferece.

Para ser aluno deste estabelecimento de ensino, tem que estar disposto a respeitar, a assumir todas as normas acima relacionadas. O infrator destas normas será punido, inclusive com suspensão.

A Direção

Como se vê, a ENOP possuía um rol de normas publicadas, para serem cumpridas pelas normalistas. Normas que alcançam todos os passos das alunas, da sua entrada na escola, passando pelo seu relacionamento com professores e outros que formavam a escola, até a questões de higiene, como o saber usar o banheiro. Segundo a ex-normalista Maria Fátima Sá (17.09.2007):

[...]. A gente seguia toda a orientação dela [*de dona Zizi*, grifo nosso]. Por exemplo, tinha um banheiro, tinha os sanitários. Ela dizia como era que deveria ser usado. Era tudo assim. A gente ia de acordo com ela, porque, naquele período, tinha uma disciplina e a gente obedecia. A Escola Normal preparava a gente pra ser professora e para a vida. [...] Era uma formação completa.

A preocupação da escola com a formação das normalistas excedia a sua formação escolar e atingia, como se vê, a formação para a vida.

A preocupação com o respeito aos docentes e demais funcionários está bem claro na lista de normas. Respeitá-los significava respeitar aqueles que faziam, que pensavam a escola. Aqueles que ali estavam para contribuir na formação das normalistas. Conforme a ex-normalista Maria Fátima Sá (17.09.2007):

A normalista respeitava o professor. [...] O que motivava o respeito era porque na minha casa a gente tinha de respeitar os mais velhos. A primeira coisa. [...] Todos os professores eram mais velhos que a gente. Então, já tinha o respeito de ser o mais velho. [...] Naquele tempo, a gente colocava o professor lá em cima. [...] Professor ganhava mais que um bancário do Banco do Brasil.

E a conquista do respeito, como se vê, não era algo difícil, uma vez que a prática do respeito aos mais velhos começava em casa e na escola chegava. Era o reflexo da cultura local, adentrando os muros da ENOP.

Quanto às regras de trânsito na escola, fica evidente que às normalistas eram destinados espaços específicos, restringindo-as na sala de aula ou, no horário do recreio, ao pátio térreo. Espaços como a sala da direção, da secretaria e dos professores eram proibidos às alunas. Consoante depoimento da ex-professora Maria Darcy de Deus (09.06.2007):

[...]. Nós tínhamos, também, as normas da escola de entrada e de saída. O recreio, né. Eram normas exigidas. O aluno não podia andar em sala de aula, nas galerias, no período de aulas, não. Era chamada na diretoria. [...].

E o controle do tempo, do tempo produtivo, era preocupação explícita, evidenciado no controle da entrada e saída. As normalistas estavam ali para aprender, e o aproveitamento do tempo era preocupação da escola. Tempo útil até o último minuto. Segundo a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006):

[...]. A gente entrava... [...] era regime fechado. Depois que a gente entrava, 7:00 h ou 1:00 h da tarde, só saía às 17:00 horas. Depois que entrasse, pronto, só se fosse um motivo superior pra sair, aí tinha que passar por várias pessoas, pelo bedel, coordenador e a diretora. Tinha que conversar com a gente pra [...] poder sair. [...].

E cumprir as normas tinha um propósito maior: a formação para a obediência e a reprodução. Formar professores, segundo a proposta pedagógica da Escola Normal, excedia o apropriar-se de conteúdos, mas também, apropriar-se de uma postura, a postura de um professor ético, sério, competente. Conforme a ex-normalista Olívia Rufino (30.04.2007):

Horário. Tinha que chegar na hora. Cumprir as normas que estavam lá escritas ou que a diretora explicasse pra gente. Inclusive a farda, a diretora policiava todo dia quem botava a saia acima do joelho. A saia tinha que ser abaixo do joelho. Ninguém podia ir mal vestida. Chamando a atenção. Ela falava logo, explicava logo a função do professor e, também, a compostura, a maneira de se apresentar que era muito importante. [...] as normas elas visavam a um modelo de professora, competente e respeitada. [...] na verdade a gente se comportava muito bem. Sempre sem muito barulho, sem muita esculhambação, sem anarquia, sem gritaria. Onde tem muita mulher, sempre tem. Podia até gritar, mas de repente, ela chegava, a diretora, pra perguntar o que era aquilo.

Assim, buscava-se melhorar a escola, a partir da formação da normalista: “Procure melhorar sua escola, melhorando a si mesmo”.

4.2. Da sobriedade do uniforme: o controle dos corpos

Uma das principais exigências da ENOP era com o uso do **uniforme escolar**. Para ele todas as atenções deveriam ser voltadas. A forma como a normalista se apresentava à sociedade era através do seu uniforme, a partir dele ela demonstrava seu vínculo a uma instituição formadora de docentes. A partir do uniforme, a normalista representava toda a carga simbólica que a ENOP possuía na cidade de Picos.

Por isso a preocupação da administração em estabelecer vigilância constante sobre o fardamento das normalistas. Segundo dona Zizi (30.03.2007):

eu era muito rigorosa. Assim, eu acho muito feio uma aluna, como eu já tenho visto, ultimamente, em bares, nas ruas, de chinela japonesa. Então, o caso era esse, sapato preto, meíinha branca, saia azul, blusa branca com bolsinho com as iniciais da escola, né, e só.

Uniforme simples e sóbrio, demonstrava a sobriedade e o equilíbrio daquela que o usava. O rigor assumido pela ex-diretora, quanto à vigilância sobre as normalistas no uso do uniforme, mostra essa preocupação conceitual.

A aluna que transgredisse essa norma não entrava na escola. E a vigilância começava do portão de acesso e se estendia ao interior da escola. Conforme a ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2007):

As normas eram meio severas, né. [...] a nossa diretora era muito rígida. Então, o fardamento tinha que ser correto, completo. Sapato preto, meia branca, saia em cima do joelho, a blusinha tinha que ser de manga no local que ela marcava. Então, até os acessórios tinha que ser da cor que ela optava. Ninguém poderia passar por cima das normas dela, porque senão todos os alunos iriam ser punidos, né.

E não era apenas estar com o uniforme completo, era preciso que ele estivesse bem apresentável. Sobre isso, a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007) afirmou que:

Tinha que tá a roupa higienicamente bem tratada. Não gostava de ninguém que chegasse com a farda amassada, porque ela dizia que era desleixo e o professor que estava se preparando pra ser educadora não poderia ter uniforme em desleixo. [...] Na época, se

usava o tinteiro. Aquela com tinta, depois foi que veio aquela BIC e substituíram. Aquela caneta sujava muito as mãos e ela [dona Zizi] dizia: “- Olhem, lavem as mãos. Normalista tem que andar impecável. [...] Outra coisa a saia dois dedos abaixo do joelho. Não tinha dedinho acima do joelho.

Era a normalista a porta-voz da Escola Normal, mas era também a porta-voz da futura professora que dali iria sair. E o tipo de professor que a ENOP acreditava formar era um educador que deveria ser como o uniforme vestido pela normalista: também impecável, bem apresentável, que transmitisse segurança àqueles que fossem ser seus alunos.

A figura 55 mostra normalistas uniformizadas, fazendo pose ao lado da professora Irmã Maria Helena Martins. Percebe-se um detalhe na farda: as saias acima dos joelhos, não mais os “dois dedos abaixo do joelho”, como informara a ex-normalista Raimunda Fontes, mesmo assim, ainda não era a minissaia desejada pelas alunas.



Figura 58. Normalistas e a professora Maria Helena Martins na escada da ENOP (1975)
Fonte. Arquivo particular de Maria Helena Araújo Luz

Inicialmente, a ENOP adotou dois tipos de uniforme: o do cotidiano e o de gala. O uniforme do cotidiano era formado pelo sapatos pretos, meias brancas, saia azul de pregas e blusa branca com bolso com o nome da escola. O uniforme de gala, usado em eventos especiais, era composto também por sapatos pretos, meias brancas, saia azul de pregas e blusa branca com mangas longas e uma fita no colarinho. O modelo que inspirou o primeiro uniforme da ENOP foi o usado na Escola Normal, em Teresina. Ao falar do uniforme das normalistas, a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007) afirmou que o mesmo era assim composto:

A saíinha de prega azul marinho e uma blusinha de tecido tricolina com o bolso com o emblema da Escola Normal. Essa era do cotidiano, né. Agora, a farda de gala era a saia tropical que ficava impecável. Nem amassava as preguinhas e a blusa de langeri de mangas compridas, com o lacinho de reluz azul, que ficava até romântica a normalista. Só que era um calor... Ela exigia mangas compridas porque [...] mangas curtas não ficava bem. [...] Olha, não admitia que violasse o uniforme, porque comunicaria aos pais.

Na figura 56 vê-se normalistas em traje de gala, em dia de festa na escola, fazendo pose na escada que dava acesso ao primeiro andar da ENOP. Entendendo pose, como “o termo de uma ‘intenção’ de leitura” (BARTHES, 1984, p.117). A intenção que se evidencia nessa fotografia é a de ser vista como normalista, a de ser a adolescente privilegiada por estar ali estudando para ser professora, e a farda era esse indicativo.



Figura 59. Normalistas em traje de gala, na escada da ENOP (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Fátima Sá

E não havia possibilidade de a normalista não se apresentar com o uniforme completo. Até em casos de doença alérgica a escola não dispensava o uso do uniforme completo. Como se deduz da fala da ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006):

[...] Na época, eu tive grande dificuldade, passei por vários problemas. [...] Eu tive um problema nos pés, de alergia. [...] quando eu vim estudar na Escola Normal, [...] então eu ia com um pé inchado no sapato [...] e o outro de sandália, porque era proibido entrar só de sandália. [...] os pés sangravam mesmo. Era uma ferida aberta e tudo e cada vez que eu ia sem sapato, [...] era uma hora de briga, de desaforo.

A normalista não podia, como se vê, demonstrar nenhum tipo de fragilidade. Mesmo estando com pés feridos, como o do caso acima apresentado, não era dispensado o uso dos dois sapatos, apenas o do pé doente. O outro deveria estar com o sapato. Mas, para que o sapato fosse dispensado, era preciso a normalista apresentar atestado médico descrevendo a doença. Conforme afirma a ex-diretora

dona Zizi (20.03.2007): “[...] agora, quem fosse sem meia, não entrava, quem fosse sem sapato, também. Se o médico desse um atestado, podia ir. [...]”.

Mas, nem todas as normalistas obedeciam essa norma. Havia as resistências, mesmo diante da rede de vigilância presente na ENOP. Consoante a ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2007):

[...] Algumas queriam andar de minissaia, né. [...] a dona Zizi, a diretora, na época, ela fazia vistoria na fila, né. Então, tinha aquelas que faziam o embanhado bem curtinho da saia, né. Então, ela ía lá com o dedinho dela e zapim. Rodava e deixava a saia lá embaixo. No outro dia era do mesmo jeito. Então, ela reclamava até três vezes. Na quarta vez, já era punição, porque ela sempre falava que uma instituição tem que ter respeito. Então, o fardamento é o respeito da empresa. Que empresa é essa que anda com seus funcionários seminus?

Assim, o uso diário do fardamento era norma, mas deveria estar condizente também com o esperado pela administração da escola. Vistoriar as normalistas na fila era a regra, para saber se o disposto nas normas da escola estava sendo cumprido.

E andar com uma saia num tamanho padrão em plena época das chamadas minissaias, era um convite à desobediência, à transgressão. Vale ressaltar que a maioria das alunas que freqüentava a ENOP era composta por mulheres solteiras e adolescentes. Ainda sobre esse aspecto, a ex-normalista Maria Helena Araújo Luz (24.09.2007) informou que “[...] a moda, da época, era minissaia. Ficava barrando as minissaias e a gente ficava insistindo, teimando [...]”.

Alunas enfileiradas para vistoria do uniforme. Era o sujeito sendo constituído. Era a cultura escolar em evidência. Se o uniforme representa a escola, essa deveria ser bem representada através das suas alunas. Se a aluna representava a futura professora, essa deveria ser bem representada. Ou seja, boa escola, boa aluna, boa professora.

As normalistas eram “proibidas” de circularem pelas ruas da cidade vestidas no uniforme da escola. Após a conclusão da aula, elas deveriam retornar para casa para tirarem o uniforme e vestirem outra roupa. Circular com o uniforme era transgredir uma norma específica da instituição. Mas, mesmo assim, algumas alunas desobedeciam-na. Conforme a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006):

“[...] Depois que a gente saía da escola, não podia ir a outro lugar de farda, não, porque era proibido andar de farda fora da escola. [...]”.

Porém, as figuras 57 e 58 destoam da fala da depoente. Vê-se nelas as normalistas fora do espaço da ENOP usando o uniforme. Na figura 57 as normalistas estão fazendo pose na escada de acesso ao Morro da Mariana, principal morro que circula a cidade. Na figura 58 estão mais à vontade, sentadas num veículo automotor, num verdadeiro afrontamento às regras.



Figura 60. Normalistas na escada do Morro da Mariana, em Picos-Pi (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Fátima Sá



Figura 61. Normalista em momento de descontração (1969)
Fonte. Arquivo particular de Maria Fátima Sá

Além dessa transgressão, havia também aquelas normalistas que dobravam o cós da saia, para deixá-la mais curta e aquelas mais ousadas que levavam a agulha e a linha para a escola e, após a aula, fazia a barra da saia e iam passear, vestidas no uniforme. Segundo Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007), “[...] tinha meninas que levavam agulha, a linha e quando saia da Escola Normal a gente fazia o embanhadinho ali e rapidinho a gente ía pra praça. [...]”.

Nos anos oitenta, o uniforme sofreu mudanças. A blusa de tecido com bolso com o símbolo da escola foi substituída por camiseta de malha com o símbolo da escola pintado na frente, além disso, a saia azul poderia ser de qualquer tecido. Nessa década, o tamanho da saia já não era mais possível de ser controlado pela direção. As saias menores invadiram a ENOP.

4.3. Entre provas e colas: da norma à transgressão

Já nos **dias de prova**, em virtude de serem individuais e, na sua maioria, de memorização, havia um certo desconforto nas normalistas em ter que enfrentar o dia da sabatina. Dia de tensão, de prova de conhecimentos, de fiscalização, controle e de transgressões também. Isso se evidenciava nas chamadas “**colas**”, prática recorrente pelas alunas, que criavam métodos os mais variados possíveis.

Conforme a ex-normalista Raimunda Fontes de Moura (25.05.2007):

Olha, fiscalizava mesmo. Quando tinha suspeita... [...] Lá na secretaria mesmo. Queria vê a meia, o sapato pra vê se não tinha pesca escondida dentro do sapato. Era uma vigilância na entrada. Nas carteiras. [...] Saia todo mundo para o corredor. Depois entrava para vê. Se havia algo escrito. Alguma coisa. Colocava as carteiras distante uma das outras pra aplicar a prova e não podia dar um pio. Muito rígida a fiscalização. [...] Havia pesca. [...] Eu dava logo o nervosismo. Eu com mais quatro colegas desenvolvemos um código que quando era pra marcar realmente as questões bastava colocar a mão na cabeça, o dedinho no nariz, já dava o sinal. [...] Era um código. Depois, a professora descobriu que a gente se comunicava por código. [...] Mas a gente sempre dava um jeitinho.

Como se vê, fiscalização rigorosa que atingia o mobiliário da sala e os corpos das alunas. Um controle que se infiltrava numa rede de disciplina rigorosa que objetivava eliminar todo e qualquer tipo de transgressão. Mas, mesmo assim, uma rede de indisciplina andava paralela a ela, como o apresentado no depoimento acima, da ex-normalista Raimunda Fontes. A busca da “cola” e a descoberta do transgressor era o evidenciado nessa rotina.

Ainda sobre os dias de provas e seu sistema de controle e transgressão, destaca-se o controle dos professores sobre os alunos. Os professores aplicavam as provas em pé, circulando pelo espaço da sala numa tentativa de inviabilização da pesca, enquanto as normalistas deveriam ficar fixadas na sua atividade, concentradas na produção de respostas para as questões propostas. Segundo a ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2006), sobre os dias de provas:

Ah... era um Deus nos acuda! Então, era assim, as professoras, elas ficavam circulando o tempo todo. O aluno não poderia olhar nem de banda, nem de frente, nem de costas, nem olhar para o solado do pé, não podia. Tinha de ser os olhos fixos para a mesinha. Todo o tempo em cima de sua prova, né. Tinha de ler a sua prova. [...] Então, a gente ficava nervoso. Dia de prova [...] ninguém podia nem beliscar o outro. [...] uma coisa que me marcou. [...] me deram uma pesca e eu tive que engolir essa pesca [risos]. A professora foi até a irmã Helena. Ela percebeu que eu tinha recebido uma bolinha e eu [...] rodei, rodei no dedo que cansei e eu vi que ela não sairia de perto de mim [...] e engoli o papel.

“Engolir o papel” da cola era a única saída para esconder a prova da transgressão, assim, evitar a punição, seja ela qual fosse, pois, quando alguma aluna era surpreendida colando, era punida. E a punição era pública, numa tentativa da escola de coibir tal prática. Conforme a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006):

Era tomada a prova. Ela era desfeita no meio de todo mundo. Não era uma coisa reservada, [...] uma desmoralização muito grande. [...] ia pra diretoria. Tinha muitas vezes que ia até suspenso, perdia aula, perdia provas. Nessas suspensões era [...] baixada, lá na parede, no flanelógrafo, [...] e a pessoa cumpria mesmo. Suspendeu não tinha de voltar atrás, não.

Segundo o depoimento de Isabel Batista de Barros, a punição era cumulativa: a prova era tomada da normalista, ela era encaminhada à diretoria e ainda ficava sujeita à suspensão, com seu nome exposto no flanelógrafo da escola. A escola, ao punir a aluna infratora, estava tentando coibir a proliferação da prática da cola.

Sobre a prática da “cola”, enquanto comportamento que transgredia às normas da escola, a ex-normalista Maria Hosana de Araújo (24.09.2007) informou que:

[...] Naquela época, já existia pesca. Agora, eu acho que não era tanto como existe hoje. [...] Nós, alunas, tínhamos um respeito pelo professor. E a gente já estava lá pra ter uma formação de professora. Se a gente fosse pescar, o que a gente ia ser depois?. Seria um mau exemplo pra gente e [...] íamos deixar de aprender. [...] A gente sabe que pesca é quando a gente não aprende as coisas. Para que era que a gente estava lá ?. [...] Quando colava era chamada. [...] A diretora conversava, o professor. Mostravam muito pra o aluno que não era assim que ele ia ser professor.

Como se percebe, embora houvesse a existência da “cola”, havia a consciência, nas normalistas, de que aquela era uma prática inadequada para o tipo de profissional que ela estava se preparando para ser. Havia a consciência inculcada de que o bom professor não poderia colar, pois assim estaria dando prova de que seria um mau profissional, um mau exemplo. Era, como se vê, a incorporação de um comportamento esperado para a época.

4.4. Em tempos de Ditadura Militar, desfilar era a norma, cercar os muros era a regra

A sistemática da suspensão era aplicada também quando, no **Sete de Setembro**, a normalista não comparecia ao desfile, sem justificção plausível ou dele fugia, após pegar a senha.

Participar do desfile de Sete de Setembro era obrigatório, apenas as normalistas grávidas e as portadoras de necessidades especiais eram dispensadas. Ressalta-se que os anos de que se trata a presente pesquisa eram os anos da Ditadura Militar, e a idéia de patriotismo invadia as escolas. E isso deveria ser evidenciado nas ruas, através do desfile. Era a escola a serviço do Estado ditador. Falando sobre as fugas aos desfiles, a ex-normalista Maria Nancy Pereira Alencar Ferreira (24.07.2007) informou que:

Apesar de que eu só desfilei duas vezes. Uma vez eu recebi a senha, mas fugi. [...] eu fui penalizada. Eu peguei três dias de suspensão por conta da fujança. [...] o desfile era obrigatório. Só se [...] estivesse hospitalizado e não pudesse vir para a avenida desfilar.

Como havia horário certo para a entrada e para a saída, com o crescimento da escola, evidenciado com o aumento do contingente de alunas e o uso de todos os turnos - manhã, tarde e noite-, algumas alunas, por motivos diversos, dentre eles, encontrar-se com o namorado ou por não quererem estar ali “presas”, pulavam a grade protetora do muro da frente da escola e dela fugiam, embora soubessem do castigo que poderiam receber posteriormente. Segundo a ex-diretora dona Luzia

Moura Barros (20.03.2007), “[...] o castigo que eu dizia era isso, um aluno, por exemplo, pulou o muro, então, eu dei o castigo de dois dias de aula, só era isso”.

Para a infração de pular o muro, a suspensão por dois dias das aulas. E isso poderia atingir a aluna em um dia de prova ou seminário.

E, como a ENOP ficava numa posição central na cidade de Picos, entre duas das principais ruas: a rua Santo Antônio e a avenida Getúlio Vargas, as normalistas tinham uma visão privilegiada da cidade e do corre-corre urbano, uma vez que o centro comercial e financeiro da cidade se localiza exatamente nessas ruas.

Diante disso, e por a escola possuir janelões que facilitavam a visão, por parte das alunas, dessas ruas e seu burburinho e por não ter na fachada frontal um muro que obstruísse a visibilidade da rua, algumas normalistas aproveitavam os intervalos das aulas e ficavam olhando as ruas, paquerando ou aproveitavam algum descuido da vigilância e saltavam as grades da escola e fugiam. Segundo a ex-normalista Isabel Batista de Barros (22.07.2006):

[...] nos grupos humanos têm aqueles que ousam, né, desobedecem as normas. [...] tinha muita colega que pulava o portão, subia em janela pra paquerar os rapazes que iam passando [...] na avenida Getúlio Vargas, né. A nossa sala tinha uma janela que ficava pro lado da avenida, né, [...] as transgressões eram essas, né, [...] Quando isso acontecia era uma grande confusão, [...] a diretora vinha e era uma hora de falação, mesmo. [...] Ela não media palavra, não. Ela era muito rígida. Trazia a escola em ordem mesmo, mas era de uma rigidez muito grande. Causava medo, mesmo, pavor.

Mesmo diante de um espaço grande e com tantas alunas por ele circulando, a diretora conseguia surpreender as normalistas em suas indisciplinas. Como disse a Isabel Batista (22.07.2006), ela “[...] trazia a escola em ordem mesmo”.

Ainda sobre essa temática, a ex-normalista Maria Helena Araújo Luz (24.09.2007) informou que:

Os anos em que eu estive lá, em 1973 e próximos, ainda era aquele tipo de escola um pouco rígida, autoritária. [...]. A gente já tudo garota de 15, 16 anos querendo olhar para a Avenida Getúlio Vargas. Tinha outra janela que dava acesso à Avenida. Tu sabes, jovem pra ficar preso numa escola grande, que era a Escola Normal, no 1º andar. Então, qualquer oportunidade, nos intervalos, era correr para as janelas que davam acesso pra a Avenida ou Petropicos. [...] Quando eram surpreendidas, nas janelas, a diretora vinha logo de

imediate, “saíam daí, meninas, vocês não podem ficar nas janelas”. Aí ela repreendia [...] pegava no pé mesmo da gente.

Havia, como se vê, a preocupação em conservar as normalistas dentro do espaço da escola, sem que fossem vistas pelas pessoas fora da mesma. Uma espécie de proteção da imagem da escola pelo comportamento e ocultamento das alunas, uma vez que essas não poderiam ser associadas a outras atitudes que não as pedagógicas.

4.5. Aprender a ser professora: a constituição do sujeito

Eram as duas redes relacionais se cruzando: a da disciplina e a da antidisciplina. O sistema de normas da escola em oposição ao sistema de transgressões. Uma em disputa com a outra, na tentativa de impor uma vontade.

Era a ENOP na tentativa de, a partir de suas normas, que definimos aqui como sendo consuetudinárias, formar o sujeito. Além dos conhecimentos historicamente construídos, que eram os saberes da profissão, que estavam sendo repassados às normalistas diariamente pelos seus professores em forma de conteúdos apostilhados ou dispostos em livros, havia a necessidade de transmissão de um outro tipo de conhecimento, mais voltado para a conduta do sujeito, sua postura na sociedade.

E as normas que as normalistas deveriam cumprir e que, freqüentemente, alguma transgredia, objetivavam inculcar nelas condutas conforme a sociedade na qual estavam inseridas, a saber, de uma sociedade ainda patriarcal e religiosa. Essas normas se mostravam exatamente nas práticas e postura dos ex-professores e da ex-diretora, práticas essas que deveriam ser observadas e copiadas pelas normalistas. Tais profissionais representavam, no espaço da escola, uma espécie de espelho, através do qual, as normalistas deveriam olhar e ver um modelo. Era o modelo a ser copiado, a ser reduplicado.

Ressalta-se também que essa sociedade estava mergulhada no cenário político do regime de exceção e isso favorecia ainda mais a preocupação com a formação integral das alunas. Dar-lhes não apenas formação pedagógica, mas uma

formação humanística completa. E formação de qualidade. Com ocupação total do tempo, em um sistema rígido e de controle. Fazê-las professoras, para educarem conforme foram educadas. Sobre isso, a ex-normalista Maria Hosana de Araújo (24.09.2007) informou que:

Eu acho que era porque ela [*dona Zizi, grifo nosso*] queria uma escola de qualidade. Através disso, até nós, alunas, íamos aprendendo. [...] Eu acho que serviu muito de exemplo pra gente por que era até uma maneira, também, de ensinamento. [...] Era porque ela queria que andasse tudo direitinho. Eu acho que era, assim, que ela conseguia. Tudo era direito. Se o aluno começasse a relaxar, o professor relaxava. Isso era para o aluno, mas também, para o professor. O professor não podia chegar atrasado. Tinha que estar lá para dar aula. Só se fosse uma coisa muito grave, se não fosse, assim, ia debandar as coisas. [...] Havia uma finalidade nessa rigidez, eu acredito que sim, uma possível formação. Depois dali a gente ia ser o quê? Professor. A gente ia para a sala de aula e ia deixar a turma aí, à vontade, sem ordem, sem nada?. Eu acho que era como um currículo oculto, mesmo. Era uma maneira de ensinar pra gente como um exemplo. Mostrando que nós íamos ser professoras. [...] Tinha que ter estas normas.

Aprender a ser professor através do modelo da ordem, da disciplina e da vigilância, evidenciados na postura dos ex-professores e ex-diretora. A normalista, através desse sistema de normas e de rigidez, deveria se apropriar do comportamento esperado pela escola, por isso a fiscalização do comportamento diariamente.

Mas será que a escola conseguiu mesmo atingir essa pretensão: formar professores conforme o modelo padrão que ela apresentava? Pelos depoimentos das normalistas, isso foi possível e a maioria das alunas que dela saíram se apropriaram de tal modelo, mas as exceções aconteceram. Houve a alteração desse modelo, e a busca, por parte de algumas normalistas, da prática docente que rompesse o modelo criado pela ENOP.

Considera-se essa atitude, para fins de análise, como uma transgressão, uma indisciplina. A rede da indisciplina atuando *a posteriori* da formação. Segundo a ex-normalista Maria Helena Araújo Luz (24.09.2007), falando sobre o que ela levou para a sua prática docente dos ensinamentos adquiridos na ENOP, ela informou que:

Eu acho que os conceitos que eu adquiri lá, na minha formação. Não dá pra ser professora se você não traz em sua bagagem conteúdos de como ser professor. Principalmente, a questão didática, de como preparar uma aula, um plano de aula, quer dizer, isso me ajudou demais. Essa visão de sociedade que aprendi lá dentro, a questão gramatical. [...] Totalmente moldada, não. Apesar de ter aprendido muito na Escola Normal. Muitas coisas que são importantes e que eu vou carregar pro resto da minha vida ficaram impregnadas. Não tem como eu tirar. Mas eu moldei muitas coisas, eu retirei muitas coisas daqueles que tentaram impregnar em mim com autoridade e tudo. Eu tentei tirar. Eu acho que a cada dia a gente vai se moldando, mesmo, a gente vai se construindo, refazendo. Acho que a gente tem que mudar [...] Apesar de ter aprendido muito, eu não quis ser por toda vida aquele tipo de professor que aprendi, vi e tive lá, na época, que eu estudei.

Pela fala da ex-normalista, percebe-se que houve a aceitação da apropriação de conceitos oriundos da escola, mas houve também a recusa em ser reflexo de um espelho. E a recusa gravita exatamente nos aspectos autoritários do modelo que elas tinham diante de si.

A ex-normalista falou dos chamados “conteúdos de como ser professor”. Conteúdos que eram repassados através das disciplinas do núcleo específico do curso normal. Mas o “como ser professor” ia além da apropriação de conteúdos, passava também pelo controle do espaço e do tempo em que se encontravam as normalistas, pelo controle dos seus corpos e pela apropriação de um comportamento.

Todas as entrevistadas apresentaram o nome de um professor que mais marcou a sua formação, enquanto alunas da Escola Normal Oficial de Picos. Cada uma escolheu um modelo, um tipo específico de professor que contribuiu na sua formação. De todos os docentes mencionados, uma professora se destacou enquanto referência na formação: a professora Benvinda Nunes Santos. Consoante fala da ex-normalista Maria Hosana de Araújo (24.09.2007):

Primeiramente, responsabilidade. Ter muito cuidado de transmitir o conteúdo direitinho. A maneira de tratar o aluno. A maneira de dar a vez para o aluno. [...] Dar oportunidade para o aluno. Era tudo isso. Não era só transmitir conhecimentos. Era dá o exemplo. Até na maneira da gente andar, se vestir, se comportar, de tudo dentro da sala de aula. Tudo isso ela transmitia pra gente. Acho que eu peguei tudo isso. [...] Aprendi conteúdos e um perfil. Como ser professor, mesmo. [...] Dona Benvinda, ela era a Escola Normal ensinando você a ser professora.

É nesse conteúdo discursivo que residia a pretensão oficial da escola. Formar professores que fossem também exemplo: na maneira de andar, de se vestir e de se comportar dentro da sala de aula. Mas essa maneira, esse modo de ser professora afetava também a vida particular dessas mulheres, pois deveriam também andar, vestirem-se e comportarem-se no seu dia-a-dia como sendo a professora. Logo, o exemplo a ser seguido. Aprender conteúdos e um perfil era, na verdade, o que se esperava das normalistas. Dominarem os saberes da profissão e os saberes do modelo de professor.

Ainda sobre o papel formador que a ex-professora dona Benvinda desempenhou na Escola Normal, ressalta a ex-normalista Raimunda Fontes (25.05.2007) que:

[...] dona Benvinda que ainda hoje mora no meu coração. Aprendi muito com ela. A didática dela, a paciência, a tolerância e os ensinamentos dela não só na parte de metodologia, de conteúdo, mas na minha formação como jovem. Em termos de namoro. [...] Ela parava nos intervalos pra conversar conosco e dizia: “-Olha, minha filha, essas mocinhas muito atiradas... Vocês têm que ter uma postura, porque vocês, mesmo que não estejam com a farda da Escola Normal...”, ela sempre frisava a farda. Com o uniforme nós não podíamos fazer molequeira nenhuma na rua. Se estivesse na sorveteria que fosse pra casa tirar a farda. [...] Ela dava muitas aulas de aprendizado doméstico pra gente, da postura, mais de etiquetas. [...] Havia uma preocupação de formação pra vida e a dona Benvinda e a dona Zizi, também, davam muitas orientações nesse sentido. [...] Elas diziam: “-Vocês são normalistas, olha o comportamento, porque vocês têm que ser respeitadas como normalistas, pra depois ser respeitadas como educadoras, como professoras”.

Estar ou não vestida no uniforme da ENOP era uma responsabilidade, como se deduz pelo depoimento acima. Tatuava-se na aluna a marca da instituição e essa marca a acompanhava, até o exercício da profissão, onde o ser oriunda da ENOP mais se evidenciava nas práticas diárias.

Além da ex-professora Benvinda, outras foram citadas pelas ex-normalistas, como docentes que marcaram sua formação e que terminaram copiando algo do seu jeito de ser professor. Destacaram-se nas entrevistas os nomes das seguintes ex-professoras, a saber, Célia de Castro Neiva, Remédios Araújo Sousa, Irmã Maria Helena Martins, Eunice Soares, Iracema Geresa B. Luz, Luzanira Barros de Deus Nunes, Maria Ivete Portela Cardoso e Auta Maria Nunes Leal.

Como ficou bem frisado na entrevista da ex-normalista Maria Hosana de Araújo (24.09.2007), havia dois **tipos de professores** no universo da ENOP: os professores que se preocupavam com a transmissão de conteúdos e aqueles que se preocupavam com a formação do homem. Quanto a isso, apresentando os professores que marcaram sua formação, ela afirmou o seguinte:

Tem dois professores que [...] mais marcou. Não sei tanto porque, mas eu acho que elas duas foram quem fizesse com que hoje eu fosse professora de português. No meu ginásio eu nunca aprendi português. [...] Eu vim aprender português na Escola Normal com a professora Remédios Araújo Sousa e a professora Irmã Helena. As duas me marcaram mais. Eu acho que por causa delas, hoje, eu sou professora de português. Lecionei trinta anos. Hoje eu estou aposentada. Mas me considero professora de português. [...] Eu tenho a impressão que foi por causa das duas que eu fui ser professora de português. [...] Acho que era a maneira de transmitir, de ensinar. [...] Quando eu fui começar a lecionar foi com português. [...] Levei delas pra minha prática pedagógica, tudo. A maneira de ser responsável. [...] Essa maneira de ser aberto para o aluno. [...] Não é que outros professores não fossem responsáveis. [...] Teve outras professoras, também. [...] A professora de Prática de Ensino, Didática e Práticas Escolares, a dona Benvinda. Ela fazia era ensinar. Acho que até as palavras dela depois eu usei na minha sala de aula. Parece que ela botava [...] na cabeça da gente, não sabe?. “Olha, minhas filhas, vocês quando estiverem lecionando, é assim”. Era aquela maneira dela ensinar a gente ser professora. [...] As outras duas de português foi aquela maneira de transmitir a Língua Portuguesa. E, ela, era a maneira de como a gente ensinar, comportar dentro de uma sala de aula.

As normalistas tinham, assim, a possibilidade de assimilar dos seus professores o comportamento específico para cada ato. Através de um grupo de professores, obtinham as informações necessárias para o domínio dos conteúdos das disciplinas que viriam a ser responsáveis no futuro da profissão; com outro grupo de professores, o jeito de ser docente, a maneira de ensinar e de como se comportar na sala de aula.

Ressalta-se que as normas e práticas de que aqui se fala estavam relacionadas a uma finalidade de socialização. A ENOP estava gestando, através das suas normalistas, a professora primária que iria assumir o controle da educação na cidade para a qual se destinasse. Ela seria a responsável pela formação de pessoas.

E o aprender a “ser professora” passava também pela aquisição de comportamentos que deveriam ser repetidos no cotidiano da prática docente, dentre

eles, ressalta-se inclusive o momento da chegada do docente em sala de aula. O que este deveria fazer, o seu primeiro contato com os alunos. Segundo informou a ex-normalista Raimunda Fontes (25.05.2007):

Olha, uma coisa que eu aprendi. [...] Quando o professor entrava, ele cumprimentava, ou bom dia ou boa tarde. As professoras costumavam rezar. Tinha o momento da oração. Todo mundo em silêncio. Depois, nós sentávamos e tinha aquele professor [...] que fazia o esquema no quadro.

Contra isso ninguém se posicionava. Como se tratava de uma cidade tipicamente católica, a prática da oração anterior ao início da exposição de conteúdos não era questionada por nenhuma aluna, não havia rebeldia quanto a isso.

As orientações do como ser professora se estendiam também na forma como as normalistas deveriam se relacionar com seus alunos e como deveriam se portarem em sala de aula. Conforme a ex-normalista Raimunda Fontes (25.05.2007):

Dona Benvinda, que dirigia a parte de didática, dizia pra gente observar. Saber como conduzir o aluno e tudo. Até a maneira como você escreve. Não dá as costas pro aluno. Sempre olhar para o aluno. [...] Quando fosse dar aula, não se dirigisse só pra uma fila. [...] Não sentar, também. Não podia dar aula sentada. Podia sentar só no momento que o aluno fosse fazer as tarefinhas no seu caderninho. [...] Em pé, andando e circulando, motivando a aula. [...]

Mas a indisciplina se evidenciava, por exemplo, quando as alunas estavam diante de algum tipo de aula monótona, sem motivação alguma. Isso era motivo suficiente para o início de fugas, ao menos mental. Consoante dispôs a ex-aluna Raimunda Fontes (25.05.2007):

[...] tinha aqueles professores que tinha uma didática péssima, ruim. Não explicava e que eu achava maçante. Então, eu passava a aula desenhando. Fui chamada várias vezes na secretaria porque estava desenhando. [...] Eu era uma pimentinha, mas tinha muito respeito pelos professores. Nunca desrespeitei. Quando chamava a atenção eu reconhecia que estavam corretos.

A ex-aluna em apreço é artista plástica e o comportamento típico dos artistas, que requer sempre o novo e a dinâmica das coisas se efetivando, fazia com que tivesse esse tipo de postura contrária à monotonia de algumas aulas. Passar a aula desenhando era uma atitude contrária ao que era exigido na escola. Era um ato de rebeldia, que precisava ser freado.

As normas da escola contribuía, assim, para que conhecimentos e condutas pudessem ser ensinados e inculcados. A indisciplina existia, mas a incorporação dos conhecimentos pretendidos pela escola acontecia. Isso devido o sistema de vigilância no espaço da ENOP ser do tipo eficiente.

No geral, a maioria das normalistas cumpria as regras da escola. Uma vez que não havia tempo ocioso e os espaços eram ocupados, a indisciplina era pouca, e a vigilância grande. Conforme a ex-normalista Maria Helena Araújo Luz (24.09.2007):

Tinha algumas alunas que eram um pouco rebeldes. A maioria a gente percebia que eram tímidas. Cumpriam mesmo, rigorosamente. Não tinham coragem de romper nenhuma das normas, mas tinham umas que eram chamadas lá na direção. A diretora chamava os pais. Dava suspensão. Tinha suspensão, mesmo, quando transgrediam essas leis. Desrespeitar os professores, questionar os professores. [...] Tinha que ter respeito pelos colegas, professores, pela diretora. Tinham algumas que chegavam a discordar de até, mesmo, discussões de texto. Até ignorância do professor de ser rígido demais. Elas eram até suspensas da escola.

Ser suspensa das aulas era a maior de todas as punições. E, para se evitar ser exposta a uma punição, as normalistas optavam por cumprir as normas e entravam no jogo da aprendizagem. Segundo a ex-normalista Maria Helena Araújo Luz (24.09.2007):

Na escola eu pude me encaixar e me enquadrar dentro das regras. Cumpria as regras da escola, direitinho, porque eu não quis em nenhum momento ser contra. [...] Elas colocavam tanto medo na gente que eu não tinha coragem de romper com os professores, de questionar com os professores. Quando eu tive oportunidade eu transgredi, mesmo, não era aquilo que eu queria ser não.

E a oportunidade de transgredir para muitas normalistas só veio após a conclusão do curso normal e seu ingresso no mercado de trabalho. Porém, a regra

era absorver a dinâmica da ENOP e praticar o que nela se aprendeu. Sobre isso, a ex-normalista Maria Hosana de Araújo (24.09.2007) informou que:

Dentro da minha profissão, sendo professora, toda vida eu procurei dar do melhor que tinha. Ser professora com responsabilidade. [...] Eu me considero moldada pela fôrma da Escola Normal. [...] Foi positivo. [...] Meu nome ficou por ai, em colégio público, colégio particular, tanto aqui como em colégios da macrorregião, onde eu lecionei. Graças a Deus, e isso é resquícios de lá. Resultado de lá.

4.6. Modelando figuras humanas: formando o professor

Os versos do poeta Vitor Hugo “É belo modelar uma estátua e dar-lhe vida; mas é sublime modelar uma inteligência e dar-lhe a verdade”, presentes no convite da primeira turma de formandas da Escola Normal Oficial de Picos dizem muito do que foi essa escola e seu propósito educacional; dizem também do tipo de profissional que nela circulou e das alunas que por ela foram formadas.

O modelar uma estátua requer técnica e habilidade, o uso de materiais diversos e a aplicação na elaboração da obra da sensibilidade do artista. Isso é belo. Mas, conforme o poeta, além disso, há o impacto do “modelar uma inteligência”, de dizer quem alguém é e que lugar ocupa, de dizer-lhe a verdade de quem é e qual a sua função.

É próprio da história do homem o modelar a matéria e o indivíduo. Isso passa pelo desejo ora de massificação de gostos e atitudes, ora de formação de grupos pensantes conforme o modelo de um Estado, de uma instituição. Afeta, inclusive, a sua literatura, os seus mitos.

Pigmaleão, na busca incansável pela mulher perfeita, modelou sua **Galatéia**, sua estátua de marfim e Vênus deu-lhe vida. Na literatura moderna, Mary Shelley construiu o romance **Frankenstein**, onde o seu herói, o cientista Vitor Frankenstein se vê na condição de construtor, de modelador de um ser. No cinema, vê-se constantemente a montagem de películas em que ocorre a presença do desejo humano de criar, de modelar o outro, é o que se vê, por exemplo, em **Inteligência Artificial**.

Tanto no mito quanto nas obras apresentadas, os modeladores de figuras conseguem construir o outro, transformam a matéria bruta em algo vivo. Ultrapassam a barreira do inanimado e atingem o limite do animado, do vivo. Galatéia deixa de ser estátua e passa à condição de humana; a matéria inanimada oriunda de cadáveres é transformada em um homem, com feições horripilantes e força inexplicável, no romance Frankenstein e no filme, máquinas são feitas para alegrar as pessoas, mas ganham também sentimentos, ganham dimensão humana.

Essas três situações fictícias nos conduzem ao plano da realidade da Escola Normal Oficial de Picos. Na ficção, seres foram dotados de vida e cada um com uma função específica. Na ENOP, pode-se afirmar que também estátuas foram modeladas e, metaforicamente, pelo processo da “cera perdida”. Onde a fôrma, a matriz estava nos docentes que circularam no seu espaço e serviram de exemplo vivo para as normalistas seguirem. É o que se infere, por exemplo, do depoimento da ex-normalista Maria Fátima Sá (17.09.2007), ao falar sobre uma de suas professoras:

[...] Célia Neiva era um negócio impressionante. Ela chegava na sala de aula só com o giz. Ela dava uma aula que todo mundo saia dali e podia perguntar qualquer coisa que sabia. Ela fazia com que as pessoas entendessem o que ela estava querendo dá. É um negócio que eu fico emocionada porque, naquele tempo, a gente não tinha recursos. Ninguém tinha uma biblioteca para fazer estudo. Era só o professor e o giz.

A professora deveria ser aquela que dominava um determinado tipo de conteúdo, a que seria capaz de apenas com o giz na mão repassar o necessário para os alunos e, com isso, ocorrer a aprendizagem. E as normalistas precisavam se apropriar dessas características, precisavam copiar o modelo, para aplicarem em sua prática no exercício da docência futura, e todas as entrevistadas concordam com isso. Vale ressaltar que, como se trata de pessoas, houve a apropriação do modelo, mas também a releitura do mesmo. É o que se deduz da fala da ex-normalista Maria Helena Araújo Luz (24.09.2007):

Embora todos fossem professoras competentes, preparadas, mas pra mim [...] eu tinha aquela vontade de uma abertura, de uma discussão maior na sala de aula. Eu não me sentia bem [...] com medo, sabe? Eu tinha vontade de perguntar, mas tinha medo. Então, ser professora, naquela época, teria de ser um professor que desse

oportunidade para que a gente pudesse conversar, dialogar, ter maior participação na sala de aula. A gente não podia ter participação. Pequenas participações já aconteciam, mas pequenas. [...] Pra ser um professor ideal, naquela época, já não era mais aquilo que estava sendo. Teria de ser um professor que desse mais oportunidade de questionar. [...] A maioria dos professores era fechados. [...] Eu lembro até de uma professora que questionou, né, a professora de português. Ela via muito pela questão da grafia. E ela questionou que a minha letra era muito enrolada. Era ruim de lê. Ela me criticou perante a turma. Aquilo eu não gostei. [...] Mas era o jeito dela, da época dela, talvez hoje ela não pense mais da forma que ela pensava. Eles eram capazes de lhe rotular perante a turma e você não se sentia bem. Então, naquela época, eu já detestava e já queria um outro tipo de professor. Não era aquele tipo que eu queria copiar. [...] Eu queria um professor mais aberto. Que não colocasse medo nos alunos. Eu aprendi muito essa questão do respeito. De construir bons relacionamentos com todos, com os amigos. [...] O tipo de professor que eu copieei de respeito, de honestidade, de compromisso.

Pela fala da ex-normalista, havia o modelo a ser copiado, mas ele não agradava a todos. Embora as normalistas estivessem também sendo objetivadas a partir dos docentes da escola, percebe-se que havia a rebeldia, o afrontamento diante desse modelo.

E a transgressão às normas da escola e ao modelo de docente que ela queria formar, estendia-se a situações diversas do cotidiano escolar. Segundo a ex-normalista Raimunda Fontes (25.05.2007):

Existiam aquelas normalistas que eram mais, assim, as rebeldes. Eu estava incluída entre elas. Apesar de ter muito respeito pelas minhas professoras. Eu gostava muito. [...] Existiam coisas que a gente questionava. Íamos para a diretoria. A gente procurava melhorar. Às vezes, até uma questão de didática de uma certa disciplina, como estava sendo cobrada. Tinha umas que eram só ditadas. [...] Nada de xérox na época. [...] Aquelas aulas seguidas sem dar um espaço pra outra e que a gente questionava muito essas coisas com a diretora. Apesar dela ser muito rígida, mas em muitas ocasiões ela procurava nos ouvir e até procurou melhorar essas metodologias de ensino de alguns professores.

Todos os aspectos até aqui apresentados conduzem ao conhecimento de como houve a constituição do sujeito professor, a partir das normalistas. De como se tornaram sujeitos de um saber e objetos também do saber, a partir das relações de poder presentes no espaço da ENOP. Interessou-se em apresentar como surgiu a professora primária, que atuou em Picos, formada pela ENOP, para o saber e, para

se chegar ao “como”, foi preciso conhecer, para entender, as formas de controle dos corpos que estavam presentes na escola, através do controle do espaço e do tempo, em um sistema de vigilância.

Práticas epistêmicas e disciplinares foram capazes de moldar as normalistas, de dizerem o que elas eram e qual o seu papel. As práticas de vigilância e de controle, no cotidiano da ENOP, efetivadas através da rede de olhares, favoreceram isso. Vigilância dos corpos e controle das ações, tudo isso para tornarem as alunas dóceis, para absorverem as normas da instituição e os conteúdos curriculares para o exercício da profissão e, conseqüentemente, tornarem-se professoras.

Trata-se, como se vê, do indivíduo “fabricado” a partir de relações entre o poder e o saber. Para Foucault (1987, p.143):

A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.

Relações essas que se apresentaram em um quadro regido por normas que deveriam ser seguidas, obedecidas. Porém, como se viu, as normas eram freqüentemente questionadas e até mesmo violadas. Havia o enfrentamento dentro da rede da disciplina, que fez surgir uma rede da antidisciplina.

A arquitetura do prédio da ENOP favorecia a aplicação de uma vigilância constante. Vigilância que almejava transformar o indivíduo. Para Foucault (1887, p.144), essa é:

[...] uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: age sobre aquele que abriga, dar domínio sobre o seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. [...].

A posição de frente às salas de aula que a sala da direção ocupava favorecia a visualização total da escola. A escada de acesso ao primeiro andar, que servia de posto para a diretora fiscalizar o uniforme das alunas também. Segundo depoimento da ex-normalista Maria Fátima Sá (17.09.2007):

Tinha um detalhe importante. Na Escola Normal tinha uma escada e a farda, era saia. Então, dona Zizi sempre ficava na escada prestando atenção à altura das saias das meninas. Então, todo mundo ria, achava bom e tudo. Era interessante aquela cena, né. Ela prestando atenção à saia. Fiscalizava, mesmo.

Embora possuidora de uma arquitetura que facilitava a vigilância constante das alunas, através dos funcionários, a ENOP não conseguiu controlar a todas, como se viu, havia fugas, resistência contra o uso do uniforme longo, colas e outros. Eram, como se vê, as relações de poder sendo evidenciadas. Relações de poder que, segundo Foucault (2003, p.232):

[...] suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. [...].

Deve-se retomar agora a segunda parte dos versos de Vitor Hugo, presente no convite da primeira turma de normalistas: “mas é sublime modelar uma inteligência e dar-lhe a verdade”.

Modelar inteligências e dar-lhes a verdade está além do modelar corpos. É sujeição. É fabricação. E, no caso em tela, a fabricação do sujeito se deu a partir dos dispositivos próprios do poder disciplinar: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. As normalistas se tornaram, no quadro das relações de poder, objeto e sujeito do saber, e a cultura escolar favoreceu essa constituição.

A escola dizia, a partir de seus professores, diretora e normas quem eram as normalistas e quem seriam as professoras primárias que elas estavam se preparando para ser. Dava-lhes a verdade. Para fins de compreensão, adota-se o conceito de verdade apontado por Foucault (2003, p.233), para quem verdade é “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros”.

Mas quem seriam os portadores dessa verdade, no espaço da Escola Normal Oficial de Picos? Quem dizia o que era ser professor e como deveriam se comportar as normalistas? Que procedimentos eram usados para fixar a verdade? Eram, como se sabe, os docentes da escola e a diretora da mesma, os porta-voz da verdade, do discurso norteador da formação do ser professor. E os procedimentos

apareciam nas práticas pedagógicas diárias desses mestres, nas normas a serem cumpridas e no sistema de vigilância aplicado. Para Foucault (1979, p.12):

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem o poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Foi dentro, pois, das relações de poder que a verdade sobre como as normalistas deveriam se comportar, o que deveriam consumir e como deveria ser a professora primária apareceu. Havia um discurso coeso em torno disso. E, dessa forma, as inteligências eram modeladas. Ou como afirma Foucault (2002, p.87), era o “poder do espírito sobre o espírito”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a névoa confusa do discurso
E depois o silêncio, e a gravidade
Das estátuas jazentes, repousando,
Não mortas, não geladas, devolvidas
À vida inesperada, descoberta,
[...]
Eram estas as grandezas que dizia
Ou diria o meu espanto, se dizê-las
Já não fosse este canto.
José Saramago

A grande narrativa da Escola Normal Oficial de Picos foi iniciada com versos de José Saramago, e é com seus versos que encerramos essa etapa da sua história. Não se pode dizer que tudo foi dito. Afinal, isso é impossível.

Mas o que foi dito é suficiente para se entender a proposta dessa escola durante os anos de 1967 a 1987: formar a professora normalista conforme a necessidade da sociedade local. Um professor que se ajustasse ao modelo de Estado existente e à cultura local. Um professor dócil, que soubesse cumprir as normas da instituição à qual se vincularia quando entrasse no mercado de trabalho e que também seria útil na propagação dos valores e costumes da nação e do povo local que a formou.

Muitas coisas deixaram de ser ditas, mas sabe-se que muitas foram reveladas ou, no mínimo, apresentadas ao leitor através, não apenas através de documentos arquivados e encontrados na escola, mas através da experiência dos

que nela trabalharam e estudaram, através da memória. Esquecimentos e silêncios aconteceram nesse percurso historiográfico, uma vez que mexer no passado é mexer num rio que corre por detrás da alma e que sua correnteza, às vezes, oculta, às vezes, revela.

Porém, entre o ocultar e o revelar da memória e “sob a névoa confusa do discurso”, do discurso particular que formou o grande discurso coletivo, ou seja, da memória individual que foi capaz de revelar a memória coletiva, foi possível historiar a Escola Normal Oficial de Picos e devolver “à vida inesperada, descoberta” as mulheres-estátuas que ela fabricou: as professoras normalistas. Mulheres que seriam exemplo de ser professor.

Mas as estátuas idealizadas no passado, foram, no presente “devolvidas à vida” e puderam dizer o que foi e o que representou a ENOP para elas e para a sociedade picoense. De posse da memória, que é rio contínuo da vida, as normalistas apresentaram em suas entrevistas o cotidiano da escola, a cultura escolar presente em seu espaço e o tipo de sistema de vigilância implantado nessa instituição.

Foi possível entender os motivos que levaram à implantação da ENOP em Picos, motivos que estavam calcados na necessidade, não apenas local, mas de toda a sua macrorregião, de ter uma agência formadora de docentes para o magistério primário, uma vez que poucas professoras normalistas existiam em Picos, e o que dizer nas cidades que a circunvizinhavam.

A ENOP era carregada de significação durante as décadas em que se concentraram os esforços da pesquisa. Significava possibilidade de emprego para aquelas que a freqüentavam, uma vez que representava uma instituição sólida e formada por profissionais experientes e bem preparados. Ser normalista, pelo que foi dito pelas entrevistadas, era ser respeitada por ser a representante da escola que gestava as futuras professoras da cidade.

Representou também a possibilidade de continuação dos estudos, uma vez que antes da mesma, ou as mulheres da cidade se dirigiam para lugares em que havia escolas normais, ou paravam os estudos e se dedicavam a outras atividades.

Através da leitura arquitetônica do segundo espaço da ENOP, foi possível identificar que ali se efetivou uma instituição disciplinar, aos moldes do Panóptico de Bentham. Escola marcada pela presença de uma rede de disciplina que se estruturou em torno da vigilância e do castigo, que pretendia, com isso, moldar um

tipo de professor que se submetesse às regras existentes e que também levasse para a sua prática pedagógica futura o modelo de professor existente na escola.

Espaço de vigilância total, em que todos eram observados, para que as normas existentes ali fossem cumpridas à risca. Através do cotidiano da ENOP, identificou-se a rotina diária que favorecia a formação das educandas e que gerou um tipo de cultura escolar específica, em que as normas eram respeitadas pelo temor da punição; mas também detectou-se a existência de uma rede de antidisciplina, em que as normalistas se rebelavam de alguma maneira, transgredindo as normas e fabricando um tipo de comportamento paralelo ao desejado pela escola ou, como assinala Foucault (2002, p.xiv), “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar”.

E a resistência se efetivou principalmente no afrontamento a normas voltadas ao uso do uniforme, à permanência no espaço da escola durante todo o horário de aula, ao desfile do Sete de Setembro e também nas colas nos dias de provas.

Mas a rede de poder existente na ENOP era inclusiva, pretendia atingir a todos, para todos se apropriarem dos saberes da profissão, mas também de condutas, hábitos e saberes outros que afetavam a formação do indivíduo como um todo. E se não pretendia excluir, objetivava tornar as normalistas dóceis e úteis, uma vez que “o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica” (FOUCAULT, 2002, p.xx).

Destacou-se na pesquisa a importância da figura da ex-diretora Luzia Moura Barros, como a grande guardiã da ENOP e responsável pela consolidação de um modelo de ensino centrado na disciplina, ordem e vigilância, que objetivava, como se viu, atingir aquelas que estavam sob a sua inspeção: as normalistas, uma vez que entendia a educação como a formação total do indivíduo. Transformou-se, pela análise feita dos depoimentos das ex-normalistas e ex-professores, em um monumento vivo, temida e amada por todos, mas que foi capaz de sustentar o bom andamento da ENOP durante os vinte anos em que esteve à frente dessa escola.

A presente pesquisa atingiu o resultado esperado por ter se aderido às propostas teórico-metodológicas da Nova História Cultural que promoveu, através dos seus conceitos, a possibilidade de inclusão de temas pouco nobres no estudo historiográfico, como também o alargamento das fontes. Assim como pela

apropriação dos conceitos extraídos da literatura de Foucault, especificamente o de poder/saber/disciplina.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para a ampliação dos estudos em torno da história da educação piauiense e picoense, mas que principalmente contribua para a divulgação do papel da Escola Normal Oficial de Picos nessa cidade e naquelas que a circundam, durante os anos de 1967 a 1987.

Assim...

Eram estas as grandezas que dizia
Ou diria o meu espanto, se dizê-las
Já não fosse este canto.
José Saramago

REFERÊNCIAS

I. Bibliografia consultada:

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BURKE, Peter. **A nova história, seu passado e seu futuro**. In: A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

CORREIA, Viriato. **Cazuza**: a história verdadeira de um menino de escola. 31 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

CORTEZ, Maria Cecília e SOUZA, Christiano de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 2000.

DUARTE, Renato. **Picos: Os verdes anos cinqüenta**. Recife:Liber, 1991.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2 ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2001.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina, 1996.

_____. **Literatura escolar e história da educação: cotidiano, ideário e práticas pedagógicas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002a.

_____. **Estratégia, poder-saber**.Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Coleção Ditos e Escritos IV).

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo:Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro:Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramallete. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FRAGO, Antonio Viñao e ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRANCO, J. Patrício. Picos – município agrário: aspectos econômicos e sociais. **Revista Piauiense dos Municípios**: Edição especial do centenário de Picos. Teresina, n. 6, p.67-69, jul./dez. 1955.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “**Vestidas de azul e branco**” um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão, SE, 2003.

GONÇALVES, Irlen Antonio e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas,SP:Autores Associados, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Trad. Gizele de Souza. In: Revista brasileira de história da educação. Número 1 (jan/jun), Campinas: Autores Associados, 2001.

KUBRUSLY, Cláudio A. **O que é fotografia**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. In: LE GOFF, Jacques.(Org.).A história nova. Tradução Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira et al. 5 ed. Campinas,SP:Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo:Editora UNESP, 1992.

LIMA, Maria Socorro Lucena. Nosso jeito de caminhar pelo estágio supervisionado. In: LIMA, Maria Socorro Lucena (et al.). **A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente**. 4 ed. rev. E ampl. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. p.13-23.

_____. Estágio supervisionado enquanto mediação entre a formação inicial do professor e a formação contínua. In: LIMA, Maria Socorro Lucena (et al.). **A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente**. 4 ed. rev. e ampl. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. p.46-65.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes. **Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo:Contexto, 2002.

MACEDO, José Albano de. Nossa Senhora dos Remédios: Padroeira de Picos. **O Macambira**, Picos, p.7, 31 ago. 1982.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17 ed. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1979.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. Trad. Rubens Figueiredo, Rosaura Eicheberg, Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente: textos reunidos**. São Paulo:Loyola, 2004.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Em busca da cidade perdida. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. N. 5. São Paulo:Associação Brasileira de História Oral, jun. de 2002.

PEREIRA, Rita de Cássia Lima. **Escola Normal: do fato ao fenômeno**. Teresina: EDUFPI, 1996.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Martin Claret, 1998.

PIRES, Francisca Cardoso da Silva. **Escola Normal no Piauí: implantação e desenvolvimento (1864 a 1910)**. 126 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 1985.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Revista de Estudos Históricos**. V.2. n.3. Rio de Janeiro, 1989.

RAGAZZINI, Dario. Os estudos histórico-educativos e a história da educação. In: SANFELICE, José Luís e SAVIANI, Dermeval (org.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 1999.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SOARES, Norma Patrycia Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores**. 180 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Picos e a consolidação de sua rede escolar: do Grupo Escolar ao Ginásio Estadual**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

SOUSA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A escola e a memória**. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lélío Lourenço de Oliveira. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. História oral e contemporaneidade. Trad. Andréa Zhourri e Lígia Maria Leite Pereira. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. N.5. São Paulo:Associação Brasileira de História Oral, jun. de 2002.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 4ª ed. São Paulo, IBRASA, 1986.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP:Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. **Educação e sociedade picoense: 1850 a 1930**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2002.

VILLELA, Heloísa de O.S. O mestre-escola e a professora. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte:Autêntica, 2000.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2 ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2001.

II. Fontes Oraís:

ARAÚJO, Maria Hosana de. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 24 de set de 2007.

BARROS, Isabel Batista de. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 22 de jul de 2006.

BARROS, Luzia Moura. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 20 de mar de 2007.

BORGES, Olívia da Silva Rufino Borges. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 30 de abr de 2007.

DEUS, Maria Darcy de. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 09 de jun de 2007.

FERREIRA, Maria Nancy Pereira Alencar. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 24 de jul de 2006.

LIMA, Célia Neiva de Sousa. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-Pi, 16 de mar de 2007.

LUZ, Maria Helena Araújo. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 24 de set de 2007.

MOURA, Raimunda Fontes de. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 17 de set de 2007.

SÁ, Maria Fátima. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 17 de set de 2007.

SÁ, Oneide Santos Martins de. **Entrevista concedida à pesquisadora Cristiane Feitosa Pinheiro**. Picos-PI, 17 de set de 2007.